



Número: **0816369-65.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **9ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **06/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 12.656,25**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|--|--------------------|---|-------------------------|
| FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA (AUTOR) | | JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA (ADVOGADO) | |
| SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU) | | EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO) | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 17142249 | 28/05/2021 23:37 | MANIFESTAÇÃO | MANIFESTAÇÃO |
| 16415548 | 30/04/2021 20:37 | Sentença | Sentença |
| 16341445 | 28/04/2021 14:00 | Certidão | Certidão |
| 16340941 | 28/04/2021 13:59 | Certidão | Certidão |
| 16329050 | 28/04/2021 09:41 | Certidão | Certidão |
| 16329053 | 28/04/2021 09:41 | AR 0816369-65.2019 FLOR DE LIS - MUDOU-SE | AVISO DE RECEBIMENTO |
| 16056921 | 15/04/2021 21:01 | comprovante de transferência | Certidão |
| 16056925 | 15/04/2021 21:01 | comprovante de transferencia - 0816369-65.2019-rdo leal | Comprovante |
| 16010851 | 14/04/2021 12:34 | Ato Ordinatório | Ato Ordinatório |
| 15958392 | 12/04/2021 21:14 | PEDIDO DE JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE | Petição |
| 15832252 | 07/04/2021 09:16 | ALVARÁ | ALVARÁ |
| 15832253 | 07/04/2021 09:16 | Documento sem título | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 15789826 | 05/04/2021 16:36 | Certidão | Certidão |
| 15653454 | 26/03/2021 11:35 | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 15653457 | 26/03/2021 11:35 | Documento sem título | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 15640283 | 26/03/2021 09:02 | ALVARÁ | ALVARÁ |
| 15224292 | 08/03/2021 21:09 | MANIFESTAÇÃO | MANIFESTAÇÃO |
| 14773677 | 17/02/2021 13:18 | Intimação | Intimação |
| 14700941 | 12/02/2021 12:07 | Decisão | Decisão |

| | | | |
|----------|------------------|--|-----------------------------------|
| 14408193 | 01/02/2021 11:50 | Certidão | Certidão |
| 14408196 | 01/02/2021 11:50 | AR 0816369-65.2019 FLOR - AUSENTE | AVISO DE RECEBIMENTO |
| 14088337 | 15/01/2021 11:43 | Certidão conclusão | Certidão |
| 13941587 | 04/01/2021 13:16 | MANIFESTAÇÃO AO LAUDO PERICIAL | MANIFESTAÇÃO |
| 13558851 | 04/12/2020 08:59 | Petição | Petição |
| 13568781 | 04/12/2020 08:59 | 2721563_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01 | Petição |
| 13539003 | 02/12/2020 14:03 | Ato Ordinatório | Ato Ordinatório |
| 13510398 | 01/12/2020 16:48 | Laudo Pericial | Laudo Pericial |
| 13510400 | 01/12/2020 16:48 | Flor De Lis Iane De Oliveira - Honorários periciais | Petição |
| 13510406 | 01/12/2020 16:48 | FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA | Laudo Pericial |
| 12816360 | 29/10/2020 12:37 | Intimação | Intimação |
| 12816359 | 29/10/2020 12:37 | Intimação | Intimação |
| 12552301 | 15/10/2020 16:11 | Petição | Petição |
| 12552302 | 15/10/2020 16:11 | FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA X SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT | Petição |
| 12374124 | 07/10/2020 09:19 | Intimação | Intimação |
| 10332241 | 18/06/2020 14:09 | Certidão | Certidão |
| 9985850 | 29/05/2020 11:27 | Petição JUNTADA DE HONORÁRIOS PERICIAIS | Petição |
| 9985851 | 29/05/2020 11:27 | 2721563_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01 | Petição |
| 9985852 | 29/05/2020 11:27 | 2721563_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_02 | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 9864605 | 23/05/2020 19:02 | CONTESTAÇÃO | CONTESTAÇÃO |
| 9864606 | 23/05/2020 19:02 | 2721563_CONTESTACAO_01 | CONTESTAÇÃO |
| 9864607 | 23/05/2020 19:02 | 2721563_CONTESTACAO_Anexo_02 | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 9864608 | 23/05/2020 19:02 | Anexo_03 subs atos procuracao_compressed-web | Documentos |
| 9864609 | 23/05/2020 19:02 | CARTA DE PREPOSTOS-- (2) | Documentos |
| 9864610 | 23/05/2020 19:02 | SUBSTABELECIMENTO----- | PROCURAÇÕES OU SUBSTABELECIMENTOS |
| 9640939 | 12/05/2020 08:40 | Citação | Citação |
| 8645538 | 09/03/2020 10:24 | Despacho | Despacho |
| 6706781 | 13/10/2019 20:52 | Certidão | Certidão |
| 6008372 | 16/08/2019 17:59 | Manifestação | Manifestação |
| 6008373 | 16/08/2019 17:59 | Cartão e recibo de pagamento bolsa família | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 5629314 | 15/07/2019 21:56 | Despacho | Despacho |
| 5589102 | 09/07/2019 11:49 | Certidão | Certidão |
| 5568306 | 06/07/2019 19:47 | Petição Inicial | Petição Inicial |
| 5568308 | 06/07/2019 19:47 | 01-PETIÇÃO INICIAL-FLÔR DE LIS IANE DE OLIVEIRA | Petição |

| | | | |
|-------------|------------------|--|-------------------------|
| 55683 09 | 06/07/2019 19:47 | 02-Procuração e Documentos Pessoais | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 55683 10 | 06/07/2019 19:47 | 03-Declaração de Hipossuficiência | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 55683 11 | 06/07/2019 19:47 | 04-Ofício 187-2013-CGJ-JUSTIÇA-GRATUITA-LEI-1060-de-1950 | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 55683 12 | 06/07/2019 19:47 | 05-Boletim de Ocorrência, SAMU e Decl Proprietario Veículo | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 55683 13 | 06/07/2019 19:47 | 06-Prontuario Médico Hospitalar | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 55683 14 | 06/07/2019 19:47 | 07-Informações do Sinistro nº 3180-437623 | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO TITULAR DA 9ª
VARA CÍVEL DO FÓRUM CENTRAL DA COMARCA DE TERESINA/PI.**

Processo nº: 0816369-65.2019.8.18.0140

Requerente: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA, já qualificado nos autos do processo em epigrafe vem com a máxima deferência, através de seu procurador e advogado "*in fine*" firmado, constituído e qualificado em outorga anexa (doc. 01), com escritório no endereço constante em nota de rodapé local onde recebe as intimações e/ou notificações de estilo (artigo 287, do NCPC), à elevada presença de Vossa Meritíssima **INFORMAR QUE TOMOU CIÊNCIA DA SENTENÇA/DECISÃO EXAURIDO NOS AUTOS, NÃO TENDO NADA A MANIFESTAR-SE SOBRE O MESMO:**

Desta forma requer o prosseguimento normal da presente demanda, com a pratica de todos os atos processuais pertinentes, para que produza todos os seus efeitos.

Termos em que respeitosamente,

Pede e espera deferimento.

Teresina/PI, 27 de maio de 2021.

JOSÉ FRANCISCO PROCEDÓMIO DA SILVA

-OAB/PI 12.813-

Documento assinado eletronicamente

(Art. 2º da Lei nº 11.419/2006)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
9ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0816369-65.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Vistos etc.

Trata-se de ação de cobrança de seguro DPVAT (ID 5568308 - Petição).

A parte autora alega ter sofrido acidente automotivo que lhe causara fratura na região do MEMBRO INFERIOR DIREITO (PLATOR TÍBIAL) e NO CRÂNIO. Requereu a condenação da requerida na diferença do importe de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Gratuidade da justiça deferida em favor da parte autora (ID 8645538 - Despacho).

Contestação da requerida (ID 9864606 - CONTESTAÇÃO). No mérito, pugnou pela improcedência dos pleitos da ação. Afirmou ter o autor recebido a quantia de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

Laudo pericial (ID 13510406 - Laudo Pericial).

Manifestação da ré ao laudo pericial (ID 13568781 - Petição).

Manifestação da parte autora ao laudo pericial (ID 13941587 - MANIFESTAÇÃO).

Decisão deste juízo designando audiência de instrução (ID 14700941 – Decisão).

Petição da parte autora requerendo o julgamento antecipado da lide (ID 15958392 – Petição).

É o relato. Decido:

MÉRITO



O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, sendo desnecessária a produção de outras provas, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil (CPC).

Em que pese este juízo tenha determinado, em princípio, a realização de audiência de instrução, tal decisão deve ficar sem efeito, uma vez que a presente ação prescinde de outras provas, além daquelas que já constam nos autos, mormente a prova pericial.

Vê-se que houve o pagamento de seguro de DPVAT, **o que implica que dizer que o houve o reconhecimento de acidente de trânsito apto a gerar o direito à indenização pelo seguro DPVAT.** Assim, uma vez que já houve o pagamento de seguro DPVAT, ainda que em valor inferior ao que o autor entende devido, torna-se despicienda a discussão acerca do fato gerador do direito à indenização (acidente automobilístico), uma vez que o mesmo já fora reconhecido na esfera administrativa, não sendo cabível, em sede judicial, voltar-se contra os próprios atos.

Quanto ao direito do(a) autor(a) ao prêmio do seguro DPVAT, há de se fazer as seguintes considerações.

Segundo a Lei nº 6.194/1974 (*in litteris*):

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009).

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de



2009).

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

(...)

§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a **verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.** (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009).

Art. 12. **O Conselho Nacional de Seguros Privados expedirá normas disciplinadoras e tarifas que atendam ao disposto nesta lei.**

Registre-se estar pacificada a litude de pagamento proporcional ao dano sofrido. Veja-se:

Sumula 474 do STJ - A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

Assim, tratando-se de invalidez permanente total ou morte, é devido o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), *in totum* (Lei nº 6.194/1974, art. 3º, incisos I e II), não podendo ato infralegal dispor de forma contrária, ante o princípio da hierarquia das normas.

Diferente, contudo, é o caso de invalidez permanente parcial, pois neste, não há conflito com



norma legal, mas autorização prevista nos incisos I e II do § 1º do art. 3º e art. 12 da Lei nº 6.194/1974 e, principalmente, na tabela em anexo à referida lei fixando os patamares indenizatórios proporcionais ao grau de incapacidade permanente.

O pagamento proporcional do seguro DPVAT, outrossim, não é inconstitucional, pois é harmônico com os princípios da isonomia, proporcionalidade e razoabilidade. Atentatório contra a dignidade humana seria o não pagamento de qualquer valor a título de seguro obrigatório.

O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº. 1.119.614/RS (4ª Turma) de um caso em que as sequelas de uma vítima de acidente de trânsito, embora leves, eram de caráter permanente, firmou o entendimento no sentido de ser cabível a indenização do seguro DPVAT, proporcionalmente ao grau das lesões (possibilidade de pagamento proporcional e quantificado da indenização) uma vez que a lei que disciplina o pagamento do seguro DPVAT, ao falar em quantificação de lesões físicas ou psíquicas permanente a ser feita pelo Instituto Médico Legal (art. 5º, § 5º da Lei nº 6.194/1974) dá sentido à possibilidade de estabelecer percentuais em relação ao valor integral da indenização, ressaltando-se, ainda, que caso fosse sempre devido o valor integral, independentemente da extensão da lesão e do grau de invalidez, não haveria sentido em a lei exigir a quantificação das lesões.

No caso concreto, extrai-se do laudo do perito judicial que não houve perda funcional total de membro (ID 13510406 - Laudo Pericial). Assim, tem-se a hipótese de invalidez parcial incompleta, prevista no art. 3º, §1º, inciso II, da Lei nº 6.194/1974. A invalidez parcial completa, prevista no inciso I do referido dispositivo legal, é aquela em que há a perda anatômica ou funcional completa de membro, não sendo o caso dos autos.

Assim, aplicando-se, pois, o percentual referente a 70% (perda completa da mobilidade de membro inferior direito) do valor de R\$ 13.500,00 (máximo da indenização devida por invalidez) tem-se, então, R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), que sofrendo a redução proporcional da indenização para o caso de invalidez permanente parcial incompleta, correspondente a 50% (perda de repercussão média) da indenização, chega-se ao valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais). Uma vez que o autor já recebeu o valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), faz jus, o autor, a receber o valor de R\$ 3.881,25 (três mil oitocentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos).

Rechaça-se, nesta oportunidade, a impugnação genérica ao laudo pericial. Caberia a ré, valendo-se de assistentes técnicos, impugnar, fundamentadamente, a perícia técnica. A mera discordância com a conclusão do perito, outrossim, não autoriza a sua invalidação, ou a renovação do ato.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO DO(A)**



AUTOR(A), RESOLVENDO A AÇÃO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO (ART. 487, I DO CPC), PARA CONDENAR A PARTE RÉ AO PAGAMENTO DO VALOR DE **R\$ 3.881,25 (três mil oitocentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos)**, REFERENTE A INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ, devendo ainda incidir correção monetária desde o EVENTO DANOSO (Súmula 580 do STJ), a saber, desde a data do acidente, e de juros moratórios, estes devidos a partir da citação inicial (Súmula 426 do STJ).

Considerando a sucumbência parcial, mas não equivalente, condeno o autor nas custas processuais (incluído os honorários periciais adiantados pelo réu), na proporção de sua sucumbência, a saber, 60% da pretensão deduzida na ação, e nos honorários advocatícios, estes últimos no percentual de 10% (dez por cento) do proveito econômico obtido pelo réu. A condenação do autor fica submetida à condição suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 98, §3º, do CPC, em razão da anterior concessão de gratuidade da justiça (ID 8645538 - Despacho). Condeno a parte ré a pagar as custas processuais, na proporção de sua sucumbência, a saber, 40% da pretensão deduzida na ação, e os honorários advocatícios, estes últimos no percentual de 10% (dez por cento) do valor da condenação.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Teresina (PI), datado eletronicamente.

Juiz ANTÔNIO SOARES DOS SANTOS

Titular da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina



PROCESSO Nº: 0816369-65.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO DE CONCLUSÃO

Certifico que, nesta data, faço a conclusão do presente processo para despacho/decisão/sentença.

TERESINA-PI, 28 de abril de 2021.

KARLLA SUSY COSTA MELO VIANA
Secretaria da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina



PROCESSO Nº: 0816369-65.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, a parte requerida foi intimada do Ato ordinatório ID nº 16010851, sendo que até esta data, já tendo decorrido o prazo, não foi apresentada manifestação. Assim, tendo em vista a certidão ID nº 15789826 e a petição ID nº 15958392, juntada pela parte autora, os presentes autos serão enviados a conclusão.

O referido é verdade e dou fé.

TERESINA-PI, 28 de abril de 2021.

KARLLA SUSY COSTA MELO VIANA
Secretaria da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina



processo: 0816369-65.2019.8.18.0140
AUTOR: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico que o AR da carta de citação da requerida juntado aos autos foi devolvido sem leitura pelo motivo "**mudou-se**".

28 de abril de 2021

MARIANA FIGUEIREDO PEREIRA





NF:

Contrato: 9912353314 / 69388938

PP: 224812

Peso **85**

CARTA AR

BZ064467864BR



AR

MP

Recebedor:

Assinatura:

Documento:

ENTREGA NO VIZINHO

NÃO AUTORIZADA

DESTINATÁRIO

FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA -
AVENIDA PEDRO FREITAS, 2166,
VERMELHA

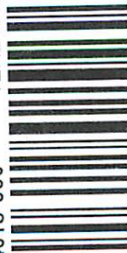
64018-000

TERESINA / PI

Brasil

CPF/CNPJ: null

Obs: proc: 0816369-85.2019



Remetente:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA PI

SECRETARIA UNIFICADA

PRACA DES. EDGARD NOGUEIRA S/N

CENTRO CIVICO, CABRAL

64000-830 TERESINA / PI

AO RECEBENTE



| | | | |
|---|--|---|--|
| Cole aqui | | Cole aqui | |
| Correios SIGEP AVISO DE RECEBIMENTO MP | | DESTINATÁRIO: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA AVENIDA PEDRO FREITAS, 12166 VERMELHA 64018000 - TERESINA - PI | |
| REMETENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA PI SECRETARIA UNIFICADA ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO: PRAÇA DES. EDGARDO NOGUEIRA, 11 S/N, CENTRO CIVICO CABRAL 64000-830 - TERESINA / PI DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO - Proc. 0816369-65/2019 | | BZ064467864BR  | |
| ASSINATURA DO RECEBEDOR NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR | | TENTATIVAS DE ENTREGA: 1ª 08/03/21 11:30 2ª / / : 3ª / / : | |
| DATA DE ENTREGA 090321 Nº DOC. DE IDENTIDADE | | MOTIVO DE DEVOLUÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> 1 Ausente <input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido <input type="checkbox"/> 9 Outros <input type="checkbox"/> 5 Recusado <input type="checkbox"/> 6 Não procurado <input type="checkbox"/> 7 Ausente <input type="checkbox"/> 8 Falecido | |
| RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO MARIANA FIGUEIREDO PEREIRA Matr. 8.527.038-5 | | CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA 09 MAR 2021 TERESINA PI | |

PROCESSO Nº: 0816369-65.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, nesta data, faço juntada de comprovante de transferência.

O referido é verdade e dou fé.

TERESINA-PI, 15 de abril de 2021.

SILVANA MARIA SILVA DE CARVALHO
Secretaria da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina



Agendamento de Resgate Justiça Estadual

Numero de Protocolo : 00000000051779888
Processo : 08163696520198180140
Numero do Alvará : ALVARA 262/2021
Data do Alvará : 25/03/2021
Data do Levantamento : 08/04/2021
Beneficiário : RAIMUNDO NONATO LEAL MART
CPF/CNPJ : 022.838.753-15
Agência do Resgate : 8397 PSO TERESINA

DADOS DO RESGATE

Valor do Capital : R\$ 200,00
Valor dos Rendimentos: R\$ 2,65
Valor Bruto Resgate : R\$ 202,65
Valor do IR : R\$ 0,00
Valor Líquido Resgate: R\$ 202,65

DADOS DO CRÉDITO

Finalidade : Crédito em C/C BB
Banco : Banco do Brasil S.A.
Agência : 5027
Conta : 00000109629-X
Titular da Conta : RAIMUNDO NONATO LEAL MART
CPF/CNPJ : 022.838.753-15
Valor Líq. Pagamento : R\$ 202,65
Previsão do Pagamento: 08/04/2021
INFORMAÇÕES ADICIONAIS
Conta Resgatada : 4300127826898
=====

Autenticação Eletrônica: 9418F73DAB4C84BB

Valores sujeitos a alterações até o efetivo processamento do resgate.

Acesse seus comprovantes diretamente no site www.bb.com.br, no menu Judiciário > Serviços Exclusivos > Depósito Judicial > Comprovantes. Clientes BB também podem acessar no Autoatendimento Pessoa Física e Gerenciador Financeiro.



PROCESSO Nº: 0816369-65.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ATO ORDINATÓRIO

Fica intimada a parte requerida sobre a certidão de Id 15789826, bem como sobre a petição de Id 15958392, para, querendo, apresentar manifestação, no prazo de 5 dias.

TERESINA-PI, 14 de abril de 2021.

LIANA MARIA SOUSA LIMA GONDIM
Secretaria da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ(A) DE DIREITO TITULAR DA 9ª VARA CÍVEL DO FORUM CENTRAL DA COMARCA DE TERESINA/PI.

Processo nº: 0816369-65.2019.8.18.0140

Requerente: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA, já qualificado nos autos do processo em epigrafe vem com a máxima deferência, através de seu procurador e advogado "*in fine*" firmado, constituído e qualificado em outorga anexa (doc. 01), com escritório no endereço constante em nota de rodapé local onde recebe as intimações e/ou notificações de estilo (artigo 287, do NCPC), à elevada presença de Vossa Meritíssima, com o objetivo de requerer o **JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO DA PRESENTE DEMANDA**, fazendo para tanto, face aos seguintes fatos e fundamentos assim alinhavados:

Uma vez, que consta nos autos prova pericial produzida em Juízo, **id: 13510406**, bem como a manifestação das partes sobre o mesmo **ids: 13568781** e **13941587**, que se demonstram mais que suficientes para à formação do livre convencimento sobre a matéria, desnecessária é a produção de prova testemunhal ou oitiva do autor;

Prescindível, pois, a produção de outras provas, mostrando-se desnecessária ante a prova documental já produzida e comprovada através do processo administrativo e perícia médica, tanto pelo Requerente quanto pela Requerida. A prova oral, também se mostra inútil no caso em tela.

Neste sentido colacionam-se os seguintes julgados, quanto ao julgamento antecipado da lide:

"Presente as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ - Resp nº 2832/RJ)

"O magistrado tem o poder-dever de julgar antecipadamente a lide, desprezando a realização da audiência para a produção de prova testemunhal, ao constatar que o acervo documental acostado aos autos possui suficiente força probante para nortear e instruir seu entendimento" (STJ - Resp 66632/SP)

Vigora aqui o pedido de julgamento antecipado do mérito da ação, que assim vem descrito no artigo 355, I do Diploma Processualístico:

"Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando:



I - **não houver necessidade de produção de outras provas;**

Theotônio Negrão (Código de processo civil e legislação processual em vigor. Ed. Saraiva; p. 408 -nota: artigo 330 nº 01) assevera que:

“Não pode o juiz, por sua mera conveniência, relegar para fase ulterior a prolação de sentença, se houver absoluta desnecessidade de ser produzida prova em audiência”.

Pelo acima explanado, aplicando a Teoria da Causa Madura e; visando os Princípios da Razoável Duração do Processo; Celeridade e da Boa-Fé, é que se requer o **JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO DA AÇÃO.**

Termos em que respeitosamente,

Pede e espera deferimento.

Teresina/PI, 12 de abril de 2021.

JOSÉ FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA

-OAB/PI 12.813-

Documento assinado eletronicamente

(Art. 2º da Lei nº 11.419/2006)



enviado



07/04/2021

| | |
|----------|--|
| De: | sec.unicivter@tjpi.jus.br |
| Para: | pso8397@bb.com.br |
| Data: | Qua, Abr 7, 2021, 09:14 |
| Assunto: | alvara 0816369-65.2019.8.18.0140 |
| Anexos: | 0816369-65.2019.8.18.0140 · Processo Judicial Eletrônico - 1º Grau.pdf |

Segue em anexo alvara para cumprimento.

Att,



PROCESSO Nº: 0816369-65.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins, que de acordo com a Portaria nº 746/2021 – PJPI/TJPI/SECPRE, de 28 de março de 2021, prorrogando a Portaria 651/2021-PJPI/TJPI/SECPRE, para o dia 07 de Maio de 2021, em razão da Pandemia Covid-19, a **audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 08 de Abril de 2021, será REDESIGNADA em data posterior.**

O referido é verdade e dou fé.

TERESINA-PI, 5 de abril de 2021.

WILLIANNA MARQUES DE MOURA PAIVA
Secretaria da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina



alvara enviado



26/03/2021

| | |
|----------|---|
| De: | sec.unicivter@tjpi.jus.br |
| Para: | pso8397@bb.com.br |
| Data: | Sex, Mar 26, 2021, 11:23 |
| Assunto: | alvaras para cumprimento |
| Anexos: | ALVARÁ (3).pdf, ALVARÁ (2).pdf, ALVARÁ (4).pdf, ALVARÁ (5).pdf, ALVARÁ (6).pdf, ALVARÁ (7).pdf, ALVARÁ (8).pdf, ALVARÁ (9).pdf, ALVARÁ (10).pdf, ALVARÁ (10).pdf, ALVARÁ (11).pdf |

Segue em anexo alvaras extraídos dos seguintes autos:

- 0813351-07.2017.8.18.0140
- 0800618-04.2020.8.18.0140
- 0800561-83.2020.8.18.0140
- 0834421-12.2019.8.18.0140
- 0832757-43.2019.8.18.0140
- 0831021-87.2019.8.18.0140
- 0832854-43.2019.8.18.0140
- 0832854-43.2019.8.18.0140
- 0816369-65.2019.8.18.0140
- 0816374-87.2019.8.18.0140

Att,



PROCESSO Nº: 0816369-65.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ALVARÁ JUDICIAL nº 262/2021

O MM. Juiz de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina da Comarca de Teresina-PI, deferiu pedido nos autos do processo acima identificado e autoriza a parte abaixo qualificada a efetuar o levantamento pretendido, conforme as informações a seguir:

OBJETO DO ALVARÁ: Transferência do valor de R\$ 200,00(duzentos reais), acrescidos de eventuais ajustes e correções, depositado na Conta Judicial de nº 4300127826898, da Agência 3791, do Banco do Brasil, para a Conta Corrente nº 109.629-X, da Agência nº 5027-X, do Banco do Brasil, de titularidade de RAIMUNDO NONATO LEAL MARTINS, portador de CPF nº 022.838.753-15.

ANEXOS: Cópias da decisão que deferiu a expedição do alvará e do comprovante de depósito judicial.

Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Teresina/PI aos 25 de março de 2021 (25/03/2021). Eu, LAIANE DOS SANTOS OLIVEIRA, **Diretor de Secretaria** digitei.

Juiz de Direito do 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO TITULAR DA 9ª
VARA CÍVEL DO FÓRUM CENTRAL DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE TERESINA/PI.

Processo nº: 0816369-65.2019.8.18.0140

Requerente: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA, já qualificado nos autos do processo em epigrafe vem com a máxima deferência, através de seu procurador e advogado "*in fine*" firmado, constituído e qualificado em outorga anexa (doc. 01), com escritório no endereço constante em nota de rodapé local onde recebe as intimações e/ou notificações de estilo (artigo 287, do NCPC), à elevada presença de Vossa Meritíssima **INFORMAR QUE TOMOU CIÊNCIA DO DESPACHO/DECISÃO PROFERIDO NOS AUTOS, NÃO TENDO NADA A MANIFESTAR-SE SOBRE O MESMO.**

Termos em que respeitosamente,

Pede e espera deferimento.

Teresina/PI, 08 de março de 2021.

JOSÉ FRANCISCO PROCEDÓMIO DA SILVA

-OAB/PI 12.813-

Documento assinado eletronicamente

(Art. 2º da Lei nº 11.419/2006)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0816369-65.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CARTA DE INTIMAÇÃO
(Conforme Provimento 20/2014 da CGJ/PI)

QUALIFICAÇÃO DA PARTE: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA residente e domiciliada na **Avenida Pedro Freitas, 2166, Vermelha, TERESINA - PI, CEP 64018-000.**

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificado(a) para comparecer à audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia **08 de Abril de 2021 às 11:00 horas na Sala de Audiências** desta Vara.

ANEXOS: decisão de ID 14700941.

Conforme Provimento Conjunto Nº 29/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE as cópias de todos os documentos de atos processuais até a presente data praticados podem ser visualizadas, utilizando as **chaves de acesso** abaixo, acessando o sítio <https://tjpi.pje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> :

Documentos associados ao processo

| Título | Tipo | Chave de acesso** |
|--|-------------------------|-------------------------------|
| Petição Inicial | Petição Inicial | 19070619470494800000005333132 |
| 01-PETIÇÃO INICIAL-FLÔR DE LIS IANE DE OLIVEIRA | Petição | 19070619470503800000005333184 |
| 02-Procuração e Documentos Pessoais | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO | 19070619470523900000005333185 |
| 03-Declaração de Hipossuficiência | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO | 19070619470543600000005333186 |
| 04-Ofício 187-2013- CGJ - JUSTIÇA - GRATUITA - LEI -1060- de -1950 | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO | 19070619470557800000005333187 |
| 05-Boletim de Ocorrência, SAMU e Decl Proprietário Veículo | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO | 19070619470571500000005333188 |
| 06-Prontuario Médico Hospitalar | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO | 19070619470590600000005333189 |
| 07-Informações do Sinistro nº 3180-437623 | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO | 19070619470611500000005333190 |



| | | |
|--|-----------------------------------|-------------------------------|
| Certidão | Certidão | 19070911491789400000005352940 |
| Despacho | Despacho | 19071521562354300000005391040 |
| Intimação | Intimação | 19071521562354300000005391040 |
| Manifestação | Manifestação | 19081617593828100000005750503 |
| Cartão e recibo de pagamento bolsa família | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO | 19081617593850300000005750504 |
| Certidão | Certidão | 19101320525473400000006413866 |
| Despacho | Despacho | 20030910243732800000008255367 |
| Citação | Citação | 20051208403075100000009179177 |
| CONTESTAÇÃO | CONTESTAÇÃO | 20052319020012600000009382670 |
| 2721563_CONTESTACAO_01 | CONTESTAÇÃO | 20052319020023700000009382671 |
| 2721563 CONTESTACAO Anexo 02 | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO | 20052319020045200000009382672 |
| Anexo_03 subs atos procuracao_compressed-web | Documentos | 20052319020115100000009382673 |
| CARTA DE PREPOSTOS- (2) | Documentos | 20052319020139400000009382674 |
| SUBSTABELECIMENTO--- -- | PROCURAÇÕES OU SUBSTABELECIMENTOS | 20052319020156900000009382675 |
| Petição JUNTADA DE HONORÁRIOS PERICIAIS | Petição | 20052911274718200000009492871 |
| 2721563 JUNTADA HONORARIOS PERICIAIS 01 | Petição | 20052911274728800000009492872 |
| 2721563 JUNTADA HONORARIOS PERICIAIS Anexo 02 | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO | 20052911274743200000009492873 |
| Certidão | Certidão | 20061814090446000000009811208 |
| Intimação | Intimação | 20100709190264800000011706985 |
| Petição | Petição | 20101516111172700000011873858 |
| FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA X SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT | Petição | 20101516111183100000011873859 |
| Intimação | Intimação | 20102912370945500000012122783 |
| Intimação | Intimação | 20102912370954500000012123034 |



| | | |
|---|----------------------|-------------------------------|
| Laudo Pericial | Laudo Pericial | 20120116482526500000012777178 |
| Flor De Lis Iane De Oliveira - Honorários periciais | Petição | 20120116482535400000012777180 |
| FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA | Laudo Pericial | 20120116482547100000012777486 |
| Ato Ordinatório | Ato Ordinatório | 20120214030085900000012804482 |
| Intimação | Intimação | 20120214030085900000012804482 |
| Intimação | Intimação | 20120214030085900000012804482 |
| Petição | Petição | 20120408591106700000012823271 |
| 2721563 IMPUGNACAO AO LAUDO PERICIAL 01 | Petição | 20120408591112300000012833117 |
| MANIFESTAÇÃO AO LAUDO PERICIAL | MANIFESTAÇÃO | 21010413160883800000013186638 |
| Certidão conclusão | Certidão | 21011511433225800000013322606 |
| Certidão | Certidão | 21020111502315900000013622023 |
| AR 0816369-65.2019 FLOR - AUSENTE | AVISO DE RECEBIMENTO | 21020111502324500000013622026 |
| Decisão | Decisão | 21021212072629600000013895763 |
| Intimação | Intimação | 21021212072629600000013895763 |

TERESINA-PI, 17 de fevereiro de 2021.

DELIS VIVIANNE DE AZEVEDO SIQUEIRA CAMPOS
Secretaria da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
9ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0816369-65.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DECISÃO

Vistos em decisão.

Em análise a petição de ID 13510400, defiro o pedido ali constante e, em consequência, determino a expedição de alvará judicial em favor de RAIMUNDO NONATO LEAL MARTINS (CRM - PI 606) para levantamento/saque do valor depositado judicialmente, a título de honorários periciais, conforme comprovante de depósito de ID 9985852, tendo em vista a efetiva realização da perícia de ID 13510406.

Considerando o estágio em que se encontra o processo com Contestação e Réplica, tenho aludida fase por superada, ao tempo que, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 08 de Abril de 2021 às 11:00 horas na Sala de Audiências desta Vara.

Intimem-se. Cumpra-se.

TERESINA-PI, 11 de fevereiro de 2021.

Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina



processo: 0816369-65.2019.8.18.0140
AUTOR: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.


CERTIDÃO

Certifico que o AR da carta de intimação da autora juntado aos autos foi devolvido sem leitura pelo motivo "AUSENTE".

1 de fevereiro de 2021

SILVANA MARIA SILVA DE CARVALHO



| Cole aqui | | Cole aqui | |
|---|--|---|--|
| DESTINATÁRIO: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA AVENIDA PEDRO FREITAS, n.º 2166, VERMELHA 64018000 - TERESINA - PI REMETENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA PI SECRETARIA UNIFICADA ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO: PRAÇA DES. EDGARD NOGUEIRA, n.º SN, CENTRO CIVICO CABRAL 64000-830 - TERESINA / PI DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO - Proc: 0816369-65.2019 | | MP TENTATIVAS DE ENTREGA: 1ª 12/11/20 1038 2ª 15/11/20 1105 3ª 17/11/20 1036 <i>Assente 3X</i> | |
| ASSINATURA DO RECEBEDOR NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR | | DATA DE ENTREGA Nº DOC. DE IDENTIDADE | |
| | | CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA  RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO <i>Richardson Rodrigues de Araújo</i> Agente de Correios - Carteiro Mat.: 8.527.666-9 | |



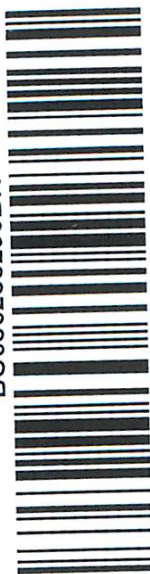
ACQUITTÉ



NF: 9912353314 / 69388938
PP: 205897

CARTA REG
BO636233290BR

AR
MP



Recebedor:

Assinatura:

Documento:

ENTREGA NO VIZINHO
NÃO AUTORIZADA

DESTINATÁRIO

FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA -
AVENIDA PEDRO FREITAS, 2166,
VERMELHA

64018-000

TERESINA / PI

Brasil

Obs. proc. 0816369-65.2019



Remetente:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA PI
SECRETARIA UNIFICADA
PRACA DES. EDGARD NOGUEIRA, S/N
CENTRO CIVICO, CABRAL

64000-830 TERESINA / PI





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0816369-65.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO DE CONCLUSÃO

Certifico que, nesta data, faço a conclusão do presente processo, tendo em vista a manifestação das partes acerca do laudo pericial.

TERESINA-PI, 15 de janeiro de 2021.

MARIA CELIA LEITAO RODRIGUES
Secretaria da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO TITULAR DA 9ª
VARA CÍVEL DO FÓRUM CENTRAL DA COMARCA DE TERESINA/PI**

Autos do Processo nº: 0816369-65.2019.8.18.0140

REQUERENTE: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT

FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, em que move contra a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, vem com a máxima deferência, através de seu procurador e advogado "in fine" firmado, constituído e qualificado em outorga anexa (doc. 01), com escritório no endereço constante em nota de rodapé local onde recebe as intimações e/ou notificações de estilo (artigo 287, do NCPC), à elevada presença de Vossa Meritíssima, apresentar **MANIFESTAÇÃO AO LAUDO PERICIAL**, do Ilustre Perito **Dr. RAIMUNDO NONATO LEAL MARTINS, CRM/PI 606**, aduzindo e requerendo o que abaixo expõe:

O demandante fora intimado a comparecer no dia 27 de novembro de 2020, a partir das 09h00min, a fim que fosse realizada perícia médica judicial, designada pelo Nobre Magistrado, com perito de sua confiança, a ser presidida nas dependências da sala de audiência desta Vara Cível.

Desta forma o requerente compareceu como assim requerido, e realizou a referida perícia, ao qual o Ilustre Perito após análise técnica e documental, concluiu que o grau de invalidez ao qual está acometido o Promovente, provocado pelo acidente de trânsito é de **50% DE LESÕES EM MEMBRO INFERIOR EM GRAU MÉDIO**, conforme parecer no laudo pericial **id: 13510406**;

Pois bem. O laudo pericial ***é conclusivo no sentido de que o autor foi acometido de invalidez parcial permanente causado por lesões em um dos membros inferiores em grau médio (50%)***, decorrentes do acidente relatado, evidenciando o nexo de causalidade entre o acidente e as lesões.

Da conjugação da tabela constante do ANEXO da Lei nº 6.194/74 com o disposto no inciso II do referido artigo, conclui-se que os valores de indenização para **PERDA ANATÔMICA E/OU FUNCIONAL INCOMPLETA DE LESÕES EM DOS MEMBROS INFERIORES**, variam entre R\$ 9.450,00 caso seja total (100%); R\$ 7.087,50 caso seja intensa (75%); **R\$ 4.725,00 caso seja média (50%)**; R\$ 2.362,50 caso seja leve (25%); ou R\$ ou R\$ 945,00 caso seja residual (10%);

Com base no percentual de invalidez encontrado pelo Ilustre Perito, e analisando a tabela instituída pela MP nº: 451/2008, sendo convertida pela Lei nº: 11.945/09, verifica-se que o



pagamento realizado na esfera administrativa fora pago bem a baixo do grau de invalidez apresentado, visto que a Promovente recebeu o valor de **R\$: 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, sendo que o valor ao qual deveria ter recebido é de **R\$: 4.725,00 (quatro mil, setecentos e setenta e cinco reais)**, conforme valores na tabela anexa

Desta forma abatendo o valor já recebido de **R\$: 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, pela via administrativa, ainda resta um valor indenizável por parte da Promovida de **R\$: 3.881,25 (três mil, oitocentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos)**, que deverá ser imposto através de sentença, corrigido e atualizado desde a data do evento danoso.

DA CONCLUSÃO

EX POSITIS, requer acolhimento da presente manifestação, levando em consideração o grau de sequela encontrado pelo ilustre perito **Dr. RAIMUNDO NONATO LEAL MARTINS, CRM/PI 606**, no percentual de **50% DE LESÕES EM MEMBRO SUPERIOR EM GRAU MEDIO**, o que totaliza o valor de **R\$: 4.725,00 (quatro mil, setecentos e setenta e cinco reais)**, sendo abatido o valor já recebido pela via administrativa de **R\$: 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, para ao final julgar **PROCEDENTE** a presente demanda condenando a Promovida a diferença no valor de **R\$: 3.881,25 (três mil, oitocentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos)**, a título de complementação de indenização do seguro DPVAT, conforme previsto no art. 3º, II, da Lei nº 6.194/74, corrigido monetariamente desde a data do pagamento a menor, incidindo juros de mora de 1% a partir da citação, além de custas processuais e honorários advocatícios sucumbenciais.

Termos em que respeitosamente,

Pede e espera deferimento.

Teresina/PI, 04 de janeiro de 2020.

JOSÉ FRANCISCO PROCEDÓMIO DA SILVA

-OAB/PI 12.813-

Documento assinado eletronicamente

[\(Art. 2º da Lei nº 11.419/2006\)](#)



SEGUE EM ANEXO IMPUGNAÇÃO AO LAUDO PERICIAL.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo: 08163696520198180140

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Assim, a parte ré informa que para realização de qualquer pagamento administrativo por Seguro DPVAT concernente à cobertura por invalidez permanente, as vítimas são submetidas a perícia com o escopo de ser apurado o *quantum* devido em decorrência da lesão suportada.

DESTE MODO, A RÉ PROCEDEU COM O PAGAMENTO DA VERBA INDENITÁRIA NA MONTA DE R\$843,75, VALOR ESTE CORRESPONDENTE AO PERCENTUAL DA INVALIDEZ PARCIAL E PERMANENTE APRESENTADA PELA PARTE AUTORA EM SEDE ADMINISTRATIVA.

Frisa-se que nem todas as lesões ocasionadas por acidente automotor são passíveis de indenização, pois para caracterizar invalidez permanente passível de indenização imprescindível que haja perda definitiva ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável, ao fim do tratamento médico.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

APÓS A PERÍCIA MÉDICA, O LAUDO INDICOU A SEGUINTE LESÃO:

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



b.1) () Parcial completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima)

b.2) () Parcial incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima)

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano em cada segmento corporal acometido.

| Segmento Anatômico | Marque aqui o percentual | | | |
|--------------------|--------------------------|--------------|---|-----------------|
| * Lesão: <u>II</u> | () 10% Residual | () 25% Leve | <input checked="" type="checkbox"/> 50% Média | () 75% Intensa |

NO ENTANTO, FRISA-SE QUE ALUDIDA VERIFICAÇÃO REALIZADA NA SEARA ADMINISTRATIVA É REALIZADA POR PROFISSIONAL IMPARCIAL E TECNICAMENTE COMPETENTE, OBEDECENDO OS ESTRITOS LIMITES DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

DESSA FORMA, TOTALMENTE DIVERGENTE A CONCLUSÃO DO PERITO JUDICIAL, CUJO LAUDO A RÉ IMPUGNA TOTALMENTE, DEVENDO SER ACOLHIDO O LAUDO ADMINISTRATIVO QUE SE TRAZ A DEMANDA.

DO EQUIVOCADO ENQUADRAMENTO NA TABELA

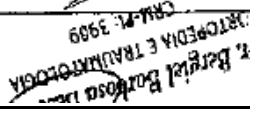
Em que pese a invalidez permanente indicada no laudo pericial, cabe observar que não foi atendida na íntegra a tabela de graduação prevista na lei.

ISSO, PORQUE CONFORME SE EXTRAÍ DA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA, A LESÃO AFETOU O TORNOZELO DA VÍTIMA.

PROCEDIMENTO SOLICITADO

COD/DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

0408050376 - TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DO TORNOZELO UNIMALEOLAR

Fratura de tornozelo - pé direito
em 12/12/2019
Dr. Ednan Soares Coutinho




| OBSERVAÇÕES |
|---|
| 12:00 - Paciente admitido procedente da SRPA em POI, maturação de tornozelo D, consciên- te, orientada, já- sica. Alérgica a dipirona. Nega pa- tologias crônicas. |
| |
| |
| |

QUANTO A ISSO, VALE ESCLARECER QUE HÁ PREVISÃO ESPECÍFICA NA TABELA, QUANDO O SEGUIMENTO DO CORPO É TORNOZELO:

| Danos Corporais Previstos na Lei | Total (100%) | Intensa (75%) | Média (50%) | Leve (25%) | Residual (10%) |
|--|--------------|---------------|--------------|-------------------|----------------|
| Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar | R\$ 3.375,00 | R\$ 2.531,25 | R\$ 1.687,50 | <u>R\$ 843,75</u> | R\$ 337,50 |
| Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo | | | | | |
| Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral | | | | | |

Com isso, requer a correta aplicação da tabela, de acordo com o enquadramento do **TORNOZELO**, uma vez que a limitação não ocasionou a limitação de todo o membro, mas tão somente do seguimento **TORNOZELO**.

Portanto, deve ser observado o devido enquadramento, conforme o seguimento do corpo acometido pela invalidez permanente, de modo que perito deve fazer a relação, tabela-seguimento corporal, indicando o enquadramento conforme previsto, de acordo com a lesão apurada.

CONCLUSÃO

Diante disso, requer que seja intimado o perito para que refaça o laudo pericial com a graduação correspondente ao seguimento acometido, ou alternativamente, que este juízo proceda com a aplicação da tabela, de acordo com o enquadramento da tabela confirme quadro acima.



Caso não seja o entendimento de V.Exa., requer o acolhimento do laudo pericial administrativo em anexo, o qual indica o enquadramento correto conforme previsto, de acordo com a lesão apurada.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

TERESINA, 2 de dezembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PI 10201

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 04/12/2020 09:02:49
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20120408591112300000012833117>
Número do documento: 20120408591112300000012833117



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0816369-65.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ATO ORDINATÓRIO

Manifestem-se as partes sobre o laudo pericial de Id 13510406, no prazo de 15 dias.

TERESINA-PI, 2 de dezembro de 2020.

LIANA MARIA SOUSA LIMA GONDIM
Secretaria da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina



LAUDO MÉDICO PERICIAL





RAIMUNDO LEAL
Perito Médico do Trabalho

Doutor Raimundo Nonato Leal Martins

Médico do trabalho com Título de Especialista pela ANAMT / ABMLPM
Especialista em Medicina Legal e Perícias Médicas – ABMLPM/AMB
Atuação como Perito Judicial Trabalhista
Membro da Associação Nacional de Medicina do Trabalho - ANAMT
Membro da Associação Brasileira de Medicina Legal e Perícias Médicas
Sócio majoritário e Diretor Técnico do Núcleo do Trabalhador Saudável - NTS
CRM 606 PI / RQE 1067 E 3465 PI

HONORÁRIOS PERICIAIS

Numeração CNJ: 0816369-65.2019.8.18.0140

Autor(a): FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

RAIMUNDO NONATO LEAL MARTINS, médico do trabalho, CRM 606-PI, determinado em despacho do EXMO. SR (a). DR. (a) JUIZ (a) DA VARA DA 9ª VARA DA COMARCA DE TERESINA - PI e nomeado por V. Ex.^a, observando que a parte Reclamante move a presente ação trabalhista pleiteando AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT, contra **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com base no código civil brasileiro, vem, mui respeitosamente, solicitar:

1. A liberação dos honorários periciais no valor de **R\$ 200,00 (Duzentos Reais)**. A ser depositada no Banco do Brasil na Conta Corrente, **Agência 5027-X, C/C 109.629-X, CPF: 022.838.753-15.**

2. Que seja este perito informado sobre o resultado da sentença para o seu endereço eletrônico rmartinsleal@yahoo.com.br. Fone 86 99499 5528.

Teresina - PI, 01 de dezembro de 2020.

RAIMUNDO NONATO LEAL MARTINS - CRM 606 PI

Perito Judicial Trabalhista

Especialista em Medicina Legal e Perícias Médicas – ABMLPM/AMB - RQE 1067 PI

Médico do Trabalho com Título de Especialista pela ANAMT/AMB - RQE 3465 PI

(86) 99499 5528

Doutor Raimundo Nonato Leal Martins



AValiação Médica
PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ PERMANENTE

[Art. 31º da Lei 11.945 de 04/05/2009 que altera a lei 6.194 de 14/11/1974]

Informações da Vitima

Nome completo: Flor de Lis lane de Oliveira

CPF: 026.686.243-80

Endereço completo: Av. Freitas nº 2166, Bairro: Vermelha, Teresina-PI,
CEP: 64018-000

Informações do Acidente

Local: Av. Pedro Freitas C/ Rua Porto, Bairro: São Pedro, Teresina-PI.

Data do Acidente: 11/03/2018

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vitima e do acidente, acima indicados, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de verificação do grau de invalidez permanente em razão do processo judicial nº 0816369-65.2019.8.18.0140. Para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na 09ª Vara Cível ou JEC da comarca de:

Teresina – PI, 27 de novembro de 2020.

Flor de Lis lane de Oliveira

Assinatura da Vitima



AVALIAÇÃO MÉDICA

I – Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

(X) Sim () Não () Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II – Descrever o quadro clínico atual informado:

a) Qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

R- Em 11/03/2018 sofreu colisão de moto com automóvel com fratura no tornozelo direito. Tratada cirurgicamente.

Evoluiu com sequelas: Dor, impotência funcional, dificuldade de apoio em membro inferior direito, com dificuldade para subir e descer escadas, ficar de pé por longos períodos e realizar longas caminhadas.

b) As alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

R- Sim.

III – Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

() Sim (X) Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV – Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) () Disfunções apenas temporárias

b) (X) Dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

R- Evoluiu com sequelas: Dor, impotência funcional, dificuldade de apoio em membro inferior direito, com dificuldade para subir e descer escadas, ficar de pé por longos períodos e realizar longas caminhadas.



V – Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

() Sim, em que prazo: _____

(X) Não

Em caso de enquadramento na opção (a) do item IV ou da resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI – Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantidade da(s) Lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de danos(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) () Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a integra do patrimônio físico e/ou mental da vitima)

b) () Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vitima)

Em se tratando de dano parcial informar se o dano e:

b.1) () Parcial completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vitima)

b.2) (X) Parcial incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vitima)

b.2.1) (X) Informar o grau da incapacidade definitiva da vitima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano em cada segmento corporal acometido.

| Segmento Anatômico | Marque aqui o percentual | | | |
|--|--------------------------|--------------|----------------|-----------------|
| 1ª Lesão: Membro Inferior Direito | () 10% Residual | () 25% Leve | (X) 50% Média | () 75% Intensa |
| 2ª Lesão: | () 10% Residual | () 25% Leve | () 50% Média | () 75% Intensa |
| 3ª Lesão: | () 10% Residual | () 25% Leve | () 50% Média | () 75% Intensa |
| 4ª Lesão: | () 10% Residual | () 25% Leve | () 50% Média | () 75% Intensa |

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios apresentados.



Teresina – PI, 01 de dezembro de 2020.



RAIMUNDO NONATO LEAL MARTINS - CRM 606 PI

Perito Judicial Trabalhista

Especialista em Medicina Legal e Perícias Médicas - ABMLPM/AMB RQE 3465 PI

Médico do Trabalho com Título de Especialista pela ANAMT/AMB RQE 1067 PI

86 99499 5528

Visite nosso site: <https://www.raimundoleal.com.br>



ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: art.152,VI do CPC)

Intime-se as partes, através dos seus bastantes procuradores,para comparecerem no dia 27/11 /2020, às 09:00 horas, na sala de audiências da 09ª Vara Cível, sito no primeiro andar do Forum Joaquim de Souza Neto,Teresina-PI, a fim de ser procedida ao exame pericial na forma ordenada judicialmente.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DA 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0816369-65.2019.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CARTA DE INTIMAÇÃO
(Conforme Provimento 20/2014 da CGJ/PI)

QUALIFICAÇÃO DA PARTE: Nome: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

Endereço: Avenida Pedro Freitas, 2166, Vermelha, TERESINA - PI - CEP: 64018-000

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificado(a) para comparecer no dia 27/11/2020, às **09:00 horas**, na sala de audiências da 09ª Vara Cível, sito no primeiro andar do Forum Joaquim de Souza Neto, Teresina-PI, a fim de ser procedida ao exame pericial na forma ordenada judicialmente.

OBSERVAÇÃO: O injustificado não comparecimento importará no arquivamento da ação proposta. As partes devem estar acompanhadas de seus Advogados ou Defensores Públicos e de suas testemunhas.

TERESINA-PI, 29 de outubro de 2020.

JOAO DE SOUSA BARROSO PRIMO FILHO
Secretaria da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina



PROCESSO Nº: 0816369-65.2019.8.18.0140

AUTOR(A): FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

AGENDAMENTO DE PERÍCIA



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DA 9ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE TERESINA - PIAUÍ**

PROCESSO Nº: 0816369-65.2019.8.18.0140

AUTOR(A): FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

EMINENTE MAGISTRADO.

RAIMUNDO NONATO LEAL MARTINS, Médico, pós-graduado em Medicina do Trabalho pela Faculdade de Medicina de Itajubá e especialista em Medicina do Trabalho pela Associação Nacional de Medicina do Trabalho/Associação Médica Brasileira, RQE (Registro de Qualificação de Especialista) nº 1067 como Médico do Trabalho e 3465 em Medicina Legal e Perícias Médicas. Especialista em Medicina Legal e Perícias Médicas pela Associação Brasileira de Medicina Legal e Perícias Médicas – ABMLPM e Associação Médica Brasileira - AMB, Membro da Associação Brasileira de Medicina Legal e de Perícias Médicas ABMLPM, devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina do Estado do Piauí sob o número 606, RG 89.513 PI, CPF 022.838.753-15. Endereço na Rua Estudante Danilo Romero, 1402, Bairro Horto, CEP 64052-510, Teresina – PI, nomeado e compromissado na presente solicitação, venho expor a Vossa Excelência o seguinte:

Aceito a nomeação para realizar perícia do Sr(a)): **FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA, processo nº 0816369-65.2019.8.18.0140.**

| | | | | |
|------------------------------|---|---------------------------|--|-----------------------------|
| Flor De Lis Iane De Oliveira | Seguradora Líder Dos Consórcios Do Seguro DPVAT S.A | 0816369-65.2019.8.18.0140 | SALA DE AUDIÊNCIA DAS VARAS UNIFICADAS | 27/11/2020 a partir das 09h |
|------------------------------|---|---------------------------|--|-----------------------------|

Teresina - PI, 15 de outubro de 2020.

RAIMUNDO NONATO LEAL MARTINS - CRM 606 PI
Perito Judicial Trabalhista
Especialista em Medicina Legal e Perícias Médicas – ABMLPM/AMB RQE 3465
Médico do Trabalho com Título de Especialista pela ANAMT/AMB RQE 1067
86 99499 5528 rmartinsleal@yahoo.com.br

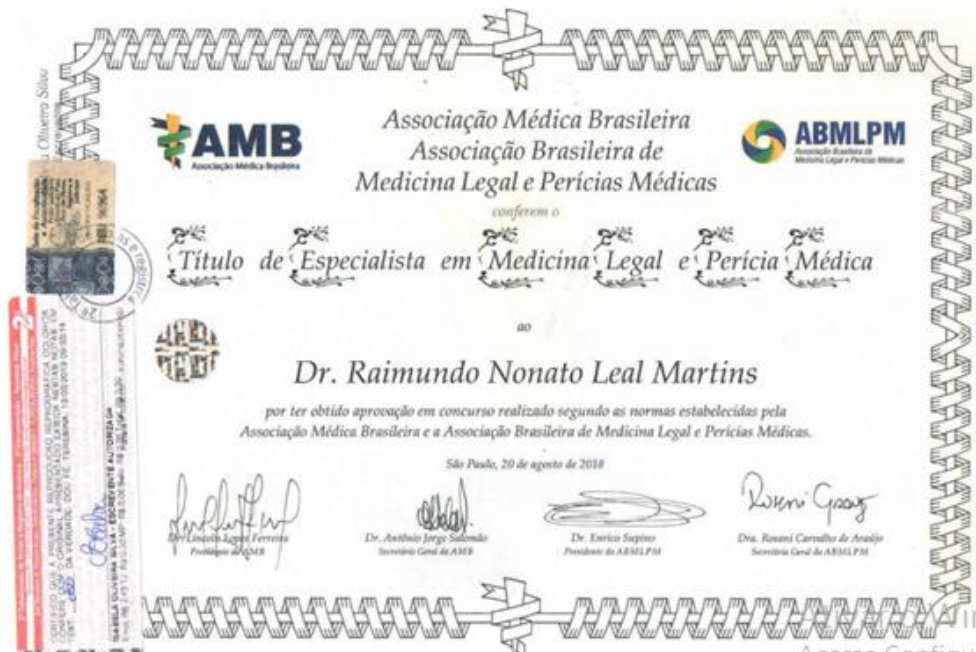
Rua Estudante Danilo Romero, 1402 - Horto - CEP: 64052-510 Teresina - Piauí
Tel: (86) 3232-3870 / 99981-9144 - Email: rmartinsleal@yahoo.com.br



Dr. Raimundo Nonato Leal Martins

Especialista em Medicina Legal e Perícias Médicas – ABMLPM/AMB
Médico do Trabalho com título de Especialista pela ANAMT/AMB
Médico do Trabalho / Perito Médico - CRM: 606 - PI / RQE 1067 e 3465

TÍTULOS DE ESPECIALISTAS:



Rua Estudante Danilo Romero, 1402 - Horto - CEP: 64052-510 Teresina - Piauí
Tel: (86) 3232-3870 / 99981-9144 - Email: rmartinsleal@yahoo.com.br





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0816369-65.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Segue em anexo a intimação do perito nos termos do Despacho de ID. 8645538

TERESINA-PI, 7 de outubro de 2020.

JOSE AYLSON LAURINDO DOS SANTOS
9ª Vara Cível da Comarca de Teresina





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE

PROCESSO Nº: 0816369-65.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

CERTIFICO, nesta data, para os devidos fins que, os presentes autos encontram-se aguardando a designação de data para realização de perícia, pelo perito nomeado no despacho de ID 8645538.

O referido é verdade e dou fé.

-PI, 18 de junho de 2020.

ANA REGIA MOREIRA DA SILVA
Secretaria da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina



Petição JUNTADA DE HONORÁRIOS PERICIAIS





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo: 08163696520198180140

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

TERESINA, 28 de maio de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PI 10201

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI





| | | | | |
|------------------------------|--------------|----------------------|-------------------------|----------------------|
| N° DA PARCELA | | DATA DO DEPÓSITO | AGÊNCIA (PREF / DV) | N° DA CONTA JUDICIAL |
| 0 | | 26/05/2020 | 3791 | 4300127826898 |
| DATA DA GUIA | N° DA GUIA | N° DO PROCESSO | TRIBUNAL | TIPO DE JUSTIÇA |
| 25/05/2020 | 2721563 | 08163696520198180140 | TRIBUNAL DE JUSTICA | ESTADUAL |
| COMARCA | ORGÃO/VARA | DEPOSITANTE | VALOR DO DEPÓSITO (R\$) | |
| TERESINA | 9 VARA CIVEL | RÉU | 200,00 | |
| NOME DO RÉU/IMPETRADO | | TIPO DE PESSOA | CPF / CNPJ | |
| | | Jurídico | | |
| NOME DO AUTOR / IMPETRANTE | | TIPO DE PESSOA | CPF / CNPJ | |
| FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA | | Física | 02668624380 | |
| AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA | | | | |
| 1EB97636DD716288 | | | | |
| CÓDIGO DE BARRAS | | | | |
| | | | | |



JUNTADA DE CONTESTAÇÃO E DOCUMENTOS





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo: 08163696520198180140

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **11/03/2018**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **25/07/2018**.

Cumprido esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DO MÉRITO

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

³“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - **Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.**” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, após a regulação do sinistro.

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **11/03/2018**. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão de de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**.

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais⁴.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ⁵.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 843,75 (OITOCENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS)**.

⁴RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁵**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios⁶, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁷.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁸.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

⁶“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90.** 3. **Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.**”(TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).

⁷“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁸art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



CONCLUSÃO

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Sumula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Por se tratar de ônus da prova da parte autora, pugna-se pela realização da prova pericial pelo IML com o fito de auferir o nexo de causalidade entre a lesão da vítima e o suposto acidente automobilístico, bem como se há valor indenizável a ser pago. Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer que os custos da realização da prova pericial sejam arcados pela parte autora ou pelo Estado, eis que imprescindível a produção da prova para o deslinde da demanda.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Por fim, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, **EXCLUSIVAMENTE**, em nome da patrona **EDNAN SOARES COUTINHO**, inscrita sob o nº 1841 - OAB/PI sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

TERESINA, 22 de maio de 2020.

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



QUESITOS DA RÉ

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma seqüela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de seqüelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.



TABELA DE GRADAÇÃO

| Danos Corporais Previstos na Lei | Total (100%) | Intensa (75%) | Média (50%) | Leve (25%) | Residual (10%) |
|---|---------------------|----------------------|--------------------|-------------------|-----------------------|
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores | | | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés | | | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior | | | | | |
| Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral | | | | | |
| Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica | R\$ 13.500,00 | R\$ 10.125,00 | R\$ 6.750,00 | R\$ 3.375,00 | R\$ 1.350,00 |
| Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital | | | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos | R\$ 9.450,00 | R\$ 7.087,50 | R\$ 4.725,00 | R\$ 2.362,50 | R\$ 945,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores | | | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés | R\$ 6.750,00 | R\$ 5.062,50 | R\$ 3.375,00 | R\$ 1.687,50 | R\$ 675,00 |
| Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho | | | | | |
| Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar | R\$ 3.375,00 | R\$ 2.531,25 | R\$ 1.687,50 | R\$ 843,75 | R\$ 337,50 |
| Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo | | | | | |
| Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral | | | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão | R\$ 1.350,00 | R\$ 1.012,50 | R\$ 675,00 | R\$ 337,50 | R\$ 135,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé | | | | | |
| Perda integral (retirada cirúrgica) do baço | | | | | |



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PI 10201, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o nº 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa dos advogados **EDNAN SOARES COUTINHO**, inscrita na OAB/PI sob o nº 1841 e **HERISON HELDER PORTELA PINTO**, inscrito na OAB/PI sob nº 5367, ambos com escritório à RUA BARROSO, N.º 646 – CENTRO/NORTE – TERESINA/PI, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA**, em curso perante a 9ª **VARA CÍVEL** da comarca de **TERESINA**, nos autos do Processo nº 08163696520198180140.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 2020.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PI 10201

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Teresina

REGISTRO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR
Serviço Móvel de Atendimento de Urgência - SAMU



SAMU
192

| | | | | | |
|---|------------------------------|---------------------------|-------------------------|---------------------------|--|
| Dados do Chamado | 01 N° do chamado | 02 Data do chamado | 03 PRO (código) | 04 Saída do PA | 05 Chegada ao local |
| | 06 Saída do local | 07 Chegada ao 1º hospital | 08 Saída do 1º hospital | 09 Chegada ao 2º hospital | |
| | 10 Endereço | 11 Bairro | 12 Município-UF | Código IBGE | |
| Local da Ocorrência | 13 Ponto de referência | | | | |
| | | | | | |
| Dados do Paciente | 14 Nome | | | | 15 Sexo |
| | 16 Idade | | | | 17 Indícios de ingestão de bebida alcoólica? |
| Tipo de Ocorrência | 18 Tipo de ocorrência | | | | |
| | 19 Vítima | | | | |
| Acidente de Transporte | 20 Meio de locomoção | | | | |
| | 21 Outra parte envolvida | | | | |
| Exame Físico | 22 Equipamentos de segurança | | | | |
| | 23 Glasgow = | | | | |
| Assistência | 24 Sinais Vitais | | | | |
| | 25 Local da lesão | | | | |
| Hospital de Destino | 26 Pupilas | | | | |
| | 27 Pulso Radial | | | | |
| Observações Interdisciplinar | 28 Sangramento | | | | |
| | 29 Dor | | | | |
| 30 Escala de Dor de 0 a 10 | | | | | |
| 31 Procedimentos realizados (1 - Sim 2 - Não) | | | | | |
| 32 Hospital de Destino | | | | | |
| 33 Condições de entrada | | | | | |
| 34 Óbito | | | | | |
| Observações Interdisciplinar | | | | | |
| Socorristas | | | | | |
| Enfermeiro | | | | | |
| Condutor | | | | | |



NOME DO PACIENTE: Elan de Reis Jane de Oliveira

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 448670

SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME
"O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO
INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS
À SUA UTILIZAÇÃO".





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT
Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

Imp: 11/03/2018 04:55:52
(PATRICIA MESQUITA)

ICHA DE PARECER PROFISSIONAL

DADOS DO PACIENTE:

| | | | |
|---------------|--|-------------|-----------------|
| Nome: | FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA | Prontuário: | 448670 |
| Mãe: | MARIA ISABEL DE OLIVEIRA | Pai: | NAO INFORMADO |
| End.Resid.: | RUA MURILO BRAGA N240 - SAO PEDRO - TERESINA - PI - CEP: 64069-990 | | |
| Nascimento: | 25/08/1986 | Idade: | 31a:7m:14d |
| Sexo: | Feminino | Fone: | 86-99526-1718 |
| Responsável: | JESUS SAVIO DE OLIVEIRA | CNS: | 898003709326887 |
| Profissão: | DO LAR | Documento: | |
| G. Instrução: | Médio Completo | E.Civil: | Solteiro(a) |
| End.Local.: | | | |

DADOS DO ATENDIMENTO:

| | | | | | | |
|--------------------|--|-------|---------------------|------------|------------|-------|
| Código: | 654678 | Data: | 11/03/2018 04:52:48 | Clas. Cor: | Indefinido | |
| Motivo da Procura: | ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC) | | | | Convênio: | S U S |

DADOS DA SOLICITAÇÃO (1):

| | | | |
|--------------------------------|-------------------------|---------------|-----|
| Data/Hora Solicitação: | 11/03/18 | ESPECIALISTA: | NCR |
| MOTIVO DA SOLCITAÇÃO: | queda de moto com danos | | |
| TC usado: | TC usado: p. Lina NCR | | |
| co: | co: Alk Ls NCR | | |
| Carimbo/Assinatura Solicitante | | | |

DADOS DO PARECER: Data/Hora: __/__/__:__

| | |
|----------------------------------|--|
| Fratura de tornozelo - fr. an. | |
| em. inferno p. fr. an. | |
| Carimbo/Assinatura Prof. Parecer | |

DADOS DA SOLICITAÇÃO (2):

| | | | |
|--------------------------------|-------------|---------------|--|
| Data/Hora Solicitação: | __/__/__:__ | ESPECIALISTA: | |
| MOTIVO DA SOLCITAÇÃO: | | | |
| Carimbo/Assinatura Solicitante | | | |

DADOS DO PARECER: Data/Hora: __/__/__:__

| | |
|----------------------------------|--|
| | |
| | |
| | |
| Carimbo/Assinatura Prof. Parecer | |



**LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE
INTERNAÇÃO/AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR**

Nº LAUDO: 58452
AIH: 2218100131632

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

ESTABELECIMENTO SOLICITANTE
HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT

CNES
5828856

ESTABELECIMENTO EXECUTANTE
HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT

CNES
5828856

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

| | | | | |
|--------------------------------------|---|--|------------------|-----------------------------|
| CARTÃO SUS 898003709326887 | NOME DO PACIENTE FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA | NASCIMENTO 25/08/1986 | SEXO F | PRONTUÁRIO 448670 |
| DOCUMENTO CPF 8695261718 | TELEFONE 8695261718 | NOME DA MÃE MARIA ISABEL DE OLIVEIRA | | |
| CEP | ENDEREÇO - LOGRADOURO | RESPONSÁVEL JESUS SAVIO DE OLIVEIRA | | |
| BAIRRO SAO PEDRO | COMPLEMENTO | MUNICÍPIO TERESINA | | |
| | | | | UF PI |

LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS
FRATURA DE TORNOZELO

CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO
TRATAMENTO CIRÚRGICO

PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNOSTICAS (RESULTADO DOS EXAMES REALIZADOS)
EX FÍSICO

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CID 10 PRINCIPAL / DIAGNÓSTICO INICIAL
S826 - FRATURA DO MALEOLO LATERAL

CID 10 SECUNDÁRIO

CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

PROCEDIMENTO SOLICITADO

COD/DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO
0408050578 - TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DO TORNOZELO UNIMALEOLAR

LEITO/CLÍNICA
ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA

PROFISSIONAL SOLICITANTE (ASSINATURA/CARIMBO(Nº DO CONSELHO))

CARÁTER
URGÊNCIA

DATA SOLICITAÇÃO
11/03/2018

BERGIEL BARBOSA BEZERRA
CPF: 80963180387

CRM:

DATA ADMISSÃO
11/03/2018 04:52

DATA ALTA
12/03/2018 08:00

MOTIVO ALTA
MELHORADO

CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIA)

| | | | | | | | |
|----------------------|------------------------|----------------------|--------------|------------------------|---------------------|-------------|--------------------------|
| TIPO ACIDENTE | CNPJ SEGURADORA | Nº DO BILHETE | SÉRIE | CNPJ DA EMPRESA | CNAE EMPRESA | CBOR | NATUREZA DA LESÃO |
| | | | | | | | |

AUTORIZAÇÃO

JUSTIFICATIVA DA "NÃO" AUTORIZAÇÃO

PROFISSIONAL AUTORIZADOR (ASSINATURA E CARIMBO(Nº DO CONSELHO))

NOME DO PROFISSIONAL / PARECER CONTROLE AVALIAÇÃO / AUDITORIA

HENRIQUE ALMEIDA FILHO
CPF: 05500631334

CRM:

DATA ANÁLISE: 11/03/2018 09:58:20

CPF:

CRM:

DATA ANÁLISE:

ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL:





FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA PROFº ZENON ROCHA
SERVIÇO DE ANATOMIA PATOLÓGICA

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO
CENTRO CIRÚRGICO

| | | | |
|---|----------------------------|------------------------|--|
| Nome do Paciente <u>Elson de Jesus Lame de Oliveira</u> | | | |
| Diagnóstico pré-operatório <u>fratura de Tarsalo 5</u> | | | |
| Operação - Tipo <u>osteotomia</u> | | | |
| Cirurgião <u>Bergiel</u> | 1º Assistente | | |
| 2º Assistente <u>Dr. Bergiel Barbosa Bezerra</u> | 3º Assistente | | |
| Instrumentador <u>Onaioneiro</u> | Anestesista <u>Armando</u> | Anestesia <u>Raque</u> | |
| Anestésico(a) | | | |
| Data da Operação <u>11.03.18</u> | Início | Fim | |
| Diagnóstico pré-operatório | | | |

Relatório Imediato do Patologista

HUT-SAME
CONFERE COM O ORIGINAL
TERESINA, PI
SERVIDOR

Acidente Durante a Operação

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

(Técnica, Ligadura, Suturas, Drenagem, Fechamento)

Deu-se uma boa redução da fratura.
Anestesia e analgesia; corpo estéril.
Incisão medial em Tarsalo 5
Puxar da fratura e instalar a placa com
02 parafusos (3.5mm).
Fechamento por plano
curado

Dr. Bergiel Barbosa Bezerra
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
CRM-M: 3909



FOLHA DE ANESTESIA



| DATA: | | UNIDADE DE SAÚDE | | | | | | |
|------------------------------------|---------------|------------------|----------------|------------------------|----------|-------------------|------|--|
| 11/03/18 | PA 12,8 | PULSO - | RESPIRAÇÃO | TEMPERATURA | PESO | ALTURA | OBS. | |
| EXAME DE SANGUE | GR. SANGÜINEO | HEMATIMETRIA | HEMOGLOBINEMIA | HEMAT CRITOS | GLICEMIA | DOS. URÉRIA | | |
| EXAMES DE URINA | | | | | | | | |
| FUNÇÃO RESPIRATÓRIA | | | | | | | | |
| SISTEMA CIRCULATÓRIO | | | | ELETROCARDIOGRAMA | | | | |
| SISTEMA RESPIRATÓRIO | | | | ASMA | | BRONQUITE | | |
| SISTEMA DIGESTIVO | | | | SISTEMA URINÁRIO | | | | |
| ESTADO MENTAL | | | | CORTICOIDES | | ATARAXICOS OUTROS | | |
| DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO | | | | | | FÍSICO | | |
| PRÉ-MEDICAÇÃO | | | | APLICADO ÀS | | EFEITOS | | |
| AGENTES ANESTÉSICOS | | OXIGÊNIO | | TOTAL DE DOSES | | | | |
| 1 | 2 | 3 | | | | | | |
| LÍQUIDOS | SO - UTO | 500 | | | | | | |
| | SANGUE | 400 | | | | | | |
| | OUTROS | 300 | | | | | | |
| TEMPERATURA | C° | 260 | | | | | | |
| | | 240 | | | | | | |
| P | 38 | 2 | | | | | | |
| ARTERIL | | 200 | | | | | | |
| V | | 180 | | | | | | |
| O | | 160 | | | | | | |
| PULSO | | 140 | | | | | | |
| | | 120 | | | | | | |
| INÍCIO E FIM ANESTESIA | | 80 | | | | | | |
| X | | 60 | | | | | | |
| INÍCIO E FIM OPERAÇÃO | | 40 | | | | | | |
| | | 20 | | | | | | |
| RESPIRAÇÃO | | 10 | | | | | | |
| O | | | | | | | | |
| SÍMBOLOS | | | | DURAÇÃO 1.30h. | | | | |
| TÉCNICAS | | | | INCIDENTES - ACIDENTES | | | | |
| OPERAÇÕES | | | | | | | | |
| CIRURGIÕES | | | | | | | | |
| ANESTESISTAS | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| CONDICÕES PÓS-OPERATÓRIA IMEDIATAS | | | | | | | | |
| PARTICULARIDADES | | | | | | | | |



FOLHA DE ANESTESIA

| UNIDADE DE SAÚDE | | | | | | | | | |
|----------------------------|---------------|--------------|----------------|---|-------------------|-------------|------------|--|--------|
| DATA: 11/03/18 | PA: 127/8 | PULSO: - | RESPIRAÇÃO: - | TEMPERATURA: - | PESO: - | ALTURA: - | OBS: - | | |
| EXAME DE SANGUE | GR. SANGÜINEO | HEMATIMETRIA | HEMOGLOBINEMIA | HEMATÓCRITOS | GLICEMIA | DOS. URÉRIA | | | |
| EXAMES DE URINA | | | | | | | | | |
| FUNÇÃO RESPIRATÓRIA | | | | | | | | | |
| SISTEMA CIRCULATÓRIO | | | | | ELETROCARDIOGRAMA | | | | |
| SISTEMA RESPIRATÓRIO | | | | | ASMA | | BRONQUITE | | |
| SISTEMA DIGESTIVO | | | | SISTEMA URINÁRIO | | | | | |
| ESTADO MENTAL | | | | CORTICOIDES | | | ATARÁXICOS | | OUTROS |
| DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO | | | | | | FÍSICO | | | |
| PRÉ-MEDICAÇÃO | | | | | APLICADO ÀS | | EFEITOS | | |
| TOTAL DE DOSES | | | | | | | | | |
| AGENTES ANESTÉSICOS | | OXIGÊNIO | | <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> <p>1</p><p>2</p><p>3</p> </div> <div> <p>SO - UTO</p><p>SANGUE</p><p>OUTROS</p> </div> <div> <p>500</p><p>400</p><p>300</p><p>200</p><p>100</p> </div> </div> | | | | | |
| LÍQUIDOS | | | | | | | | | |
| TEMPERATURA T | | C° | | | | | | | |
| P ARTERIL V O PULSO | | 38 | | | | | | | |
| INÍCIO E FIM ANESTESIA X | | | | <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> <p>1</p><p>2</p><p>3</p><p>4</p><p>5</p><p>6</p><p>7</p><p>8</p><p>9</p><p>10</p><p>11</p><p>12</p><p>13</p><p>14</p><p>15</p> </div> <div> <p>260</p><p>240</p><p>220</p><p>200</p><p>180</p><p>160</p><p>140</p><p>120</p><p>100</p><p>80</p><p>60</p><p>40</p><p>20</p><p>0</p> </div> </div> | | | | | |
| INÍCIO E FIM OPERAÇÃO | | | | | | | | | |
| RESPIRAÇÃO O | | | | | | | | | |
| SÍMBOLOS | | | | | | | | | |
| TÉCNICAS | | | | INCIDENTES - ACIDENTES | | | | | |
| OPERAÇÕES | | | | <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> <p>1</p><p>2</p><p>3</p><p>4</p><p>5</p><p>6</p><p>7</p><p>8</p><p>9</p><p>10</p><p>11</p><p>12</p><p>13</p><p>14</p><p>15</p> </div> <div> <p>260</p><p>240</p><p>220</p><p>200</p><p>180</p><p>160</p><p>140</p><p>120</p><p>100</p><p>80</p><p>60</p><p>40</p><p>20</p><p>0</p> </div> </div> | | | | | |
| CIRURGIÕES | | | | | | | | | |
| ANESTESISTAS | | | | | | | | | |
| PARTICULARIDADES | | | | | | | | | |
| | | | | CONDIÇÕES PÓS-OPERATÓRIA IMEDIATAS | | | | | |





PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

Fls. Nº _____
Proc. Nº _____
Rubrica _____

BOLETIM DE CONTROLE DE CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO

DATA 11, 03, 18

NOME DO PACIENTE: Flora de Ivo Jane de Oliveira PRONTUÁRIO Nº: 448670
DIAGNÓSTICO: Ex. Tumor CIRURGIA: Par.
ANESTESIA: Propofol Nº DA SALA: 06
CIRURGIÃO: Berçat CPF Nº: _____
AUXILIAR: _____ CPF Nº: _____
ANESTESIA: _____ CPF Nº: _____
INSTRUMENTADORA: Onacione CPF Nº: _____

MATERIAL DE CONSUMO

| DISCRIMINAÇÃO | UNID. | QUANT. | PREÇO | DISCRIMINAÇÃO | UNID. | QUANT. | PREÇO |
|------------------------|-------|--------|-------|------------------------|----------|--------|-------|
| AGULHA 25X8 | UNID. | 02 | | LÂMINA DE BISTURI n=24 | UNID. | 01 | |
| AGULHA 30X8 | UNID. | 02 | | LUVA Nº 7,5 | PAR | 02 | |
| AGULHA 40X12 | UNID. | 02 | | LUVA Nº 7,0 | PAR | 02 | |
| AGULHA RAQUE | UNID. | 01 | | LUVA DE PROCEDIMENTO | PAR | 08 | |
| ALCOOL 70% | ML | 50 | | PVPI DE GERMANTE | ML | 400 | |
| ALGODÃO | BOLA | - | | PVPI TÓPICO | ML | 70 | |
| ÁGUA OXIGENADA | ML | - | | PVPI TINTURA | ML | - | |
| COMPRESSA | PAC. | 03 | | SERINGA 20CC | UNID. | 02 | |
| EQUIPO MACRO-GOTA | UNID. | - | | SERINGA 10CC | UNID. | 01 | |
| ESPARADRAPO | CM | 50 | | SERINGA 5CC | UNID. | 01 | |
| ESCALPE Nº | UNID. | - | | SERINGA 3CC | UNID. | - | |
| FORMOL | ML | - | | SORO FISIOLÓGICO | FRASCO | 01 | |
| GASES | PAC. | 03 | | SONDA URETRAL | UNID. | - | |
| JELCO Nº | UNID. | - | | Eletródos | UNID. | 05 | |
| FIOS | UNID. | QUANT. | PREÇO | OCCORRÊNCIA | | | |
| CAT. GUT. SIMPLES C/AG | | | | Encostas | 03 unid. | | |
| CAT. GUT. SIMPLES S/AG | | | | Crepom | 02 unid. | | |
| CAT. GUT. CROMADO C/AG | | | | | | | |
| CAT. GUT. CROMADO S/AG | | | | | | | |
| ALCOFIL | | | | | | | |
| MONONYLON | 4.0 | 02 | | | | | |
| FITA UMBILICAL | | | | ENFERMARIA: | | | |
| VICRYL | 0 | 01 | | CIRCULANTE: Milene | | | |
| PROLENE | | | | | | | |

MOD - 094



Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 23/05/2020 19:02:37

http://tpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052319020045200000009382672

Número do documento: 20052319020045200000009382672

Num. 9864607 - Pág. 9

1. O presente documento é de uso exclusivo do Hospital de Referência de Curitiba, sendo vedada a reprodução ou o uso não autorizado.
 2. Este documento é propriedade do Hospital de Referência de Curitiba e não pode ser utilizado para fins comerciais.
 3. A utilização não autorizada deste documento pode resultar em sanções legais.
 4. Este documento é válido apenas para o uso interno do Hospital de Referência de Curitiba.
 5. A utilização não autorizada deste documento pode resultar em sanções legais.

| PACIENTE | | MÉDICO | | HISTÓRICO | | LÓGICA | | HORÁRIOS | | OBSERVAÇÕES | |
|------------------------------|-------------|--|--|-----------|--|------------|--|----------|--|-------------|--|
| FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA | | 448670 | | 31 | | Ortopédica | | 238 256 | | | |
| DATA/HORA | CÓDIGO | PRESCRIÇÃO MÉDICA | | | | | | | | | |
| DI: 11/03/2018 | FRAT. TNZ D | | | | | | | | | | |
| 12/03/18 | | | | | | | | | | | |
| | 1 | Dieta oral livre | | | | | | | | | |
| | 2 | Jejo salinizado | | | | | | | | | |
| | 3 | Ranitidina 50mg _ 01 amp + AD EV 8/8hs | | | | | | | | | |
| | 4 | Keflin 1g 1amp + AD EV 6/6h | | | | | | | | | |
| | 5 | Dipirona _ 01 amp + AD EV 6/6hs | | | | | | | | | |
| | 6 | Tilatil 20mg _ 01 amp + AD EV 12 /12hs | | | | | | | | | |
| | 7 | Tramadol 100mg _01amp + SF 0,9% 100ml EV 12/12hs SN | | | | | | | | | |
| | 8 | Curativos diários | | | | | | | | | |
| | 9 | Cuidados gerais e sinais vitais | | | | | | | | | |
| | | <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> <p>Dr. Yuri Jivago Filho Ortopedia e Traumatologia</p> <p>CRM 3415-TEOT/0029 / CRMPI2008 / CRM3766-TEOT/11305 / CRM3387</p> </div> <div> <p>Dr. Ricardo S. Valença / Dr. Paulo H. L. Passos Filho Ortopedia e Traumatologia / Ortopedia e Traumatologia</p> </div> </div> | | | | | | | | | |

HUT-SAME
 CONFERE COMO ORIGINAL
 TERESINA, PI
 SERVIDOR



SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM - PÓS - OPERATÓRIO - SRPA

DET

| | | |
|--|--|------------------------|
| ME <u>Silvia de Jesus Soares de Oliveira</u> | IDADE <u>31</u> anos | DATA <u>11/03/2018</u> |
| RÁRIO DE ADMISSÃO <u>09</u> hs <u>35</u> min | TIPO DE ANESTESIA () GERAL () RAQUE () BLOQUEIO () PERIDURAL () SEDAÇÃO | |
| CIRURGIA REALIZADA <u>Fratura TNL</u> | CIRURGIÃO | |

| SINAIS VITAIS | HORÁRIO | |
|---------------------------------|--------------|---------------|
| | ADMISSÃO | SAÍDA |
| PRESSÃO ARTERIAL (mmHg) | <u>86/42</u> | <u>118/55</u> |
| FREQUÊNCIA CARDÍACA (bpm) | <u>82</u> | <u>118</u> |
| SATURAÇÃO DE O ₂ (%) | <u>97</u> | <u>100</u> |
| TEMPERATURA AXILAR (°C) | <u>-</u> | <u>-</u> |
| FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA (rpm) | <u>-</u> | <u>-</u> |
| NOME/ MATRÍCULA | <u>Paula</u> | <u>Paula</u> |

| ÍNDICE DE ALDRETT-KROULIK | | | ADMISSÃO | | SAÍDA | |
|----------------------------|---|-------|----------|-------------------------------------|-------|-------------------------------------|
| ATIVIDADE MUSCULAR | Movimenta os quatro membros | 2 | 2 | <input type="checkbox"/> | 2 | <input checked="" type="checkbox"/> |
| | Movimenta dois membros | 1 | 1 | <input checked="" type="checkbox"/> | 1 | <input type="checkbox"/> |
| | É incapaz de mover os membros voluntariamente ou sob comando | 0 | 0 | <input type="checkbox"/> | 0 | <input type="checkbox"/> |
| ESPIRAÇÃO | É capaz de respirar profundamente ou de tossir livremente | 2 | 2 | <input checked="" type="checkbox"/> | 2 | <input checked="" type="checkbox"/> |
| | Apresenta dispnéia ou limitação da respiração | 1 | 1 | <input type="checkbox"/> | 1 | <input type="checkbox"/> |
| | Tem apnéia | 0 | 0 | <input type="checkbox"/> | 0 | <input type="checkbox"/> |
| CIRCULAÇÃO | PA em 20% do nível pré-anestésico | 2 | 2 | <input checked="" type="checkbox"/> | 2 | <input checked="" type="checkbox"/> |
| | PA em 20-49% do nível anestésico | 1 | 1 | <input type="checkbox"/> | 1 | <input type="checkbox"/> |
| | PA em 50% do nível pré-anestésico | 0 | 0 | <input type="checkbox"/> | 0 | <input type="checkbox"/> |
| CONSCIÊNCIA | Esta lúcido e orientado no tempo e espaço | 2 | 2 | <input checked="" type="checkbox"/> | 2 | <input checked="" type="checkbox"/> |
| | Desperta, se solicitado | 1 | 1 | <input type="checkbox"/> | 1 | <input type="checkbox"/> |
| | Não responde | 0 | 0 | <input type="checkbox"/> | 0 | <input type="checkbox"/> |
| SATURAÇÃO O ₂ | É capaz de manter saturação de O ₂ maior de 92% respirando em ar ambiente | 2 | 2 | <input checked="" type="checkbox"/> | 2 | <input checked="" type="checkbox"/> |
| | Necessita de O ₂ para manter saturação maior que 90% | 1 | 1 | <input type="checkbox"/> | 1 | <input type="checkbox"/> |
| | Apresenta saturação de O ₂ menor que 90%, mesmo com suplemento de O ₂ | 0 | 0 | <input type="checkbox"/> | 0 | <input type="checkbox"/> |
| ESCALA DE DOR ADMISSÃO | | TOTAL | | | | |
| ESCALA DE DOR ALTA | | ASS. | | | | |

| () SOND. VESICAL | | () DRENO DE SUÇÃO | | () DRENO TORACICO | | () DVE | | () COLOSTOMIA | | SONDA () NASOG () NASOE | |
|-------------------|----|--------------------|----|--------------------|----|---------|----|----------------|----|---------------------------|--|
| hs | mL | hs | mL | hs | mL | hs | mL | hs | mL | | |
| | | | | | | | | | | | |

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM:

S: 35h Adm. feita na RPA no 103 de fratura TNL. Sob ept. de re-
equilíbrio. Consciente. Respirando espontaneamente. Bom estado geral.
- João Carlos 174940

RECEBIDO EM 11/03/2018
 SRPA

| | |
|---|--------------------------|
| RESCRIÇÃO MÉDICA | ALTA SRPA |
| ENCAMINHAMENTO [] EXTERNO [] SALA DE GESSO [] IMAGENS E GRÁFICOS [] | HORÁRIO ANESTESIOLOGISTA |

OSTO: [] [] [] [] [] EMERGÊNCIA PED. UTI: [] PED [] NEURO [] GERAL [] [] [] QUEIM. CLÍNICA: [] PED [] ORT [] NEU [] CIR []





UNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
IRGÊNCIA DE TERESINA - HUT

C. TAL DE

PRESCRIÇÃO MÉDICA

MÉDICO ASSISTENTE

NOME DO PACIENTE

Flor de Isis Fane de Oliveira 448670

DATA/HORA
(CÓDIGO)

PRESCRIÇÃO MÉDICA

CONTUÁRIO

C. INICA

Ortopédica

ENF. OU AP

238 256

LETO

RELATÓRIO DE ENFERMAGEM

OBSERVAÇÕES

HORÁRIOS

12:00 - Paciente admitido
procedente da SRPA
em POI proutura de
torhozelo D, consciên-
te, orientada, fá-
sica. Alergica a
dipirona. Nega pa-
tologias crônicas.

Neo Microplata 10165

1 DIETA ORAL LIVRE APÓS EFEITO ANESTESICO

2 SF 0,9% 1000 ml EV AO DIA

3 RANITIDINA 50mg - 1 AMP + AD EV 8/8 H

4 CEFALOTINA 1G - 1 AMP + AD EV 6/6H

5 DIPIRONA 1G - 1 AMP + AD EV 6/6 H

6 TILATIL 20mg - 1 AMP + AD EV 12/12H

7 TRAMAL 100MG - 1 AMP + 100ML SF0,9% 8/8H SN

8 CURATIVO

9 PRESCRIÇÃO MÉDICA

Dr. Reginaldo Roberto Bezerra
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
CRM-PI: 3989

HUT-SAME
CONFERIR COM O ORIGINAL
TERESINA-PI
SERVIDOR

**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA** (Prontuário: 448670)
Endereço: RUA MURILO BRAGA N240 - SAO PEDRO - TERESINA - PI CEP: 64069-990
Nascimento: 25/08/1986 Idade: 31a:7m:14d Sexo: Feminino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 654678
Requisição: 820803 Solicitação: 11/03/2018 Solicitante: FABIO MARCOS DE SOUSA
Controle: 1016049 Convênio: S U S

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0206010079

Data Exame: 11/03/2018

T.C. DE CRANIO

TÉCNICA: Foram realizados cortes axiais de 5 e 10mm de espessura da base a convexidade do crânio no plano canto-meatal.

RELATÓRIO:

- PARENQUIMA CEREBRAL E CEREBELAR COM COEFICIENTE DE ATENUAÇÃO DENTRO DA NORMALIDADE.
- AUSÊNCIA DE COLEÇÃO EXTRA- AXIAL.
- SISTEMA VENTRICULAR COM DIMENSÕES E MORFOLOGIA NORMAIS.
- CISTERNAS E SULCOS DA CONVEXIDADE SEM ALTERAÇÕES.
- AUSÊNCIA DE CALCIFICAÇÕES PATOLÓGICAS.

OBS.: HEMATOMA EM PARTES MOLES EXTRACRANIANAS DA REGIÃO PARIETAL ESQUERDA.

(JOAO ANTONIO)

TERESINA - PI 11/03/2018

HUT-SAME
CONFERE COM ORIGINAL
TERESINA, PI
SERVIDOR

OSVALDO SOARES DE CARVALHO JUNIOR

CPF: 696.958.303-15 CRM-PI 3090

Profissional Responsável



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"

PALEOGRÁFICO DIREITO

Flôr de Lis Iane de Oliveira

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.398.866 DATA DE EXPEDIÇÃO 19/01/06

NOME: FLÔR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO: MARIA ISABEL DE OLIVEIRA

NATURALIDADE: TERESINA-PI DATA DE NASCIMENTO: 25/08/1986

DOC. ORIGEM: CERT. CASAM. 14953 L 38B F 283V

EXP. TERESINA-PI 25/05/00

ASSINATURA DO DETENTOR: Paulo Gomes de Moraes

LEI N° 7.116 DE 24/08/03

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição: 026.686.243-80

Nome: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

Nascimento: 25/08/1986

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão: Março/2005

CORREIOS
www.correios.com.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

CE
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1554660910

Nome: MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA

DOC IDENTIDADE / ORIG EMISSORAF: 1457994 SSP PI

CPF: 703.754.703-44 DATA NASCIMENTO: 10/09/1971

PRIMAÇÃO: LUIS PROCEDOMIO DA SILVA
MARIA HELENA DA SILVA

PERMISSÃO: ACC CAT: B

Nº REGISTRO: 02851011130 VALEZ: 15/12/2022 Pº HABILITAÇÃO: 29/04/2003

OBSERVAÇÕES: A

Assinatura do Portador: *Maria do Carmo Procedomio da Silva*

LOCAL: TERESINA, PI DATA DE EMISSÃO: 20/12/2017

Assinatura do Emissor: *APAT MARTINS DE MENDONÇA LORAN*

70615801046
PI320021300

PIAUI

PROIBIDO PLASTIFICAR
1554660910



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3180437623 **Cidade:** Teresina **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA **Data do acidente:** 11/03/2018 **Seguradora:** UNIÃO SEGURADORA S/A - VIDA E PREVIDÊNCIA

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 04/10/2018

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA DE TORNOZELO UNIMALEOLAR DIREITO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO(OSTEOSSÍNTESE).
ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DE TORNOZELO DIREITO.

Sequelas: Com sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL LEVE DE TORNOZELO. DIREITO.

Documentos complementares:

Observações:

DANOS

| DANOS CORPORAIS COMPROVADOS | Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74) | Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74) | % Apurado | Indenização pelo dano |
|--|--|--|-----------|-----------------------|
| Perda completa da mobilidade de um tornozelo | 25 % | Em grau leve - 25 % | 6,25% | R\$ 843,75 |
| Total | | | 6,25 % | R\$ 843,75 |

ESPECIALISTA

Empresa: Líder- Serviços AMD

Grupo: EQ3

Nome: KARLA SUELY MALHAES DE SOUZA

CRM: 5252099-1

UF do CRM: RJ

Assinatura:

Karla Souza



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3180437623 **Cidade:** Teresina **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA **Data do acidente:** 11/03/2018 **Seguradora:** UNIÃO SEGURADORA S/A - VIDA E PREVIDÊNCIA

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 04/10/2018

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA DE TORNOZELO UNIMALEOLAR DIREITO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO(OSTEOSSÍNTESE).
ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DE TORNOZELO DIREITO.

Sequelas: Com seqüela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL LEVE DE TORNOZELO. DIREITO.

Documentos complementares:

Observações:

DANOS

| DANOS CORPORAIS COMPROVADOS | Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74) | Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74) | % Apurado | Indenização pelo dano |
|--|--|--|-----------|-----------------------|
| Perda completa da mobilidade de um tornozelo | 25 % | Em grau leve - 25 % | 6,25% | R\$ 843,75 |
| Total | | | 6,25 % | R\$ 843,75 |



PROCURACAO PARTICULAR

| | | |
|---|----------------------------------|--------------------------|
| OUTORGANTE: <u>Flôr de lis Jane de Oliveira</u> | | |
| Nacionalidade: Brasileiro (a) | Estado Civil: <u>casada</u> | Profissão: <u>Do lar</u> |
| Identidade nº: <u>2398.866 SSP/PI</u> | CPF nº: <u>026.686.243-80</u> | |
| Endereço: <u>Av. Pedro Freitas nº 2166 Bairro</u> | | |
| <u>São Pedro. Teresina-PI</u> | | |
| CEP: <u>64.018-000</u> | Telefone: <u>(86) 99982.3093</u> | |

OUTORGADO: MARIA DO CARMO PROCEDÓMIO DA SILVA

Nacionalidade: Brasileira Estado Civil: Solteira
 Identidade nº: 1.457.994-SSP/PI CPF nº: 703.754.703-44
 Profissão: Bacharel em Direito Telefone: (86) 9 9405-4326/ 9982-3093/ 8828-8177
 Endereço: Rua Henrique Dias, Nº 790, Bairro: Vermelha – Teresina – PI, CEP: 64.019-330

PODERES: Pelo presente instrumento particular de Procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador a outorgado acima qualificado, a quem confio poderes especiais para representar-me perante a **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT** e suas respectivas consorciadas, a fim de encaminhar a pedido de indenização referente ao seguro obrigatório DPVAT, concedendo ao outorgado poderes para assinar, enviar e/ou requerer quaisquer documentos necessários junto as seguradoras consorciadas, incluindo receber informações sobre pericia medica e solicitar reagendamento, podendo substabelecer e praticar enfim, todos os atos de direito permitidos para a fiel e perfeito cumprimento deste mandato a fim de requerer a indenização do **SEGURO OBRIGATORIO DPVAT** para a Vitima

Flôr de lis Jane de Oliveira

Timon-MA 24.07.2018

Local e data

1 OFICIO
 Recebido como verdadeira(s) a(s) firma(s) de:
Flôr de lis Jane de Oliveira
 Em Testemunho
 Timon (MA), 24.07.2018
Ruth Maria de Oliveira
 Ruth Maria de Oliveira
 Escrevente Substituta

Flôr de lis Jane de Oliveira

- Outorgante

PROCURAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO Poder Judiciário
 Comarca de TIMON-MA
 Dr. Raimundo Lucas de Brito Filho
 Tabelião
 Selo de Fiscalização
 000030901594



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0344642/18

Vítima: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

CPF: 026.686.243-80

CPF de: Próprio

Data do acidente: 11/03/2018

Titular do CPF: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

Seguradora: UNIÃO SEGURADORA S/A - VIDA E PREVIDÊNCIA

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência
Comprovação de ato declaratório
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação

MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA : 703.754.703-44

Comprovante de residência
Declaração Circular SUSEP 445/12
Documentos de identificação
Procuração

FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA : 026.686.243-80

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 19/09/2018
Nome: MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA
CPF: 703.754.703-44

MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 19/09/2018
Nome: Ozeas Chaves Vieira Junior
CPF: 066.768.113-24

Ozeas Chaves Vieira Junior



Rio de Janeiro, 21 de Setembro de 2018

Aos Cuidados de: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

Nº Sinistro: 3180437623
Vítima: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA
Data do Acidente: 11/03/2018
Cobertura: INVALIDEZ
Procurador: MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180437623**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Declaração do Proprietário do Veículo não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **GENTE SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00881/00882 - carta_03 - INVALIDEZ



Carta nº 13391050



Rio de Janeiro, 21 de Setembro de 2018

Aos Cuidados de: **FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA**

Nº Sinistro: **3180437623**

Vítima: **FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA**

Data do Acidente: **11/03/2018**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Procurador: **MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA**

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180437623**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 13391051

Pag. 01403/01404 - carta_01 - INVALIDEZ



Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do BENEFICIÁRIO ou do REPRESENTANTE LEGAL, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do BENEFICIÁRIO ou do REPRESENTANTE LEGAL e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

É obrigatório Representante Legal para:

Beneficiário entre 0 a 15 anos (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2- "Assinatura do Representante Legal").

Beneficiário entre 16 e 17 anos - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante Legal").

Número do Sinistro ou ASL

CPF da Vítima

026.686.243-80

Nome completo da vítima

Flôr de lis Jane de Oliveira

DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL

| | | |
|---|--|-----------------------------------|
| Nome completo Flôr de lis Jane de Oliveira | CPF titular da conta 026.686.243-80 | Profissão do Lar |
| Endereço Av. Pedro Freitas | Número 2166 | Complemento |
| Bairro São Pedro | Cidade Teresina | CEP 64.018-000 |
| Email | Estado Piauí | Telefone (DDD) (86) 99982-3093 |

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS

| | | | |
|---|--|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> RECUSO INFORMAR | <input type="checkbox"/> SEM RENDA | <input type="checkbox"/> ATÉ R\$ 1.000,00 | <input type="checkbox"/> R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00 |
| <input type="checkbox"/> R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00 | <input type="checkbox"/> R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00 | <input type="checkbox"/> R\$ 7.001,00 ATÉ R\$ 10.000,00 | <input type="checkbox"/> ACIMA DE R\$ 10.000,00 |
| <input checked="" type="checkbox"/> CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção) | | | |
| <input type="checkbox"/> BRADESCO (237) <input type="checkbox"/> BANCO DO BRASIL (001) <input type="checkbox"/> ITAÚ (341) <input checked="" type="checkbox"/> CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104) | | | |
| AGÊNCIA NRO. 1606 | D/V | CONTA NRO. 304.722 | D/V 0 |
| (Informar dígito se existir) | | (Informar dígito se existir) | |
| <input type="checkbox"/> CONTA CORRENTE (todos os bancos) | | | |
| BANCO Nome | | NRO | |
| AGÊNCIA NRO. | | CONTA NRO. | |
| D/V | | D/V | |
| (Informar dígito se existir) | | (Informar dígito se existir) | |

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

Teresina, 17 de Setembro de 18

Local e Data

Flôr de lis Jane de Oliveira

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

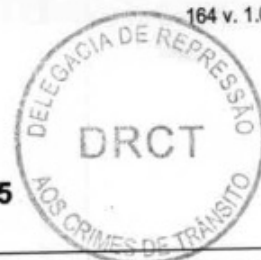
Campo 2 - Assinatura do Representante Legal





Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

164 v. 1.0



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100203.002591/2018-55

Unidade de Registro: DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO Resp. pelo Registro: Cláudio Costa De Sousa

Data/Hora: 25/07/2018 - 10:49

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO
Tipo Local
VIA PÚBLICA
Município
TERESINA
Endereço
AV. PEDRO FREITAS C/ RUA PORTO, Nº:
Complemento

473405
Bairro
SÃO PEDRO

Data/Hora
11/03/2018 - 04:00

Ponto de Referência

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: LENILSON DOS SANTOS FEITOSA
RG: 1921531 SSP PI
Mãe: ANTONIA DE LOURDES DOS SANTOS
Pai: EDSON ALVES FEITOSA
Endereço: RUA PORTO, Nº 258
Bairro: SÃO PEDRO
Cidade: TERESINA
Telefone(s): 86-8842-0854 86-9584-9221

Tipo Envolv.: VITIMA/Noticiante

Nome: FLÔR DE LIS IANE DE OLIVEIRA
RG: 2398866 SSP PI
Mãe: MARIA ISABEL DE OLIVEIRA
Endereço: RUA HENRIQUE DIAS, Nº 310
Bairro: SÃO PEDRO
Cidade: TERESINA
Telefone(s): 86-9544-4429

Tipo Envolv.: VITIMA

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal culposa no trânsito (Art. 303 do CTB).

RELATO DA OCORRÊNCIA

O NOTICIANTE RELATA QUE CONDUZIA A MOTO HONDA/CG 125 FAN KS, PLACA NIU-7473-PI, COR PRETA, RENAVAM 230799965, PROP. DE GEONEIDE NASCIMENTO SANTOS, E QUE TRAFEGAVA PELA AV. PEDRO FREITAS, SENTIDO CENTRO, QUANDO UM AUTOMÓVEL DE PLACA NIH-3785, CONDUZIDO POR HELIO, QUE TRAFEGAVA PELA RUA PORTO, INVADIU A PREFERENCIAL, PROVOCANDO A COLISÃO. FOI SOCORRIDO POR LEONARDO DO NASCIMENTO ALMEIDA, RUA EURÍPEDES DE AGUIAR, 2368-SÃO PEDRO, E LEVADO PARA A UPA. DEPOIS TRANSFERIDO PARA O HUT. (PRONT. 134110). A PASSAGEIRA DA MOTO, FLÔR DE LIS IANE DE OLIVEIRA, FOI SOCORRIDA PELO SAMU E LEVADA PARA O HUT. (PRONT. 448670). DECLARAÇÕES DO NOTICIANTE.

Cláudio Costa De Sousa - Mat. 1085166
AGENTE DE POLÍCIA

LENILSON DOS SANTOS FEITOSA - Noticiante
Responsável pela Informação



Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

164 v. 1.0

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100203.002591/2018-55

Delegado de Polícia



Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal* é obrigatório para os seguintes casos:

Casos com vítima entre 0 a 15 anos – O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

Casos com vítima entre 16 e 17 anos - Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Casos com vítima interditada com curador – Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima: Flôr de Lis Jane de Oliveira CPF da Vítima: 026.686.243-80 Data do Acidente: 11.03.2018

REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA

| | |
|--------------------------------------|----------------------------|
| Nome completo do Representante Legal | CPF do Representante legal |
| Email | Telefone (DDD) |

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

Assinalar uma das opções abaixo:

- ☐ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☒ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

Teresina 17 de Setembro de 18
Local e Data

Flôr de Lis Jane de Oliveira
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

DALI.001 V001/2017





Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Teresina

REGISTRO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR Serviço Móvel de Atendimento de Urgência - SAMU



SAMU
192

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Dados do Chamado | 01 N° do chamado | 02 Data do chamado | 03 PRO (código) | 04 Saída do PA | 05 Chegada ao local |
| | 1534 | 11/03/18 | 2903 | 27/36 | 04/38 |
| Local da Ocorrência | 06 Saída do local | 07 Chegada ao 1° hospital | 08 Saída do 1° hospital | 09 Chegada ao 2° hospital | |
| | 04/11/8 | 04/52 | | | |
| Dados do Paciente | 10 Endereço | 11 Bairro | 12 Município-UF | Código IBGE | |
| | Rua Porto / Dedo Freitas | | Te - Pi | | |
| Tipo de Ocorrência | 13 Ponto de referência | 14 Nome | 15 Sexo | 1 - Masculino 2 - Feminino 9 - Ignorado | |
| | | Flávia de Jesus de Oliveira | | 2 | |
| Acidente de Transporte | 16 Idade | 17 Indícios de ingestão de bebida alcoólica? | Se idade ignorada, preencha com 999 | | |
| | 3/2/1/3 | 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado | | | |
| Exame Físico | 18 Tipo de ocorrência | 19 Vítima | 20 Meio de locomoção | 21 Outra parte envolvida | 22 Equipamentos de segurança |
| | 01 - Acidente de transporte 02 - Agressão física-espantamento 03 - Agressão física-FAF 04 - Agressão física-FAB 05 - Urgência psiquiátrica 06 - Tentativa de suicídio 07 - Envenenamento 08 - Afogamento 09 - Queimadura 10 - Choque elétrico 11 - Queda 12 - Urgência clínica 13 - Urgência obstétrica 14 - Transferência 15 - Exames complementares 16 - Outros 17 - Já removido 18 - Falso chamado | 1 - Pedestre 2 - Condutor 3 - Passageiro 9 - Ignorado | 1 - A pé 2 - Automóvel 3 - Motocicleta 4 - Bicicleta 5 - Ônibus/Micro-ônibus 6 - Outro 9 - Ignorado | 1 - Automóvel 2 - Motocicleta 3 - Ônibus/Micro-ônibus 4 - Bicicleta 5 - Objeto fixo 6 - Animal 7 - Outra 9 - Ignorado | Capacete <input type="checkbox"/> Airbag <input type="checkbox"/> Cinto de segurança <input type="checkbox"/> Assento para criança <input type="checkbox"/> |
| Assistência | 23 Glasgow = 15 | 24 Sinais Vitais | 25 Local da lesão | | |
| | ABERTURA OCULAR 4 - Espontânea 3 - À voz 2 - À dor 1 - Nenhuma RESPOSTA VERBAL 5 - Orientada 4 - Confusa 3 - Palavras inapropriadas 2 - Palavras incompreensíveis 1 - Nenhuma RESPOSTA MOTORA 6 - Obedece a comandos 5 - Localiza dor 4 - Movimento de retirada 3 - Flexão anormal 2 - Extensão anormal 1 - Nenhum | Pulso 100 Resp. 19 rpm PA 107/70 TAX 99 SatO2 97 | | | |
| Hospital de Destino | 26 Pupilas | 27 Pulso | 28 Sangramento | 29 Dor | 30 Fratura |
| | 1 - Iguais 2 - Desiguais 1 - Cheio 2 - Fino 3 - Ausente | Radial Central 1 - Cheio 2 - Fino 3 - Ausente | 1 - Sim 2 - Não | 3 - Moderada 7 - Intensa Sem Dor 0 - Leve | 1 - Sim 2 - Não 3 - Suspeito |
| Observações Interdisciplinar | 31 Procedimentos realizados (1 - Sim 2 - Não) | 32 Hospital de Destino | 33 Condições de entrada | 34 Óbito | |
| | Aspiração <input type="checkbox"/> Prancha longa/curta <input type="checkbox"/> Imobilização de extremidades <input type="checkbox"/> Glicemia <input type="checkbox"/> Oxigênio <input type="checkbox"/> Colar cervical <input type="checkbox"/> Reanimação cardiopulmonar <input type="checkbox"/> Acesso Venoso <input type="checkbox"/> Curativos <input type="checkbox"/> Kred <input type="checkbox"/> Assistência obstétrica <input type="checkbox"/> Medicamentos a) <input type="checkbox"/> b) <input type="checkbox"/> c) <input type="checkbox"/> | Hur | 1 - Melhorado 2 - Piorando 3 - Inalterado | 1 - Sim 2 - Não Antes do socorro <input type="checkbox"/> Antes do transporte <input type="checkbox"/> Durante o transporte <input type="checkbox"/> | |
| <p>Paciente vítima de Politrauma, encontra-se Consciente com excoriações, entus e Eupneica.</p> <p>A. tra aérea Pérvia e sem dor cervical</p> <p>B. Eupneica.</p> <p>C. Entus</p> <p>D. Glaucoma 15 + Pupila fotorecensor e Inocóricas</p> <p>E. excoriações em membros inferiores.</p> | | | | | |
| <p>Go de Sousa Alencar</p> <p>Assistente de recepção</p> <p>11/03/2018</p> | | <p>Socorristas</p> <p>Médico <u>10111111</u></p> <p>AE/TE <u>11111111</u></p> | | <p>Enfermeiro <u>Evaldo</u></p> <p>Condutor <u>James</u></p> | |

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 09/10/2018

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 843,75

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 01606

CONTA: 000000104722-0

Nr. da Autenticação 34519378E55ED334



COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ
Av. Maranhão 759 - Centro/Sul - Teresina - PI
CNPJ: 06.840.748/0001-89 | Ins. Estadual: 19.301.383-5
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Sistema B-1
Regime especial de impressão autorizado pela SEFAZ DA/PI

Nº da Nota Fiscal: 008117174

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada
pelo Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

| CONTA MÊS | VENCIMENTO | CONSUMO (KWH) | TOTAL A PAGAR (R\$) |
|------------|------------|---------------|---------------------|
| JUNHO/2018 | 19/07/2018 | 30 | 81,64 |

FREDSON ARAUJO CASTELO BRANCO
AV PEDRO FREITAS 2166/ 2162 VERMELHA
CPF: 00049065874372
CEP: 64.018-000 - TERESINA

| DADOS DA LEITURA | | KWH | | DATAS DA LEITURA | |
|-----------------------------|--------|------|--|------------------|------------|
| Atual: | 64678 | | | Atual: | 27/06/2018 |
| Anterior: | 64678 | | | Anterior: | 25/05/2018 |
| Constante de Multiplicação: | 1,000 | | | Próxima Leitura: | 24/07/2018 |
| Consumo Medido: | 0 | | | Emissão: | 04/07/2018 |
| Consumo Fatorado: | 30 | FEMP | | Apresentação: | 16/07/2018 |
| Consumo Mínimo: | MINIMO | | | | |

| DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA | | | | | |
|------------------------------|---------|----------------|-------|-------------|-----------------|
| Classe/Subclasse | Ligação | Número Medidor | Posto | Código Fis. | Módulo 12 meses |
| RESIDENCIAL | MONO | A721511 | | 1.1.1.1 | 85 |

| HISTÓRICO KWH | | DESCRIÇÃO DA CONTA | |
|---------------|----------------|-------------------------------|---------------------------|
| Mês/Ano | Módulo consumo | CONSUMO | 30 A R\$ 0,625528 = 18,76 |
| MAI/18 | 79 | PARCELAMENTO DE DEBITOS 5/10 | 62,88 |
| ABR/18 | 0 | ADICIONAL BANDEIRA AMARELA - | 0,05 |
| MAR/18 | 103 | ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA - | 1,22 |
| FEV/18 | 100 | | |
| JAN/18 | 72 | | |
| DEZ/17 | 64 | | |
| NOV/17 | 181 | | |
| OUT/17 | 322 | | |
| SET/17 | 10 | | |
| AGO/17 | 0 | | |

MENSAGENS IMPORTANTES / REAVISO DE VENCIMENTO

Mes/Ano: 05/2018 Valor R\$: 204,06

Unidade consumidora sujeita a suspensão do fornecimento de energia elétrica a partir de 01/07/2018, em função das contas não pagas desta natureza. O não pagamento poderá resultar também a inclusão do nome do consumidor na CENSA, informando ainda existência de contas vencidas e não quitadas, no valor de R\$ 434,75 (valor histórico). Caso tenha efetuado o pagamento favor desconsiderar este aviso.

LIGUE 0800 086 0800 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 1 5 10 15 20 25

RESERVADO AO FISCAL BE12.6C5A.5B15.826C.E8C6.063C.C203.8E8D

| COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$ | | IMPOSTOS/DEBITOS - R\$ | |
|--|-------|------------------------|-------|
| Distribuição: | 5,13 | Base de Cálculo: | |
| Energia: | 9,72 | Alíquota ICMS: | |
| Transmissão: | 1,52 | Valor do ICMS: | 0,15 |
| Encargos: | 1,54 | Valor do PIS: | 0,70 |
| Tributos: | 0,85 | Valor do COFINS: | |
| INDICADORES DE CONTINUIDADE | | | |
| Índice | 2017 | 2018 | 2019 |
| Índice de Continuidade | 5,31 | 10,63 | 21,25 |
| Índice de Qualidade | 3,11 | 6,23 | 12,45 |
| Índice de Satisfação | 12,45 | 3,03 | 0,00 |
| Índice de Segurança | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Índice de Acesso | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Índice de Custo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Índice de Eficiência | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Índice de Sustentabilidade | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Índice de Inovação | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Índice de Governança | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Índice de Transparência | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Índice de Responsabilidade Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Índice de Responsabilidade Ambiental | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Índice de Responsabilidade Econômica | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Índice de Responsabilidade Cultural | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Índice de Responsabilidade Ética | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Índice de Responsabilidade Política | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Índice de Responsabilidade Religiosa | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Índice de Responsabilidade Filosófica | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Índice de Responsabilidade Científica | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Índice de Responsabilidade Tecnológica | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Índice de Responsabilidade Artística | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Índice de Responsabilidade Esportiva | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Índice de Responsabilidade Lúdica | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Índice de Responsabilidade Científica | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Índice de Responsabilidade Tecnológica | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Índice de Responsabilidade Artística | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Índice de Responsabilidade Esportiva | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Índice de Responsabilidade Lúdica | 0,00 | 0,00 | 0,00 |



**Aguas de
Teresina**

Nossa água muito bem tratada

TC 1.36
20180807102233

CNPJ 27157474000106 - LE 195965574
Av. Odilon Araújo, 1035; Píçarra - CEP 64017-280, Teresina - PI
Telefone: 0800 223 2000 ou 315 / (86) 98124-3199

MATRICULA 13650041-2 FATURA Nº 152256673
MÊS/ANO 8/2018

NOME/ENDEREÇO
MORADOR MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA
RUA HENRIQUE DIAS, 790-VERMELHA-TERESINA-PI-cep:64019330

LOCALIZAÇÃO
002-00019-002030

GRUPO 002 NÚMERO DO HIDRÔMETRO
A05N287017

| HISTÓRICO DE CONSUMO | ANO | TIPO | LIDO | REAJUSTADO |
|----------------------|------|------|------|------------|
| 07/2018 | Lido | 76 | 76 | 76 |
| 06/2018 | Lido | 24 | 24 | 24 |
| 05/2018 | Lido | 16 | 16 | 16 |
| 04/2018 | Lido | 15 | 15 | 15 |
| 03/2018 | Lido | 15 | 15 | 15 |
| 02/2018 | Lido | 22 | 22 | 19 |

ECONOMIAS - CATEGORIAS/TIPO TARIFA
1 Residencial - Normal

DATA
ANTERIOR 11/07/2018 LITURA 1441
ATUAL 07/08/2018 1458

CONSUMO MÊS M3 17
LID 10,740000
PIL (R\$) 2,41 + 1,65% = 1,02
CONSUMO 62,41 + 7,60% = 4,74

TABELA DE TARIFAS

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DA FATURA

| RESIDENCIAL | TARIFA DE CONSUMO (R\$) E (%) |
|-------------|-------------------------------|
| 10 | 25 4,9400 50 |
| 25 | 9999999 8,5300 50 |

| VALOR | REFERENTE | VALOR |
|---------|------------------------------|-------|
| 61,09 | VALOR REFERENTE AGUA - 61,09 | |
| 17,0 m3 | > Residencial-Normal | |
| 0,16 | JUROS POR ATRASO 07/2018 | |
| 1,16 | MULTA POR ATRASO 07/2018 | |

NÃO RESIDENCIAL
TARIFA DE CONSUMO (R\$) E (%)



VENCIMENTO
20/08/2018

TOTAL A PAGAR
62,41

IRREGULARIDADES / ANOMALIAS

MENSAGEM
INFORMAMOS QUE SUA LIGACAO DE AGUA PODERA SER MODIFICADA
CASO NAO ESTEJA DEVIDAMENTE DE ACORDO COM OS PADROES.

NOTIFICAÇÃO

Após 30 dias do vencimento, o não pagamento desta fatura ocasionará a suspensão dos serviços, conforme Leis Federais nº. 11.445/2007, Art. 40, inciso V e nº. 8.987/95, Art. 6º, §3º, inciso II.

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E QUÍMICAS DA ÁGUA DISTRIBUÍDA (PRC Nº 5, 28 DE SETEMBRO DE 2017, ANEXO XX)

| PARÂMETROS | AMOSTRAS REALIZADAS | AMOSTRAS EM CONFORMIDADE | AMOSTRAS EM DISCONFORMIDADE | MÉDIA / MÊS | VALOR PERMITIDO |
|--------------|---------------------|--------------------------|-----------------------------|-------------|------------------|
| CLORO LIVRE | 2.718 | 2.700 | 18 | 1,32 | 0,20-5,00 mg/L |
| COR APARENTE | 2.808 | 2.327 | 481 | 10,01 | Inferior a 15,00 |
| PH | 2.793 | 2.782 | 11 | 6,82 | 6,00-9,50 |
| TURBIDEZ | 2.803 | 2.559 | 244 | 2,56 | Inferior a 5,00 |

CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS DA ÁGUA DISTRIBUÍDA (PRC Nº 5, 28 DE SETEMBRO DE 2017, ANEXO XX)

| PARÂMETROS | AMOSTRAS REALIZADAS | AMOSTRAS EM CONFORMIDADE | AMOSTRAS EM DISCONFORMIDADE | MÉDIA / MÊS | VALOR PERMITIDO |
|-------------------|---------------------|--------------------------|-----------------------------|-------------|-----------------|
| COLIFORMES TOTAIS | 473 | 472 | 1 | Ausencia | Ausente |
| ESCHERICHIA COLI | 473 | 473 | 0 | Ausencia | Ausente |

DATA DA EMISSÃO: 07/08/2018 HORA DA EMISSÃO: 10:22

TC 1.36 20180807102233

**Aguas de
Teresina**

MATRICULA
13650041-2

FATURA Nº 152256673
MÊS/ANO 8/2018

VENCIMENTO
20/08/2018

VALOR A PAGAR
62,41

82650000000-3 62411535000-8 00201815225-2 66730100104-2



DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO
PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.susep.gov.br/BIBLIOTECAWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP¹ nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de **profissão e renda**, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, **esta recusa é passível de comunicação ao COAF²**.

¹ Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº9.613/98.

Pelo exposto, eu, Maia do Carmo Procudorio da Silva, inscrito (a) no CPF/CNPJ 703.754.703/114,
na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário Flôr de lis Jane de oliveira, inscrito
(a) no CPF sob o Nº 026.686.243/80, do sinistro de DPVAT cobertura Invalidiz da Vítima
Flôr de lis Jane de oliveira, inscrito (a) no CPF sob o Nº 026.686.243/80, conforme
determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: _____ Renda: _____ e apresento os documentos comprobatórios:

☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

| | | | |
|--------------------------------------|---------------------------|-------------------------|---|
| Endereço <u>Rua Henrique Dias</u> | | Número <u>790</u> | Complemento |
| Bairro <u>Unielha</u> | Cidade <u>Tererina</u> | Estado <u>Piauí</u> | CEP <u>64019-370</u> |
| Email | | Telefone comercial(DDD) | Telefone celular (DDD) <u>(86)99982-3093</u> |

Tererina 17 de Setembro de 18
Local e Data

Maia do Carmo Procudorio da Silva
Assinatura do Declarante

DLDR001 V001/2017



Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Geoneide Nascimento Santos,
RG nº 1.556.917, data de expedição 21/10/19U,
Órgão SSP/PI, portador do CPF nº _____, com
domicílio na cidade de Tererina, no Estado de
Piauí, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)
Rua N, nº 2198
complemento santo Antonio, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a
vitima Flôr de lis Jane de Oliveira cujo o condutor era
Lenilson dos Santos Feitosa

Veículo: MOTO
Modelo: HONDA CG 125 FAN KS
Ano: 2010
Placa: NJU-7U73
Chassi: 9C2JCUJ10AR062538
Data do Acidente: 11.03.2018
Local e Data: Timon-MA 24.07.2018

Geoneide Nascimento Santos
Assinatura do Declarante

Lenilson dos Santos Feitosa
Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima declarante do sinistro)

| |
|-----------------------------------|
| DEPARTAMENTO DE SINISTROS |
| DPVAT |
| CONTEUDO NÃO VERIFICADO |
| 27 SET. 2018 |
| GENTE SEGURADORA S.A. |
| Rua Coelho de Resende, 465 Loja C |
| Centro - Noroeste CEP: 54.062-470 |

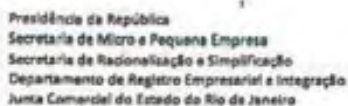
SERVENÇA EXTRAJUDICIAL
Comarca de Timon
Dr. Raimundo Leão



Cartório do 1º Ofício
TIMON, MA

Em Testemunho
Timon (MA) 24.07.2018 da verdade.
Ruth Maria de Oliveira
Escrivente Substituta





PEREIRA, SÉRGIO. O uso da função derivada e a ideia de limite. *Revista de Matemática da UFPA*, v. 12, n. 1, p. 1-10, 1998.

33.3.0028479-6

Time Allocation

Sociedade anônima

Positive Entrepreneurial

☐ Normal

119. An Introduction

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Claims Argumentation

0000218500 - 28/12/2017

NAME: 11.3.0018479.4

SEGURODORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Salute(s): 101501004

Hash: 8CC52033-073D-4232-8033-7CC99430A904

| Órgão | Calculado | Pago |
|-------|-----------|--------|
| Junta | 570,00 | 570,00 |
| Pag: | 21,00 | 21,00 |



REQUERIMIENTO


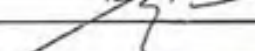
Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

| | | |
|-------|----------------------|---|
| Local | Nome: |   |
| | Assinatura: | |
| | Telefone de contato: | |
| Data | E-mail: | |
| | Tipo de documento: | Híbrido |
| | Data de criação: | 24/01/2018 |
| | Data da 1ª entrada: | |



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

MTRE: 333.0028479-6 Protocolo: 02-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Audit Id: FD69743867A48220CFC4H56AFAD5E3CF8FFD5CF68740F233K496AFDA3CE1FD8

Autenticação: FD89743867A482202E4856AFAD632C7827D3C9F68740F233E4963F3A33C71B5
Para validar o documento acesse <http://www.tucetja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo. Pág. 2/13



JUDE ITA
Jude Itzchak



Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 23/05/2020 19:02:37

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1q/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052319020115100000009382673>

Número do documento: 20052319020115100000009382673

Num. 9864608 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.


4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

| | |
|--|--|
| Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro | |
| Empresa: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A | |
| NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018 | |
| CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003189059 e demais constantes do termo de autenticação. | |
| Autenticação: FD69743867A48220CF0E4B56AFAD58CF8F7D0F233E496A7A80617A8 | |
| Para validar o documento acesse http://www.juceerj.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº do protocolo. Pág. 3/13 | |



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reafirmar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

| N | MEMBRO | RCA | MANDATO | FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP |
|---|-----------------------------|------------|------------|--|
| 1 | José Ismar Alves Torres | 14.12.2017 | 13.12.2018 | Diretor Presidente |
| 2 | Helio Bitton Rodrigues | 14.12.2017 | 13.12.2018 | sem função específica |
| 3 | Cristiane Ferreira da Silva | 14.12.2017 | 13.12.2018 | Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional) |
| 4 | Milton Bellizla | 15.02.2017 | 14.02.2018 | Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional) |
| | | | | Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional) |
| | | | | Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional) |
| 5 | Andrea Louise Ruano Ribeiro | 15.02.2017 | 14.02.2018 | Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle) |
| | | | | Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle) |
| | | | | Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle) |

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

Handwritten signatures

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028478-6 Protocolo: 00-1018/917153-4 Data do protocolo: 24/01/2018
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 sob o número 2005231902011510000009382673 e demais informações de acordo com a autenticação.
Autenticação: 706974380E8A8220C0F08A855AFAD08C7B97F53C95E74C7212B896A7DAB0E17B8
Para validar o documento acesse <http://www.jucecja.org.br/servicos/canaldigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13

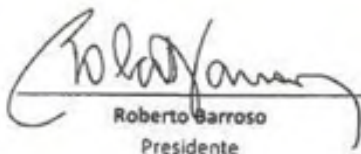


7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do teor do autenticação.
Autenticação: FD69743B6FA48220CFE4856APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E17B8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 5/13



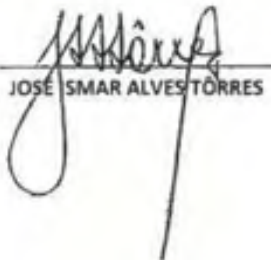
SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

| | |
|--|--|
| Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro | |
| Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A | |
| NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018 | |
| CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00093149055 e demais constantes do termo de autenticação. | |
| Autenticação: FD69763867A48220C7DE4806A7ADE1ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88 | |
| Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pág. 8/13 | |



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

| | |
|---|--|
| Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro | |
| Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A | |
| NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data de protocolo: 26/01/2018 | |
| CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação. | |
| Autenticação: FD6974386FA48220CF0E4B56AFAD5EC78FFD03CF69740F233E496AFDA30E1F88 | |
| Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pág. 10/13 | |



*9 P. Constantino de Almeida de Jesus et al.

Oliveira J. P. de, Pontes S. M. de, 2018, 2 de janeiro de 2018, publicado no Diário Oficial do Ceará, de 2 de janeiro de 2018, página 148, seção 1, artigo 10: "... os membros do conselho de administração instituído em 1º de novembro de 2017"; Silva, "... na assembleia geral recomendada instituída em 1º de novembro de 2017".

PORTARIA Nº 18, DE 14 DE JANEIRO DE 2018

8415/2 2015 54/0000

Considerando a Portaria Federal nº 96.540, de 18 de maio de 1998, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;

Carbideiros que a tornam um ambiente per a sociedade, comunitária e depressa se $\frac{1}{2}$ de 20.º de Regeneração para a "Imagem Nativista de Prudente Dilligent, deve avaliar a adequação dos recursos e dos equipamentos nativistas destinados a 2012. Sm.

CARLOS ALBERTO DE ALCÁZAR

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTABLA Nº 7 DE 12 JANUARO DE 1994

TABLE 1. *Continued*

ANEXO II

Considerando a importância de dados dos Registros de Avaliação de Conformidade aprovados pela Portaria Interam nº 104/2004, anexo:

ANEXO I - Fim: aprovar os dados dos Registros de Avaliação de Conformidade para Tipos de Carga Automáticas aprovados no âmbito do Programa de Produtos Perigosos, publicados pela

Avenida Colombo, n° 13, 30 14 200, Jardim do Brasil, apartamento
 502, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: maria.rosa@unirio.br
 ou via endereço above
 Instituto Nacional de Meteorologia, Qualidade e Climatologia
 - Inmetec
 Centro de Afluência de Conformidade - Inact
 Rua São Albano, n° 416 - 2° andar - Rio de Janeiro

PAULINE BONE-SANTINI

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCLE 48 ON THE READER SERVICE CARD

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO INSTITUTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, COMISSÃO EXTERNE DE CIÊNCIAS, no uso de suas atribuições legais, resolve, mediante a análise de Arago, as propostas de modificação do Regulamento Interno do INCT, e do Tercio Empresa Comum para o Projeto de Desenvolvimento de Regeneração Intelectual (DEIR), no que se refere ao estabelecimento das condições de funcionamento de governo tripartite na área de coordenação do Centro "Arago" e do Tercio Empresa Comum e Classificação de Microscópios, do Instrumento nº 1, CEP 30123-000, Brasília (DF). A correspondência deverá ficar sob o rubrica da área Ciência e Tecnologia, e será encaminhada ao projeto de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

7. As informações relativas às propostas deverão ser apresentadas mediante o preenchimento integral do modelo próprio, disponível na página desta Minicidade no endereço eletrônico www.municiodoscarlos.org.br. O licitante também pode se inscrever pelo endereço licitacao@carlos.org.br ou pelo endereço de acesso eletrônico licitacao.carlos.org.br.

1. O nome da instituição e o e-mail dos responsáveis poderão ser retirados por meio do endereço eletrônico <http://www.mda.gov.br/diaria.php> por meio de solicitação de remoção de dados enviada para o e-mail: mda@mda.gov.br. Caso haja, posteriormente, alteração de todos realizados pelas clínicas em nomeação do CFT, erro nas manifestações e/ou erros dentro as informações e toda Secretaria estadual de planejamento portaria no 001/2014.

BIOGRAPHICAL INFORMATION: THE FILM

[illegible]

For answers go to <http://www.mcgraw-hill.com>

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.206-1 de 19/8/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURODORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO PRIVAT S/A

NÍMERO: 111-0028478-4 Expediente: 00-2018/013193-4 Data do protocolo: 28/01/2018

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 10/01/2018 às 09:05:00 Nº 00001149052 e demais documentos do termo de

[illegible]

本報告の作成に協力した関係者は、以下のとおりである。

Para validar o documento acesse <http://www.tucasa.jf.gov.br/servicos/chanceladigital>. Informe o nº de protocolo. Pág. 5/13





4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

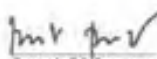
Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10


Bernardo K.S. Berninger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/08/2016
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE92082968235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996608

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10

Bernardo F. S. Benavente
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018





4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

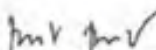
ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 3 de 10


Bernardo S. S. Schwager
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9ADC86883B2947C61B477D798CBA11812475AE92082968235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4986510

convocada.

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo A. S. Benavente
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/08/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D78BCBA11812475AE9208296B235403C7845C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4596511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10


Fernando R. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

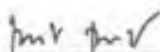
ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 6 de 10


Bernardo F. S. Derwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284795
Protocolo: 0020153575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86853B2947C61B477D7B8CBA11812475AE9205296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

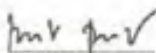
ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10


Bernardo R.S. Berninger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018





4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

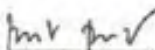
Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10


Bernardo R. S. Serwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018





4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

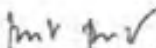
ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 9 de 10


Bernardo F. S. Barwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208298B235403C7845C685
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018



de março de 1967.

19/9



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10

Bernardo A. S. Benveniste
Secretário Geral


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9ADC86883B2947C81B477D799CBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002956803 - 11/10/2015



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-Df, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, deslutar, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas
Tribunal Carlos Alberto Pereira Oliveira
Ade28090
086674
Protocolo de 17/02/2018, em favor de HÉLIO BITTON RODRIGUES e
JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (00000794533)
Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.
Em testemunha
de verdade
Lcmf. por
Tribunal
Total
CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Paula Cristina A. O. Gaspar
Escriturante
CPF: 40052484-09077 ME
Av. 20 5 3º Lda 8.585/04



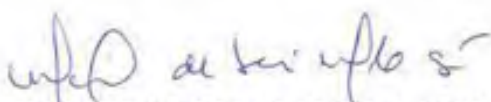
SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador das Seguradoras: **AIG SEGUROS BRASIL S/A**; **ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A**; **ALFA SEGURADORA S/A**; **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A**; **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**; **ANGELUS SEGUROS S/A**; **ARGO SEGUROS BRASIL S/A**; **ARUANA SEGUROS S.A.**; **ASSURANT SEGURADORA S.A.**; **ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS**; **AUSTRAL SEGURADORA S/A**; **AXA CORPORATE SOLUTIONS SEGUROS S.A.**; **AXA SEGUROS S/A**; **AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**; **BANESTES SEGUROS S/A**; **BMG SEGUROS S/A**; **BRADERCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS**; **BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CAIXA SEGURADORA S/A**; **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A**; **CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CENTAURUS VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A**; **CHUBB SEGUROS BRASIL S/A**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**; **CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL**; **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**; **COMPREV SEGURADORA S/A**; **COMPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **ESSOR SEGUROS S/A**; **FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A**; **FATOR SEGURADORA S/A**; **GAZIN SEGUROS S.A.**; **GENERALI BRASIL SEGUROS S/A**; **GENTE SEGURADORA S/A**; **ICATU SEGUROS S/A**; **INVESTPREV SEGURADORA S/A**; **INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A**; **J. MALUCELLI SEGURADORA S/A**; **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**; **MAPFRE VIDA S/A**; **MBM SEGURADORA S/A**; **MG SEGUROS VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A**; **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **OMINT SEGUROS S/A**; **PAN SEGUROS S/A**; **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**; **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **POTTENCIAL SEGURADORA S/A**; **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A**; **PREVIMIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **SABEMI SEGURADORA S/A**; **SAFRA SEGUROS GERAIS S/A**; **SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A**; **SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS**; **SOMPO SEGUROS S/A**; **STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.**; **SUHA SEGUROS S/A**; **SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A**; **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**; **TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A**; **UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA**; **USEBENS SEGUROS S/A**; **VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **XL SEGUROS BRASIL S/A**; **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato



anexo, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, ficando, desde já, **VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A**, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2018.



MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS

OAB/RJ 135.132



CARTA DE PREPOSTO

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74,5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04 pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui como PREPOSTO(A)

ADDA BANDEIRA DE MELO DE DEUS -CPF 003.705.143-19, ADÃO NALDO PIRES DE SOUSA CPF 038.935.033-82, ANA CÉLIA BENVINDO ROCHA MARTINS -CPF 687.827.483-49, AIRLA MEIRELES MELO -CPF 076.123.843-37, ALANA SOARES GOMES Rg 4.060.599 CPF 074.060.463-59, ALISSANDRA SUIME DA SILVA SOUSA -CPF 056.843.563-03, AMANDA ELYZABETH HOLANDA MARINHO -CPF 058.349.493-55, ANA CAROLINA DE SOUSA -CPF 073.877.223-23, ANA CLARA FREITAS BRITO SILVA -CPF 065.778.053-77, ANA PAULA DO NASCIMENTO SILVEIRA DE AZEVEDO -RG 1.194.917 SSP-PI, ANDERSON RAFAEL LEAL BRITO -CPF 030.189.913-46, ANDREIA GOMES DE CARVALHO - CPF 055.880.293-13, ANDREIA VANDRESSA DE SOUSA SILVA -CPF 016.386.953-77, ANDRE LIMA EULALIO -CPF 038.451.883-40, ANLY GONÇALVES FERRAZ COSTA -CPF 006.049.263-59, ARILTON LEMOS DE SOUSA -CPF 789.681.603-25, BARBARA PRISCILA DA SILVA -CPF 002.407.753-41, BIANCA CONSTANCIO DAMASCENO -CPF 043.488.833-86, CARLA RENATA FERNANDES DE MELO -CPF 061.616.273-10, CARLOS HENRIQUE FERREIRA COELHO CPF: 053.117.823-40; CARLOS EDUARDO RODRIGUES LIMA CAVALCANTE -CPF 014.594.843-98, CARLOS RAFAEL SANTOS OLIVEIRA DA SILVA -CPF 028.941.513-65, CARLOS RAFAEL CUNHA -CPF 600.002.863-62, CAROLINA BEZERRA DE ALMEIDA -CPF 041.639.933-98, CHARLANA PAULA MARTINS DA SILVA -CPF 065.480.643-80, CÍNTIA PATROCÍNIO DA SILVA -CPF 057.833.283-32, CLEONICE FERNANDES MAIA -CPF 915.014.233-05, CLEUDEVALDO GONÇALVES DOS SANTOS -CPF 047.800.203-36, CLAUDENEIDE MOREIRA DA SILVA -CPF 714.730.173-00 RG-1.446.289, DENILSON ARAUJO DA SILV -CPF nº 962.144.731-34, DANILO, RIBEIRO CARVALHO CPF 026.483.053-94, DEUSDEDITH GUERRA DE FREITAS NETO -CPF 997.477.663-53, DIEGO MORAIS COSTA -CPF 035.773.343-63, EDUARDO OLIVEIRA BARROS -CPF 923.931.793-72, EVANDA MARIA DE SOUSA ARAÚJO CPF 048.278.573 00 e RG 3.223.168 EMANUEL DIAS DA SILVA -CPF 046.378.843-57, EMANUEL MESSIAS DA ROCHA VIANA -CPF 551.923.943-68, FABRICIA DE OLIVEIRA FONTENELE -CPF 019.399.272-66, FERNANDO TRINDADE DE CARVALHO FILHO -CPF 014.224.023-04, FERNANDO HENRIQUE LIMA DA SILVA - CPF 077.912.203-85, FERNANDO CARVALHO OLIVEIRA - CPF 018.702.063-98, FERNANDO ITALO SÁ VARANDA, CPF 029.449.573-84, FIRMINA DA CUNHA OLIVEIRA BARROS - CPF: 349.388.503-20, FERNANDO GARCIA ARAÚJO -CPF 167.398.887-36, FERNANDO DA ROCHA E SILVA - CPF 020.976.073-73, FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA -CPF 047.556.643-22, FRANCISCO GUILHERME RAMOS NOELTO CPF: 022.632.013-86, FRANCISCO MARQUES DA SILVA -CPF 077.093.743-87, FRANCISCO MARQUES DA SILVA JUNIOR -CPF 892.947.773-91, FRANCISCO REINALDO DE SOUSA FILHO -RG 2.578.463 SSP-PI, FRANCISCO RIGONE SILVA CARNEIRO -CPF 048.865.593-52, FRANCISCO WASHINGTON DE ARAUJO ROCHA -CPF 039.247.113-21, HELDER JOSÉ BRITO DOS SANTOS -CPF 762.043.083-00, GUSTAVO RAPOSO CORDEIRO - CPF 041.996.333-24, GABRIELLA SANTANA COSTA PIMENTEL CPF 078.903.273-23, GILCELIO COELHO COSTA RIBEIRO -CPF 035.629.223-10, GLIMARIO RIBEIRO DE ALMEIDA -CPF 008.696.703-79, IGOR VINICIUS DE ARAUJO MESQUITA -CPF 058.106.803-02, IRMA DANIELE FORTALEZA DE SOUSA -CPF 04787823302, ITALO JOSÉ ALVES DE CARVALHO -CPF 050.487.713-54, ÍTALO SÁRPIO LIMA FEITOSA -CPF 067.422.233-40, JOSAFÁ BEZERRA DE CARVALHO FILHO - CPF 052.097.983-48, JOÃO PEDRO CARDOSO - CPF 058.923.833-77, JOÃO VICTOR LIMA NASCIMENTO CPF 068.003.243-61 RG 3.753.880, JOICE CARDOSO DE SOUSA -CPF 068.264.813-24 RG 3.532.415, JOÃO VICTOR LIMA NASCIMENTO - CPF 068.003243-61 E RG 3.753.880, JACKSON DOUGLAS DE ARAUJO SOUSA -CPF 022.146.833-13, JAYNE VANESSA DA SILVA -CPF 060.307.993-80, JESSICA OLIVEIRA SOUSA -CPF 039.905.963-65, JEFFERSON FELIPE FREITAS DIAS -CPF 063.147.983-02, JEFFERSON LUIS DE ARAUJO NASCIMENTO -CPF 057.167.833-50, JOICE RAMOS CERQUEIRA -CPF 004.741.733-13, JOYCE CARDOSO DE SOUSA -CPF 068.264.813-24, JOSÉ GUILHERME DO RÊGO MONTEIRO NETO CPF 015.538.413-95, JOSÉ FIRMINO DA SILVA JUNIOR CPF 052.829.273-06, JOSÉ VITOR VILARINHO BRITO CPF 065.049.933-60, KARINE VIANE DE FREITAS CPF: 038.877.693-50; KARINA NEGREIROS DE OLIVEIRA -CPF: 071.502.173-70, KARINE SOARES DO NASCIMENTO -CPF 067.466.793-06, KLEBER LOPES DA SILVA -CPF 338.618.383-20, LARA FORTES PORTELA DE CARVALHO CPF 041.909.353-28, LANA MARIA RAMOS NOLETO ESMERALDO -CPF 338.682.633-49, LEONARDO RANIERI LIMA MELO -RG 63.564.595 SSP/PI CPF 061.415.993-89, LÍCIA NUNES GONÇALVES BANDEIRA DE MELO -CPF 184.294.083-04, LUCIANNY DA CUNHA LOPES -CPF 018.910.263-21, LAURA DA SILVEIRA AZEVEDO PESSOA -CPF 026.652.853-80, LUCAS EMANUEL FREIRE GOMES -CPF 035.419.333-30, LUIS MARIANO CASTELO BRANCO CERQUEIRA, CPF 041.405.183-16, LUIZ GONZAGA DE MACEDO FILHO -CPF 389.755.838-69, LUIZ GONZAGA ARAUJO JUNIOR -CPF 063.067.553-81, LUIZ CESAR DE OLIVEIRA -CPF 076.671.803-42, LUIZ CARLOS LIMA JUNIOR -RG 3.220.411, -CPF 059.355.003-02, MARCELO RAFAEL DE SOUSA SOARES CPF 615.446.123-20, MARIA AUXILIADORA DE MOURA MARTINS CPF 373.323.303-04, MARCELO NUNES LIMA -CPF 908.161.453-34, MARIA BEATRIZ DE SOUSA CASTELO BRANCO DE CERQUEIRA AGUIAR -CPF: 474.468.203-06, MARIANE DE OLIVEIRA MOURA - CPF 069.821.603-27, MARILENE GOMES CELESTINO -CPF 907.534.451 - 15, MARIA KALLYANY SOUSA REIS -CPF 074.592.123-00 RG 4.015.221, MARIA JONISLEIA DE DEUS -CPF 045.758.613-32 / RG 3.123.660, MARIA RAIANNY CARVALHO DOS REIS -CPF 046.734.233.-48 / RG 3.395.771, MARC BURNIE DE SOUSA ALVES FERREIRA -CPF 035.966.653-10, MARCIONE DA SILVA SANTOS -CPF 038.274.383-06, MATUSALEM BRITO VIEIRA BORGES -CPF 039.322.933-08, MATHEUS CARVALHO ARAUJO -CPF 066.779.193-07, MIRELE SUELEN MARTINS GREGÓRIO -CPF 059.304.033-33, NAYA THAYS TAVARES DE SANTAN CPF 055.764.173-05, OLAVO ALVES LOPES -CPF 071.470.523-31 RG 3.510.782, PEDRO IGOR DE ALBUQUERQUE COSTA CPF 068.487.993-00, PATRÍCIA RIBEIRO DO NASCIMENTO -CPF 050.145.183-89, PRISCILA BIANCA MORAES DOS SANTOS -CPF 064.859.673-70, RAFAELA DA SILVA LUSTOZA MARQUES. CPF : 032.345.633-22 e RG: 3.408.844, RAFAELA MATOS PORTELA -CPF 633.327.603-00, RAQUEL MENDES BARROSO DOS SANTOS -CPF 958.995.963-68, RHANNA DE AZEVEDO SERAINE CUSTÓDIO -RG 3317903 -CPF 039.753.933-94, RAIMUNDO NONATO MARTINS RODRIGUES JÚNIOR -CPF 067.972.593-80, RAIMUNDO DA PAZ SARAIVA NETO -CPF 062.632.513-79 - RG 3.536.503, RAVENA MARIA BEZERRA VIEIRA DE ARAÚJO -CPF 028.557.193-13, RODRIGO SOARES DE SOUSA -CPF 072.006.983-18, ROSIANE AGUIAR SILVA CPF 017.981.403-65, RODRIGO LIMA RODRIGUES -CPF 058.697.113-04, ROMILSON MEDEIROS ROCHA - CPF: 979.425.963-20, RUI BARBOSA DE SOUSA -CPF 872.778.323-53, SAMIA GOMES SOUSA CORREIA -CPF n.º 002.720.973-30, SIMONE MORAIS CASTELO BRANCO CERQUEIRA DE AGUIAR -CPF 059.533.713-15, TAYNÁ CERQUEIRA DOS SANTOS -CPF 073.433.353-67, VANUELLE FONTENELE DE SOUSA -CPF 061.765.453-07, VICTORIA KELLER DA FONSECA BESERRA -CPF 062.755.023-12, VIRGINIA AGUIAR DE ARAUJO -CPF 893.859.693-15, WANDERSON DOS SANTOS MACEDO -

Podendo os mesmos responder nesta qualidade a todos os termos do **PROCESSO Nº 0816369520198180140, QUE É PARTE AUTOR (A) SR(A) FLOR DE LINS IANE DE OLIVEIRA, TRAMITANDO PERANTE O(A) 9ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI**

Teresina (PI), 22 de maio de 2020.

HERISON HELDER PORTELA PINTO
ADVOCADO OAB/PI 5367/07

Ednan Soares Coutinho
Ednan Soares Coutinho
OAB/PI 1841/88



Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 23/05/2020 19:02:37

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2005231902013940000009382674>

Número do documento: 2005231902013940000009382674

Num. 9864609 - Pág. 1

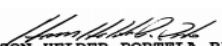
SUBSTABELECIMENTO

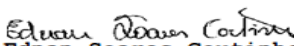
OS ADVOGADOS DR. HERISON HELDER PORTELA PINTO, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PI SOB O N.º 5367/07 e EDNAN SOARES COUTINHO advogado, inscrito na OAB/PI SOB O N.º 1841/88 SUBSTABELECEM, COM RESERVA DE IGUAIS, NA PESSOA DOS ADVOGADOS (A):

ALDEMAR SOARES LIMA JÚNIOR OAB/PI SOB O N.º 7.734, ALEXANDRA BEZERRA DE SOUSA OAB/PI SOB O N.º 9051, ANDRESSA STERPHANNIE AMARAL DE ESCORCIO SOUSA - OAB/PI SOB O N.º 14.239 AGEU ALVES DE SOUSA - OAB/PI SOB O N.º 13.784, ALANA CELINA BATISTA LIMA - OAB/PI SOB O N.º 14.148, ALDEMAR SOARES LIMA JÚNIOR - OAB/PI SOB O N.º 7.734 - ANDREY CARLOS SILVA SOUSA - OAB/PI SOB O N.º 12.549, ANTONIA MARIELE CIRLEY MARTINS RODRIGUES - OAB/PI SOB O N.º 11583, ARTUR DA SILVA BARROS - OAB/PI SOB O N.º 13.398, ATUALPA RODRIGUES DE CARVALHO NETO, OAB/PI SOB O N.º 14.026, BRUNO LOPES BARBOSA -OAB/PI SOB O N.º 15.626, CARLOS DOVAN SILVA DO NASCIMENTO - OAB/PI 11613, CAMILA MESQUITA BARBOSA -OAB/PI SOB O N.º 12.69, CAMILLA FARIAS DE C. VIEIRA- OAB/PI SOB O N.º 10688, CLODOMIR CASTRO BRAGA-OAB/PI SOB O N.º 8690, DANIEL JOSÉ DO ESPÍRITO SANTO CORREIA OAB/PI SOB O N.º 4825, DANILO RIBEIRO CARVALHO-OAB/PI SOB O N.º 8.697, DENIS RIBEIRO CARVALHO OAB/PI SOB O N.º 16.621, DOUGLAS HALEY FERREIRA DE OLIVEIRA-OAB/PI SOB O N.º 10.281, EDSON RENAN DA SILVA RODRIGUES-OAB/PI SOB O N.º 9930, EGON CAVALCANTE SOARES -OAB/PI SOB O N.º 14.644, ELKENIELLE MENDES FEITOSA-OAB/PI SOB O N.º 4.313, FAGNER PIRES DE SOUSA, OAB/PI SOB O N.º 8960 FÁBIO SOARES GOMES-OAB/PI SOB O N.º 15.459, FELIPE CARVALHO DA SILVA-OAB/PI SOB O N.º 13.379, FERNANDO ÍTALO SÁ VARANDA -OAB/PI SOB O N.º 18023, FRANCISCO MARQUES DA SILVA JÚNIOR-OAB/PI SOB O N.º 11.420, FRANCISCO DE ASSIS RIBEIRO MADEIRA CAMPOS NETO-OAB/PI SOB O N.º 14350, FÁBIO SOARES GOMES OAB/PI SOB O N.º 15.459 FLÁVIA LETÍCIA COELHO VIANA-OAB/PI SOB O N.º 9.947, FRANCISCO GESSIÊ DA ROCHA VIANA JÚNIOR-OAB/PI SOB O N.º 9.456, FREDSON OLIVEIRA VIEIRA -OAB/PI SOB O N.º 15.976, GLEYSON VIANA DE CARVALHO -OAB/PI SOB O N.º 4.442, GILCELIO COELHO COSTA RIBEIRO OAB/PI SOB O N.º 12.713, GLIMÁRIO RIBEIRO DE ALMEIDA-OAB/PI SOB O N.º 14.060, HARISON MOURÃO MILANES -OAB/PI SOB O N.º 14688, HILSON CUNHA NOGUEIRA-OAB/PI SOB O N.º 2.870, IVAN BANDEIRA DE MELO DE DEUS -OAB/PI SOB O N.º 11.772, JACINTO VIEIRA DE BRITO JÚNIOR OAB/PI SOB O N.º 12.570 JOSÉ DEODATO VIEIRA NETO -OAB PI SOB O N.º 18.013 JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS JÚNIOR-OAB PI SOB O N.º 7722, JOSÉ FELIPE LUSTOSA DE SOUSA-OAB/PI SOB O N.º 11.260, JOSIANNE SARAIVA BARBOSA DA SILVA -OAB/PI SOB O N.º 13592, LUANA DA CUNHA LOPES-OAB/PI SOB O N.º 9.152, LUAN FERNANDES DE CARVALHO-OAB/PI SOB O N.º 16.267, LUCAS BARBOSA DE CARVALHO-OAB/PI SOB O N.º 7.994, LUIS ÂNGELO DE LIMA E SILVA-OAB/PI SOB O N.º 6.722, LURDIANA GOMES DO NASCIMENTO-OAB/PI SOB O N.º 9.878, MÁRCIA RAVENA PACHECO MARTINS MOURA-OAB/PI SOB O N.º 9.041, MATHEUS TERSANDRO DE CASTRO BRANDÃO-OAB/PI SOB O N.º 13.778, MARIANO GIL CASTELO BRANCO DE CERQUEIRA -OAB/PI SOB O N.º 17.066, MARÍLIA DIAS SANTOS-OAB/PI SOB O N.º 16.412, MARIA VITÓRIA DA SILVA-OAB/PI SOB O N.º 9.598, MARIA BEATRIZ DE SOUSA CASTELO BRANCO CERQUEIRA-OAB/PI SOB O N.º 2.266, MARCELO CARVALHO RODRIGUES -OAB/PI SOB O N.º 12.530, MARIANY DOS REIS ARAÚJO DE SOUSA-OAB PI SOB O N.º 15.285, MAYARA DE MOURA MARTINS-OAB PI SOB O N.º 11257, MILTON LUSTOSA NOGUEIRA DE ARAÚJO NETO-OAB PI SOB O N.º 14.347, MIKHAIL DE MORAIS VERAS DA FONSECA-OAB/PI SOB O N.º 12.825, MÔNICA ROCHA LUZ -OAB/PI SOB O N.º 7.640, NAPOLEÃO SOARES DO NASCIMENTO JÚNIOR OAB/PI SOB O N.º 7936, NÁDIA TALITA TAVARES DE SANTANA-OAB/PI SOB O N.º 13.294, PAULA ESTER PEREIRA RODRIGUES-OAB/PI SOB O N.º 11961, PAULA APARECIDA GUIMARAES COSTA SOUSA -OAB/PI SOB O N.º 12.847, PAULO HENRIQUE NASCIMENTO DE SOUSA -OAB/PI SOB O N.º 17081, PAULA REGINA DE CARVALHO SANTOS-OAB/PI SOB O N.º 7.839, RACHEL RODRIGUES MACHADO BARROS-OAB/PI SOB O N.º 14487, REGINALDO OLIVEIRA DE SOUSA -OAB/PI SOB O N.º OAB/PI 10.317, RENATO ALVES DE SOUSA -OAB/PI SOB O N.º 17.294, RICELLY LUIZ DE BRITO OLIVEIRA TRINDADE-OAB/PI SOB O N.º 13.721, ROMILSON MEDEIROS ROCHA - OAB/PI 8709, ROMULO SILVA SANTOS-OAB/PI SOB O N.º 10.133, SUSANA MARIA UCHÔA DE OLIVEIRA LEITE-OAB/PI SOB O N.º 7.793, TEREZINHA DE CASTRO FERREIRA-OAB/PI SOB O N.º 9.106, THIAGO HENRIQUE VIANA LIMA -OAB/PI SOB O N.º 7558, THIAGO CARTUCHO MADEIRA CAMPOS-OAB/PI SOB O N.º 7.555, UBIRACI ALMEIDA BONFIM - OAB/PI 11584, WHALLEF BERNARDES LOPES -OAB/PI SOB O N.º 18.373, WILSON DE CASTRO ESMERALDO FILHO-OAB/PI SOB O N.º 9.640, ZULMIRA DO ESPÍRITO SANTO CORREIA-OAB/PI SOB O N.º 4.385 E VALDENICE GOMES

Os poderes que lhe foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT SA** com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, n.º 74,5º andar, inscrita no CNPJ SOB N.º 09.248.608/0001-04, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro DPVAT que lhe move **FLOR DE LINS IANE DE OLIVEIRA**, em curso perante a(o) 9ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI NOS AUTOS DO PROCESSO N.º 08163696520198180140. CONTUDO - PARA QUE SE PRODUZA OS EFEITOS LEGAIS - O NOME A SER REGISTRADO na capa dos autos do processo em epígrafe é do advogado - **DRA. EDNAN SOARES COUTINHO - OAB/PI N.º 1841** - com endereço profissional situado na Rua Barroso, 646/N, Centro, Teresina (PI), CEP 64000-130 - devendo este ser comunicado de eventuais intimações de praxe (inclusive publicações oficiais) - **SOB PENA DE NULIDADE.**

Teresina (PI), 22 de maio de 2020.


HERISON HELDER PORTELA PINTO
ADVOGADO OAB/PI 5367/07


Ednan Soares Coutinho
OAB/PI 1841/88



PROCESSO Nº: 0816369-65.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ATO ORDINATÓRIO

Citar e intimar a requerida, por seu representante, de todo conteúdo do despacho.

TERESINA-PI, 12 de maio de 2020.

MARTA MICHELA TEIXEIRA ARAUJO
Secretaria da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

9ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0816369-65.2019.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos em despacho.

Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ ADVINDOS DE ACIDENTE DE TRÂNSITO, ajuizada por FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S.A, qualificados na inicial.

Alega a autora, em síntese, ter sofrido acidente de trânsito no dia 11.03.2018; em decorrência do acidente sofreu fratura na região do membro inferior direito (plator tibial) e no crânio, restando comprometida sua limitação funcional em 100 % (cem) por cento.

Requerendo ao final a citação da requerida; concessão dos benefícios da justiça gratuita; procedência da ação de cobrança condenando a empresa ré ao pagamento da indenização com base no valor R\$: 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e a realização de prova pericial.

Juntou ao pedido os documentos de ID's 5568308, 5568309, 5568310, 5568311, 5568312, 5568313 e 5568314.



Despacho de ID 5629314, determinando a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar documentação comprobatória de sua hipossuficiência, sob pena de indeferimento do pedido.

Petição da parte autora de ID's 6008372 e 6008373 apresentando documentação comprobatória de sua hipossuficiência financeira.

Certidão de ID 6706781, dando conta da manifestação da parte autora.

É o relato. Decido:

Inicialmente, considerando os fatos e documentos apresentados, convenço-me da verossimilhança da hipossuficiência da parte autora, concedendo-lhe os benefícios da gratuidade da justiça, com a assistência gratuita de advogado e isenção de custas e emolumentos judiciais.

Conquanto salutar medida de conciliação/mediação, prevista no novo Código de Processo Civil, com o fito de evitar a formação e prolongamento do litígio, no entanto, a experiência constatada em casos tais é que a parte suplicada, SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, não tem se disposto a transigir sem que tenha conhecimento da extensão dos danos sofridos pelo beneficiário do seguro, e como se deve buscar também os princípios da brevidade, eficiência e resultado, e considerando poder o juiz, nos termos do artigo 139, V do CPC, promover a conciliação das partes a qualquer tempo e fase procedimental, hei por bem remeter a fase conciliatória para ocasião, se necessário, da audiência de instrução e julgamento, determinando de logo a realização da perícia médico/legal.

Assim, objetivando a realização da perícia em apreço, nomeio perito o médico ortopedista **Dr. RAIMUNDO NONATO LEAL MARTINS, inscrito no CRM Nº 606PI**, com endereço residencial na Rua Estudante Danilo Romero, 1402, Bairro Horto, CEP: 64.052-510, Teresina-Piauí (E-mail: rmartinsleal@yahoo.com.br), que deverá ser intimado para cumprir este encargo, podendo realizar a perícia na sala de audiências desta Vara e/ou na sala do IML instalada no subsolo deste Fórum, devendo entregar o



laudo no prazo de 10 (dez) dias (artigo 465 do CPC), a contar da data da realização da perícia.

Faça-se saber ao perito supra, que para o cumprimento da medida, o perito deverá informar a este Juízo o local, data e hora da realização da perícia, para o fim de intimação e comparecimento da parte autora e ciência dos advogados e assistentes técnicos indicados pelas partes, que, se desejarem, poderão acompanhar a sua materialização (Artigo 474 do CPC). Devendo constar, ainda, as advertências dos artigos 466, 473, 476 e 477 do CPC.

Assim, conforme o convênio nº 69/2015, firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT e em face da hipossuficiência financeira da parte autora, os encargos financeiros com a realização da perícia técnica serão suportados pela Requerida, inclusive com o pagamento dos honorários do perito, desde já arbitrados em R\$ 200,00 (duzentos reais).

Intime-se a suplicada para, em 05 dias, efetuar o depósito judicial relativo à perícia na quantia de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Intimem-se as partes para no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação do despacho de nomeação do perito:

- a) arguir impedimento ou suspeição do perito, se for o caso;
- b) indicar assistente técnico;
- c) apresentar quesitos (se já não os houver apresentado);

Realizado o depósito, oficie-se o perito nomeado para proceder à realização da perícia no prazo de até 30 (trinta) dias, com apresentação do laudo no prazo já especificado em duas vias, observando, para tanto, os quesitos formulados pelas partes.



Concluída a perícia em debate, intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo do perito, podendo, ainda, o assistente técnico das partes apresentar seu parecer.

Cite-se, ainda, a parte requerida para, querendo, apresentar contestação no prazo legal.

Intimações e diligências necessárias. Cumpra-se.

TERESINA-PI, 4 de março de 2020.

Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0816369-65.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico nesta data, para os devidos fins que intimada a parte autora, por seu advogado, do despacho ID 5629314, para no prazo de 15 (quinze) dias se manifestar sobre referido despacho, a mesma apresentou manifestação em 16/08/2019 como se vê no ID 6008372 dos autos.

CONCLUSÃO

Certifico que, nesta data, faço a conclusão do presente processo para despacho/decisão/sentença.

TERESINA-PI, 13 de outubro de 2019.

ANA REGIA MOREIRA DA SILVA
Secretaria da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO TITULAR DA
9ª VARA CÍVEL DO FÓRUM CENTRAL DA COMARCA DE TERESINA-PI.**

Processo nº: 0816369-65.2019.8.18.0140

Requerente: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA, já qualificados nos autos do processo em epigrafe vem com a máxima deferência, através de seu procurador e advogado "*in fine*" firmado, constituído e qualificado em outorga anexa (doc. 01), com escritório no endereço constante em nota de rodapé local onde recebe as intimações e/ou notificações de estilo (artigo 287, do NCPC), à elevada presença de Vossa Meritíssima **REQUERER JUNTADA DE CARTÃO E COMPROVANTE DE SAQUE DO BENEFICIO BOLSA FAMILIA, COMO ÚNICA RENDA FAMILIAR QUE AUTORA POSSUI, PARA FINS DE DEFERIMENTO DA JUSTIÇA GRATUITA.**

Termos em que respeitosamente,

Pede e espera deferimento.

Teresina-PI, 16 de agosto de 2019.

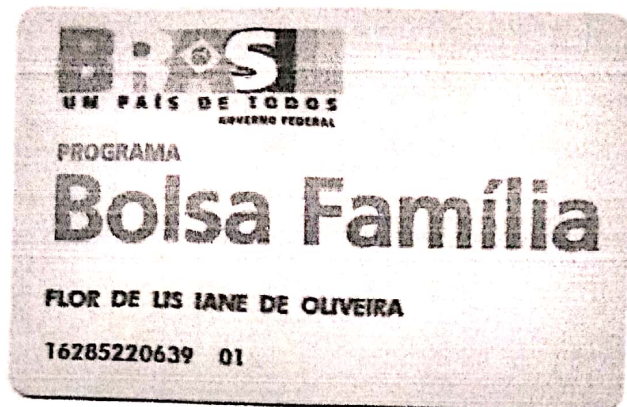
JOSÉ FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA

-OAB/PI 12.813-

Documento assinado eletronicamente

(Art. 2º da Lei nº 11.419/2006)





178-54130056-1

27/JUN/2019 HORA DE 11:57:48

LOT. 16,000873-8 TERM 018059

LOCALIDADE: TERESINA

AG. VINCULADA: 0029

SALDO PARA SIMPLES CONFERENCIA

0029,00024031-9

NOME: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

RESUMO

| | |
|-------------------------|----------|
| SALDO | 366,28 C |
| APLICACAO C/REC.D.AUTOM | 0,00 C |
| CREDITOS A CONFIRMAR | 0,00 C |
| DEBITOS A CONFIRMAR | 0,00 C |
| TOTAL LIMITE | 0,00 C |
| SALDO TOTAL | 366,28 C |
| SALDOS BLOQUEADOS | 0,00 C |
| SALDO DISPONIVEL | 366,28 C |

178-54130056-1

1ª VIA

Scanned by CamScanner



obrigado a usá-los, para prevenir acidentes e evitar as doenças profissionais.

Mostre ao seu novo companheiro os perigos que o cercam no trabalho.

Cada acidente é uma lição que deve ser apreciada, para evitar maiores desgraças.

Tudo o acidente tem uma causa que é possível ser prevenida, para evitar a sua repetição.

Se você for acidentado, procure logo o socorro médico adequado. Não deixe que "entendidos" e "curiosos" concorram para o agravamento de sua lesão.

Se você não é electricista, não se meta a fazer serviços de electricidade.

Procure o socorro médico imediato, se você for vítima de um acidente, quanto mais cedo, melhor.

As máquinas não respeitam ninguém, mas você deve respeitá-las.

Atenda às recomendações dos membros da CIPA e de seus mestres e chefes.

Conheça sempre as regras de segurança da seção onde você trabalha. Conversa e discussão no trabalho predisponem a acidentes pela desatenção.

Leia e reflita sempre os ensinamentos contidos nos cartazes e avisos sobre prevenção de acidentes.

Os anéis, pulseiras, gravatas e mangas compridas não fazem parte do seu uniforme de trabalho.

Mantenha sempre as guardas protetoras das máquinas nos devidos lugares.

Pare a máquina quando tiver que consertá-la ou lubrificá-la.

Habitue-se a trabalhar protegido contra os acidentes. Use equipamentos de proteção adequados a seu serviço.

Conheça o manejo dos extintores e demais dispositivos de combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você pode ter necessidade de usá-los algum dia.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
CARTÃO DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

078308 Ser 00023-P

Assinatura do Ponto: JON

Assinatura do Ponto: JON

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome: Ror de his Loure de Oliveira
Loc. Nasc.: 25.08.86
Filiação: João de Oliveira
Doc. Nº: 398.866

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em: / / Doc. Ident. Nº: /
Exp. em: / / Estado: /
Ost.: /
Data Emissão: 14.08.04 DRT SINE-PI

Assinatura do Funcionário
Sônia Maria de Almeida Lima
Expedidora CTPS

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE

(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome: /
Doc.: /
Nome: /
Doc.: /
Nome: /
Doc.: /
Est. Civil: /
Doc.: /
Est. Civil: /
Doc.: /
Nascimento: /
Doc.: /



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
1ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0816369-65.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos em despacho,

Em análise ao pedido de gratuidade de justiça feito pela requerente, decido:

Inicialmente, levando-se em conta o caráter tributário das custas processuais, é defeso ao magistrado, sua dispensa de moto próprio.

É verdade que a Lei Estadual 5.526, de 26 de dezembro de 2005, que dispõe sobre Custas Judiciais, Emolumentos, e adota outras providências, isenta do pagamento de aludidas custas os beneficiários da assistência judiciária, nos termos do art. 6º da aludida lei.

Por seu turno, o art. 1º do Provimento Conjunto 05/2009, do egrégio Tribunal de Justiça do Piauí, estabelece que: “A distribuição de ações não beneficiadas pela assistência judiciária somente ocorrerá mediante a comprovação do recolhimento das custas processuais, através do boleto bancário próprio.”, entendendo-se tais, a princípio, aquelas assistidas pela Defensoria Pública do Estado do Piauí. Conquanto não se desconheça o disposto e o alcance da Lei 1.060/1950, recepcionada pela constituição Federal de 1988, entretanto há de sua exegese, atentar para o comando constitucional de 1988, que em seu artigo 5º, LXXIV, estabelece:

Art. 5º (...)

LXXIV - O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recurso.

Conquanto a clara compreensão do comando constitucional, o legislador infraconstitucional editou a Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, com redação dada pela Lei Complementar nº 132/2009, estabelecendo em seu artigo 4º, parágrafo 5º, in verbis:

Art. 4º (...)



§ 5º A assistência jurídica integral e gratuita custeada ou fornecida pelo Estado será exercida pela Defensoria Pública.

Neste particular, diga-se de passagem, antes mesmo da Constituição Federal de 1988, de maneira vanguardista, já vem o Estado do Piauí, prestando assistência judiciária aos necessitados, através de sua Defensoria Pública, que com o advento da carta magna, editou a Lei Complementar nº 59/2005, que em seu artigo 5º, incisos I e V, estabelece uma de suas funções institucionais:

Art. 5º. (...)

“I – prestar aos necessitados orientação permanente sobre seus direitos e garantias.” (...)

“V – patrocinar ação civil.”

O requerente postula o benefício da justiça gratuita, afirmando não possuir condições financeiras para arcar com as custas processuais, entretanto, não consta dos autos documento que comprove a sua insuficiência econômica.

Desse modo, e não obstante o previsto na aludida lei 1.060, de 05 de fevereiro de 1950, recepcionada pela constituição vigente, onde consta apenas como condição da gratuidade da justiça a simples declaração do requerente, tal, contudo, não pode invalidar o exposto no comando constitucional quanto à necessidade de comprovação de insuficiência de recurso, pois seria a inversão ter o texto maior de adequar-se ao menor e não vice-versa. Pelo que, a insuficiência de recurso deverá mesmo ser comprovada por quem não encontrar-se assistido pela Defensoria Pública.

Neste sentido já se manifestou o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:

AGRAVO INTERNO. JUSTIÇA GRATUITA. POSSIBILIDADE ECONÔMICA DA PARTE. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE POBREZA. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO. A simples declaração de pobreza para a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita não mais subsiste. Conforme a nova interpretação dada pela Constituição Federal em seu art. 5º, inciso LXXIV, é necessária a prova da impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e/ou da família do requerente. A ausência de elementos objetivos impossibilita a concessão. Na caso concreto, a parte interessada não se desincumbiu do dever de comprovar a situação de necessidade alegada. Recurso não provido. (Agravo, N. 00027039520128220000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, J. 15/05/2012).

Nesse diapasão, decidiu o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

MANDADO DE SEGURANÇA - PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA - FALTA DE COMPROVAÇÃO DA INSUFICIÊNCIA DOS RECURSOS – IMPOSSIBILIDADE. A assistência gratuita somente será prestada pelo Estado aos que comprovarem a insuficiência de recursos, de modo que não basta a simples declaração de miserabilidade para a concessão da benesse. RECURSO IMPROVIDO. (TJSP. Mandado de Segurança n. 0095851-86.2011.8.26.0000. Rel. Des. Carlos Giarusso Santos. J. 30/06/2011).

Desta forma, por entender que a decisão de deferimento de gratuidade da justiça não deve ser tomada de modo automático, mas avaliando comedidamente as provas presentes nos autos do processo e apresentando a respectiva fundamentação, determino a intimação da parte requerente para juntada de documentos que comprovem sua hipossuficiência financeira, tais como: contracheque, declaração de imposto de



renda e/ou carteira de trabalho, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do pedido.

Intime-se a parte autora na pessoa de seu advogado.

Diligências necessárias. Cumpra-se.

TERESINA-PI, 12 de julho de 2019.

Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DA 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0816369-65.2019.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO DE CONCLUSÃO

Certifico que, nesta data, realizei a triagem e constatei a regularidade da representação, bem como que a parte requereu os benefícios da justiça gratuita. Certifico, ainda, que faço conclusão para despacho inicial.

TERESINA-PI, 9 de julho de 2019.

KASSIO LEAL PARAIBA

Secretaria da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina



Assinado eletronicamente por: KASSIO LEAL PARAIBA - 09/07/2019 11:49:17

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19070911491789400000005352940>

Número do documento: 19070911491789400000005352940

PETIÇÃO INICIAL EM PDF ANEXO



Procedório Advocacia e Consultoria Jurídica

Dr. José Francisco Procedório da Silva
OAB/PI Nº 12.813

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO TITULAR
DA ____ª VARA CÍVEL DO FÓRUM CENTRAL DA COMARCA DE TERESINA -PI

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT –
INVALIDEZ TOTAL – LIMITAÇÃO FUNCIONAL
DO MEMBRO INFERIOR DIREITO
COMPROMETIDO EM 75% – PEDIDO DE
INDENIZAÇÃO PAGO A MENOR –
PAGAMENTO INTEGRAL DO VALOR DE
13.500,00**

FLÔR DE LIS IANE DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, autônoma, portadora do RG nº: 2.398.866-SSP/PI e do CPF/MF nº: 026.686.243-80, residente e domiciliada na Av. Freitas nº 2166, Bairro: Vermelha, Teresina-PI, CEP: 64018-000 vem com a máxima deferência, através de seu procurador e advogado “in fine” firmado, constituído e qualificado em outorga anexa (doc. 01), com escritório no endereço constante em nota de rodapé local onde recebe as intimações e/ou notificações de estilo (artigo 287, do NCPC), à elevada presença de Vossa Meritíssima, para propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO
DPVAT POR INVALIDEZ ADVINDOS DE ACIDENTE DE TRANSITO**

em face **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, sediada na Avenida Senador Dantas, nº 74, 5º andar – centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 200312-205, com arrimo na LEI Nº 6.194, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1974, alterada pela Lei 8441/92 e com base nos fatos e fundamentos jurídicos que ora se seguem:

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com



Procedório Advocacia e Consultoria Jurídica

Dr. José Francisco Procedório da Silva
OAB/PI Nº 12.813

PRELIMINARMENTE

I - DO DEFERIMENTO AO PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA.

A priori, faz-se necessário o requerimento do benefício da gratuidade da justiça, pois a autora faz jus a tal benefício, haja vista que a mesma não possui rendimentos suficientes para custear às despesas processuais e honorários advocatícios em detrimento de seu sustento e de sua família.

Assim, a parte Autora junta com a presente afirmação de pobreza, nos termos do Art. 4º, da Lei 1.060/50, onde basta a afirmação de que não possui condições de arcar com custas e honorários, sem prejuízo próprio e de sua família, na própria petição inicial ou em seu pedido, a qualquer momento do processo, para a concessão do benefício, pelo que nos bastamos do texto da lei, in verbis;

Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar às custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família. (Redação dada pela Lei nº 7.510, de 1986).

§1º. Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.

Considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar às custas do processo e os honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento próprio ou da família na forma do parágrafo único do art. 2º, da Lei 1.060/50.

Para gozar dos benefícios da assistência judiciária, basta à parte requerente incluir, na própria petição inicial, simples afirmação de não estar em condições de pagar às custas do processo e os honorários advocatícios, sem prejuízo próprio ou de sua família, consoante disciplina o art. 4º, §1º, da Lei 1.060/50, onde quem afirmar tal condição presume-se POBRE, no sentido legal até prova em contrário.

Neste ínterim a que se mencionar que esse benefício é constitucional, previsto em nossa Constituição Federal, sobre a sobra do art. 5º, XXXV e LXXIV, sendo este uma benesse constitucional, encaixa-se o autor perfeitamente em sua graça.

Nesta esteira o novo Código de Processo Civil, trouxe consigo um sistema inovador que foi a previsão da concessão da benesse da gratuidade da justiça, rotulado no art. 98 do novo Códex Processual Civil.

Há que mencionar também que a Corregedoria Geral da Justiça, já lançou Ofício Circular a todos os Magistrados do Estado, solicitando que os mesmos concedam o benefício ante o preenchimento dos pressupostos para sua concessão. Assim o autor anexa aos autos cópia do Ofício Circular nº: 187/2013-CGJ, **[Doc. Anexo]**.

Diante de tantas obrigações o autor não vê outra saída senão segurar no braço firme da nossa fraterna Justiça, assim ficando claro que o mesmo não detém recursos

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com



Procedório Advocacia e Consultoria Jurídica

Dr. José Francisco Procedório da Silva
OAB/PI Nº 12.813

suficientes para custear o trâmite deste processo sem tirar do sustento e manutenção da sua família. Portanto, pugna-se aqui pelo deferimento da Gratuidade da Justiça e a antecipação de tutela por restar comprovado sua hipossuficiência de recursos financeiros.

II - DA AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS.

Ainda em sede de preliminar, a peticionante declara que os documentos e cópias reprográficas e reproduções digitais das peças que compõe a presente exordial, são autênticos e conferem sua integralidade com os originais, sendo declarado por expressa liberalidade do causídico, conforme preceitua o art. 425, IV, do NCPC, in verbis:

Art. 425. Fazem a mesma prova que os originais:

[...]

IV - as cópias reprográficas de peças do próprio processo judicial declaradas autênticas pelo advogado, sob sua responsabilidade pessoal, se não lhes for impugnada a autenticidade;

Assim sendo uma faculdade, imposta como meio de facilitar o prosseguimento do feito, é que de pronto fica declarada a autenticidade das cópias e documentos integrantes da presente peça.

DOS FATOS

O presente caso trata-se de vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 11/03/2018, em que a promovente vinha a trafegar como passageira da motocicleta HONDA/CG 125 KS DE PLACA NIU-7473 quando um automóvel de placa NIH-3785, conduzido Pelo Sr. Helio invadiu a preferencial provocando a colisão, ocasionando o referido acidente, sendo socorrida na ocasião por uma equipe do SAMU e levada para o H.U.T (prontuário nº 448670) conforme Boletim de Ocorrência em anexo [Doc. Anexo].

Neste íterim, ora a Requerente fora levado para UPA-RENASCENÇA III e depois transferida para o H.U.T, para realizar os procedimentos iniciais. **Após os exames foram identificadas fratura na região do MEMBRO INFERIOR DIREITO (PLATOR TIBIAL) e NO CRÂNIO**, onde fora submetido a procedimentos cirúrgicos para a fixação de placa e parafusos metálicos, e que ao final **restou comprometido à limitação funcional do autor em 100%**, conforme laudo e prontuário médico em anexo, [Doc. Anexo].

Dirigiu-se a Autora à sede da seguradora requerida de posse de vários documentos exigidos por lei para liberação do Seguro DPVAT, a que tem direito junto à **SEGURADORA LÍDER**, responsável pela regulação das indenizações de seguro DPVAT através de pedido administrativo nº 3180/437623, tendo seu pedido de indenização **PAGO DE FORMA DESPROPORCIONAL AO GRAU DE LIMITAÇÃO APRESENTADO**, recebendo da requerida o valor ínfimo de **R\$: 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, conforme demonstrativo administrativo anexo, [Doc. Anexo].

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com



Procedório Advocacia e Consultoria Jurídica

Dr. José Francisco Procedório da Silva
OAB/PI Nº 12.813

SINISTRO 3180437623 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO GENTE
SEGURADORA S/A

BENEFICIÁRIO FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

CPF/CNPJ: 02668624380

Posição em 21-12-2018 11:17:51

Seu pedido de indenização foi concluído com a liberação do pagamento. O valor abaixo será creditado na conta que você indicou no formulário de autorização de pagamento. O prazo para o banco confirmar o pagamento é de até 5 dias úteis. Caso não identifique o valor em sua conta após esse período, volte a consultar o processo aqui no site.

| Data do Pagamento | Valor da Indenização | Juros e Correção | Valor Total |
|-------------------|----------------------|------------------|-------------|
| 09/10/2018 | R\$ 843,75 | R\$ 0,00 | R\$ 843,75 |

Desta forma deverá ser pago ao requerente o valor da diferença integral da indenização de **R\$: 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**. Portanto, recorre à parte Autora, agora, aos braços da Justiça, para fazer valer seu direito à indenização por invalidez, na forma da fundamentação a seguir colacionada.

DO DIREITO

III - DO INTERESSE DE AGIR. VIA ADMINISTRATIVA INADEQUADA. IRREGULARIDADES NO PAGAMENTO LEVA AO AJUIZAMENTO PARA COBRANÇA DE DIFERENÇAS.

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da CF.

Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:

APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. SENTENÇA DESCONSTITUÍDA. A falta de requerimento administrativo não retira dos beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na Justiça, sob pena de violação ao direito constitucional do acesso ao Judiciário. Inteligência do artigo 5º, XXXV, da CF. Sentença desconstituída. APELO PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70031697154, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Romeu Marques Ribeiro Filho, Julgado em 09/09/2009).

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com



Procedório Advocacia e Consultoria Jurídica

Dr. José Francisco Procedório da Silva
OAB/PI Nº 12.813

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO. 1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária. 2. **A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial.** Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).

Contudo, para afastar quaisquer dúvidas quanto à inadequação da via administrativa no seguro **DPVAT**, a parte autora, expõe abaixo, os motivos pelos quais é **OBRIGADA A INGRESSAR COM A PRESENTE AÇÃO**:

Veja que o principal motivo, é o fato da seguradora ter fins lucrativos, o que por si só, torna tal procedimento inviável para as vítimas, uma vez que tal procedimento sequer garante o contraditório e a ampla defesa, não podendo assim, ser comparada ao INSS, porque o INSS não tem fins lucrativos e seus procedimentos administrativos foram criados por lei, garantindo ainda a ampla defesa e o contraditório. Ao contrário, a seguradora visa tão somente o LUCRO em detrimento das vítimas.

- Administrativamente a seguradora não paga a correção monetária cujo o termo inicial, deve ser a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui esse valor ficou fixo e não houve correção).
- Nos processos administrativos realizados pela seguradora, quando realizada a perícia, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médicos escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica, e são obrigados a seguir um formulário que contém as quantificações definidas em 10%, 25%, 50%, 75% e 100%, ou seja, se a incapacidade de uma pessoa for de 90%, os profissionais têm que marcar 75%, e assim degressivamente, prejudicando as vítimas.
- Além dos sérios problemas com a imparcialidade das perícias da seguradora, a mesma, impõe óbices no pagamento administrativo mesmo que a menor, alegando causas banais ou já superadas pelo entendimento jurisprudencial, como por exemplo a exigência no pagamento do DUT.
- A Seguradora Líder diligência e faz todos os esforços junto ao governo federal, câmara dos deputados e ao senado, para aprovarem medidas

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com



Procedómio Advocacia e Consultoria Jurídica

Dr. José Francisco Procedómio da Silva
OAB/PI Nº 12.813

provisórias e leis, que só visam ao lucro para o convênio DPVAT e sempre em detrimento das vítimas.

Por esses motivos, TODOS os processos administrativos referentes a invalidez permanente e DAMS, são objetos de lide no judiciário, porque a seguradora nunca faz o pagamento correto, ou seja, a seguradora apenas usa o procedimento do pagamento administrativo para atrasar a vítima, e até desmotivá-la.

Portanto, exigir que o beneficiário tenha o trabalho duplo para receber, sem, contudo, ser indenizado das despesas que isso gera ao mesmo, é no mínimo ultrajante, pois só beneficia a seguradora na sua gana em enriquecer-se em detrimento da vítima.

Diante de todos esses motivos, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto, a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobranças de seguros.

Como visto, a obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e incompatível com o princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou esgote as vias administrativas, esse princípio, resguarda o jurisdicionado no direito, por exemplo, de discutir judicialmente, justamente por conta dessas situações acima expostas.

IV - DO AFASTAMENTO DA CARÊNCIA DA AÇÃO. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERICIA PELO CONVÊNIO COM TJPI Nº 69/2015.

É crucial trazer à baila processual que a inexistência do laudo pericial do Instituto Médico Legal, no qual aponta o percentual e grau de invalidez decorrentes do acidente de trânsito, não inviabiliza a propositura da presente demanda e o seu andamento, eis que existem outros meios de comprovar as sequelas apresentadas em decorrência do acidente.

Desta forma e pensando em dirimir com certa rapidez e agilidade os milhares de processos que transitam e são propostos diariamente no Estado, o Tribunal de Justiça do Piauí, firmou convênio com a Seguradora Líder de nº 69/2015, através do qual o Douto Magistrado, responsável por dirimir a lide em que a líder, figura no polo passivo da ação, poderá marcar uma perícia médica judicial, com perito de confiança e nomeado pelo Juiz, e a seguradora arcará com os honorários periciais.

Outro ponto a ser mencionado é que o Requerente é pessoa pobre e humilde que provem de grandes recursos financeiros, e que necessita com urgência de reanálise judicial, a fim de uma apreciação judicial lhe traga um melhor conforto psíquico e financeiro, uma vez que os pagamentos realizados pela via administrativa, muitas vezes beiram o ridículo de pagamentos para a sequela apresentada, gerando inconformismo e transtornos ao segurado.

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com



Procedório Advocacia e Consultoria Jurídica

Dr. José Francisco Procedório da Silva
OAB/PI N° 12.813

Desta forma MM. Juiz, é que há de ser afastada a tese da carência da ação pela não realização do laudo pericial do I.M.L., além do mais os laudos e exames médicos anexados nos autos, suprem a carência do referido laudo, já que foram confeccionados por profissionais legalmente habilitados e capazes e que possuem coerência e clareza suficientes para nortear o nobre julgador.

Veja Insigne Excelência, que este é o entendimento dos diversos Tribunais do País, conforme farta jurisprudência confeccionada abaixo:

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). PRELIMINARES DE CARÊNCIA DE AÇÃO E AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUE COMPROVE A QUANTIFICAÇÃO DA INVALIDEZ. REJEITADAS. VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADO DENTRO DOS PARÂMETROS LEGAIS. VERACIDADE DO DOCUMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA EX OFFICIO. SÚMULA 43 STJ. APELO CONHECIDO E IMPROVIDO. UNANIMIDADE. I - O pagamento realizado pela via administrativa não inviabiliza a demanda judicial pleiteando a complementação do valor devido a título de seguro DPVAT. II - Rejeita-se, do mesmo modo, a preliminar de ausência de laudo do IML que comprova a quantificação da invalidez, uma vez que os relatórios médicos, como meio de prova, são aptos a comprovar a ocorrência do acidente automobilístico e o grau da lesão sofrida, o qual é taxativo ao esclarecer que o apelado encontra-se com deformidade e limitações do membro superior direito. III - No mérito, verifico que também não assiste razão ao apelante, pois o art. 5º, § 1º, alínea b da Lei n.º 6.194/74 enumera os documentos necessários ao resgate do Seguro Obrigatório DPVAT, sendo que tais documentos se encontram nos autos. IV - Os juros de mora são devidos a partir da citação, nos termos da Súmula nº 426 do STJ, momento em que a seguradora foi constituída em mora, conveniente estes a serem pagos no patamar de 1% (um por cento) ao mês, tudo nos termos dos arts. 405 e 406 do Código Civil. Correção monetária, nos termos da Súmula 43 do STJ. V - Sentença mantida VI - Apelo conhecido e improvido. Unanimidade. (TJ-MA - APL: 0064642014 MA 0004094-37.2012.8.10.0027, Relator: RAIMUNDO JOSÉ BARROS DE SOUSA, Data de Julgamento: 09/06/2014, QUINTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 11/06/2014)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO SUMÁRIA DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - INVALIDEZ PERMANENTE - AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR - INOCORRÊNCIA DE PRÉVIO ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA - CARÊNCIA DA AÇÃO POR AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PRELIMINARES REJEITADAS - COMPROVAÇÃO DA INVALIDEZ E DO GRAU DE REDUÇÃO FUNCIONAL - FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO EM VALOR PROPORCIONAL AO DANO - POSSIBILIDADE - RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE. A cobrança judicial da indenização do seguro DPVAT não está condicionada ao prévio esgotamento da via administrativa pelo beneficiário, pois a Constituição Federal, no seu art. 5º, inciso XXXV, dispõe que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. A falta de laudo médico comprovando a quantificação e grau das lesões permanentes do autor não configura carência da ação, que somente se verifica quando ausentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, bem como as condições da ação, como a possibilidade jurídica do pedido, a legitimidade das

Rua Henrique Dias, N°: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com



Procedório Advocacia e Consultoria Jurídica

Dr. José Francisco Procedório da Silva
OAB/PI Nº 12.813

partes e o interesse processual. Se a cópia do laudo médico apresentado pelo autor e demais documentos não impugnados, demonstram as lesões decorrentes de acidente automobilístico e delimitam o grau da redução funcional por ele apresentado, desnecessária a realização de perícia. Comprovada a invalidez parcial permanente, o pagamento do seguro DPVAT deve, por igual, observar a respectiva proporcionalidade. (TJ-MT - APL: 00847669120098110000 84766/2009, Relator: DES. JURANDIR FLORÊNCIO DE CASTILHO, Data de Julgamento: 23/03/2010, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 23/04/2010)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO SECURITÁRIA - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. - ALEGAÇÃO DE CARÊNCIA DE AÇÃO, POR AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - GRAU DE INVALIDEZ QUE NÃO SE DISCUTE NOS AUTOS, LIMITANDO-SE A DISCUTIR O DIREITO A COMPLEMENTAÇÃO - EXPRESSA MANIFESTAÇÃO DA REQUERENTE NO SENTIDO DE NÃO DESEJAR A REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA - CONCORDÂNCIA TÁCITA COM O GRAU APURADO NA PERÍCIA ADMINISTRATIVA. - DA ALEGAÇÃO DE QUE NÃO HÁ PROVA DA INVALIDEZ - PAGAMENTO ADMINISTRATIVO QUE COMPROVA A INVALIDEZ DA AUTORA. - INDENIZAÇÃO DPVAT POR INVALIDEZ QUE DEVE SER FIXADA COM BASE NO GRAU DA INVALIDEZ SUPOSTA - EXEGESE DO ART. 3º, 'B', DA LEI 6.194/74 - PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SEGUINDO O MESMO ENTENDIMENTO - JULGADO MODIFICADO NO SENTIDO DE NEGAR O DIREITO DA REQUERENTE AO RECEBIMENTO DE QUALQUER COMPLEMENTAÇÃO. - ÔNUS SUCUMBENCIAIS INVERTIDOS, OBSERVADAS AS DISPOSIÇÕES DA LEI 1.060/50. RECURSO DE APELAÇÃO A QUE SE DÁ PROVIMENTO. (TJ-PR - AC: 7740354 PR 0774035-4, Relator: Denise Kruger Pereira, Data de Julgamento: 05/05/2011, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 632)

Desta forma é que requer desde já seja afastada eventual alegação por parte da Requerida de carência da ação pela falta de realização do laudo do I.M.L, tendo em vista outros meios pelos quais poderá ser apurada o grau de limitação do membro afetado, a precária condição financeira do Autor, bem como os laudos e exames médicos são perfeitamente capazes de elucidar o livre convencimento no Nobre Julgador.

Como se sabe ações de natureza indenizatórias decorrentes de acidentes de trânsito, apesar de não exigirem grande complexidade, é imprescindível que haja a produção de prova pericial, para que seja avaliado o grau de seqüela e a extensão do dano a serem calculados em percentual exigido para pagamento da referida indenização.

Foi pensando nisso que Egrégio Tribunal de Justiça do Estado Piauí, firmou parceria junto a requerida para pôr fim as milhares de ações existentes no Estado, como meio acelerar o Judiciária e até mesmo garantir o correto pagamento da indenização, firmando assim o convênio 069/2015.

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com



Procedório Advocacia e Consultoria Jurídica

Dr. José Francisco Procedório da Silva
OAB/PI N° 12.813

V - DAS PROVAS NECESSÁRIAS. SEGURO DPVAT DIREITO ASSISTENCIAL QUE INDEPENDE DE CULPA.

O direito à indenização está vinculado apenas à comprovação, pelo Autor, da ocorrência do acidente e do dano daí decorrente, independentemente de culpa e mediante a apresentação da documentação exigida no art. 5º, da Lei nº 6.194/74;

A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação supramencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que acometem e o registro de ocorrência no órgão policial competente, estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:

Art. 5º - **O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa**, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos: Redação da LEI N° 8.441, DE 13 DE JULHO DE 1992).

a) OMISSIS

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente – no caso de danos pessoais. (OMISSIS)

[...]

§4º Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora. Redação da LEI N° 8.441, DE 13 DE JULHO DE 1992).

§5º O instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças. Redação da LEI N° 8.441, DE 13 DE JULHO DE 1992).

O próprio nome do Seguro DPVAT é esclarecedor: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o DPVAT é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causadas por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto.

O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

Rua Henrique Dias, N°: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com



Procedório Advocacia e Consultoria Jurídica

Dr. José Francisco Procedório da Silva
OAB/PI Nº 12.813

As indenizações do DPVAT são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações, ainda eu os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

É por demais farta a documentação acostada à Inicial fazendo prova verídica do ocorrido, tendo, o Requerente, direito a indenização por danos pessoais em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). É o que demonstra o dispositivo a seguir:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem por pessoa vitimada:

(...) OMISSIS

R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11.482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), o Autor faz jus à indenização financeira pelas seqüelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II.

Apenas a título ilustrativo, cabe aludir que se considera invalidez a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando resulta de um acidente causado por veículo e é permanente, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável. A invalidez é considerada permanentemente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte.

VI - DA INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DA LEI 11.482/07. PA RÂMETRO PARA APLICAÇÃO DA TABELA E PRINCIPIO DO NÃO RETROCESSO SOCIAL.

A discussão acerca da constitucionalidade da Lei 11.482/07, que alterou a Lei 6.194/74, cinge-se sobre a estagnação do valor indenizatório na medida em que estabeleceu um valor fixo em contraposição a regra anterior que previa um valor variável a depender do salário-mínimo vigente.

Analisando detidamente a Lei 6.194/74, com redação alterada pela Lei 11.482/07, visualiza-se a inconstitucionalidade pelos motivos a seguir elencados. Dispõem os artigos 3º, II da citada Lei:

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com



Procedório Advocacia e Consultoria Jurídica

Dr. José Francisco Procedório da Silva
OAB/PI Nº 12.813

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

[...]

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

Ademais ressalta-se que para o dever de indenizar por parte da Requerida, basta a simples **PROVA DO ACIDENTE** e do **DANO DECORRENTE**, conforme insculpido no art. 5º, §1º e §7º, da supracitada lei:

Art. 5º - O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

[...]

§1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007).

[...]

§7º Os valores correspondentes às indenizações, na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária, sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido e juros moratórios com base em critérios fixados na regulamentação específica de seguro privado.

(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007).

Estudando-os minuciosamente o tema não se enxerga a devida atualização do valor indenizatório nos eventos previstos na lei, em seu art. 3º.

Vejamos: Por exemplo, o artigo 5º, §7º, citado acima elucida que apenas as indenizações cumpridas fora do prazo para pagamento serão corrigidas monetariamente, não havendo dispositivo de lei expresso que determine a atualização do valor do teto das indenizações securitárias prevista na supracitada lei, como ocorria anteriormente com as atualizações do salário-mínimo na vigência da Lei 6.194/74.

Referida atualização só será possível por uma interpretação ampliativa do CNSP à lei, que se diga, por ser órgão administrativo, não poderá regulamentar o que não está na lei. Anteriormente, o segurado além de ter a indenização variável de acordo com o salário-mínimo, pois a Lei 6.194/74 fixava a indenização naquele, tinha também a correção monetária do valor a ser pago, como nos casos de complementação de indenização, da data do pagamento administrativo a menor.

Com a Lei 11.482/07, extirpada foi aquela primeira atualização e mais significativa do título do seguro, ou seja, de acordo com o salário-mínimo, esse aumentado gradativamente pelo Governo Federal com a justificativa de correção devido a inflação, no entanto, não servindo mais hoje de parâmetro para as indenizações

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com



Procedório Advocacia e Consultoria Jurídica

Dr. José Francisco Procedório da Silva
OAB/PI Nº 12.813

securitárias. Com a nova Lei, só se corrige o valor do fixado nessa (R\$ 13.500,00), e **este, é inalterável.**

Na Lei originária (nº 6.194/74), o cálculo do seguro era com base nos 40 maiores salários-mínimos vigentes à época da liquidação do sinistro, enquanto que com a nova redação dada pela Lei nº 11.482/07, o valor foi fixado em R\$: 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), valor este estático, com correção a incidir a partir da época do sinistro, ficando evidente a desvantagem para o segurado com a adoção da nova lei quando do cálculo do valor final a ser recebido, como já manifestado.

Percebe-se, desse modo, que a alteração legislativa violou o princípio do não-retrocesso social, pois a idéia por detrás do referido princípio é fazer com que o Estado sempre atue no sentido de melhorar progressivamente as condições de vida da população. Qualquer medida estatal que tenha por finalidade suprimir garantias essenciais já implementadas para preservar/melhorar a dignidade humana deve ser vista com reserva se, somente pode ser aceita, se outros mecanismos mais eficazes (e igualmente vantajosos) para alcançar o mesmo desiderato forem adotados, o que não ocorreu na hipótese.

Hoje, há a certeza da aplicação do presente princípio no ordenamento jurídico brasileiro. Não apenas pela interpretação evolutiva dos direitos fundamentais, mas também (e principalmente) pela máxima efetividade destes (artigo 5º, §1º, da Constituição Federal) e pela inserção, dentre os objetivos da República, do desenvolvimento nacional (artigo 3º, inciso II, da Constituição).

Ademais, a constitucionalidade da referida Lei, tal como já comparado acima vai defasar (engessar) o valor da indenização securitária aponto desta indenização um dia ser módica para as Seguradoras que recebem por cada veículo automotor, variando o valor do prêmio pagos a si de acordo com o tipo de veículo, tal como se percebe em consulta ao site do Seguro DPVAT.

Na seara do direito internacional, o Brasil foi signatário dos seguintes tratados que reconhecem os direitos sociais como direitos humanos fundamentais, a exemplo da Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), Protocolo de São Salvador (1988) adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969) e o Pacto de São José da Costa Rica, sendo que neste último, acolheu expressamente o princípio do não retrocesso social, também chamado de aplicação progressiva dos direitos sociais, princípio esse elucidado anteriormente.

Neste diapasão, constata-se que, de fato a inconstitucionalidade do artigo 8º da Lei 11.482/07 está configurada, pois atenta diretamente ao princípio do não retrocesso social e as garantias constitucionais, bem ao mínimo existencial dos direitos sociais.

VII - DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

O Novo Código de Processo Civil, previu em seu art. 85, a possibilidade da parte vencida arcar com honorários do advogado da parte vencedora, como meio de amortizar os danos causados decorrentes de despesas e atos do processo, in verbis.

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com



Procedório Advocacia e Consultoria Jurídica

Dr. José Francisco Procedório da Silva
OAB/PI Nº 12.813

Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

[...]

§1º São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente.

§2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

I - o grau de zelo do profissional;

II - o lugar de prestação do serviço;

III - a natureza e a importância da causa;

Este também já vem sendo o entendimento jurisprudencial de nossos tribunais superiores, de que a parte vencida, vejamos alguns julgados:

EMBARGOS DE TERCEIROS. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PELA PARTE VENCIDA. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. HONORÁRIOS REDUZIDOS. 1 - À luz do princípio da causalidade, as custas e os honorários advocatícios devem ser suportados pela parte que restou vencida na ação. 2 - Apesar dos argumentos suscitados pela União Federal/Fazenda Nacional em sentido contrário, o certo é que a penhora foi realizada equivocadamente em razão de endereço fornecido pela União, não podendo a mesma se eximir dessa responsabilidade. 3 - Para que a Apelante não fosse condenada nos encargos de sucumbência, não poderia ter contestado a ação, resistindo à pretensão da embargante. 4 - Ademais, incumbe ao exequente indicar os bens à penhora. Em caso de negativa, bens de terceiros podem vir a ser constritos, sujeitando-se, por conseguinte, o exequente, aos eventuais ônus sucumbenciais decorrentes da desconstrução por meio de embargos de terceiros. 5 - Segundo o art. 20, § 4º, do CPC, vencida a Fazenda Pública, os honorários podem ser arbitrados em valor fixo ou percentual, consoante apreciação equitativa do juiz e observado o contido nas alíneas a, b e c do art. 20, § 3º, da lei processual civil. 6 - Apelação provida em parte. (TRF-2 - AC: 199851010409295 RJ 1998.51.01.040929-5, Relator: Desembargador Federal LUIZ ANTONIO SOARES, Data de Julgamento: 08/09/2009, QUARTA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: DJU - Data: 07/10/2009 - Página: 86)

Desta forma requer, a condenação da Requerida ao pagamento de 20%, sobre o valor da condenação a título de honorários advocatícios sucumbenciais, conforme disposto no art. 85 do NCPD.

DOS PEDIDOS

Seja recebido e registrado e concedidos os pedidos da presente ação, designando-se, desde logo, audiência de conciliação, citando-se a empresa Ré, na pessoa de seu representante legal, para querendo conteste todos os termos da presente demanda no prazo de 15 dias nos termos do art. 335 do NCPD, devendo a defesa está acompanhada dos estatutos sociais e demais provas;

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com



Procedómió Advocacia e Consultoria Jurídica

Dr. José Francisco Procedómió da Silva
OAB/PI Nº 12.813

1. - Requer a **concessão ao Autor dos benefícios da Justiça Gratuita, em todas as fases do processo inclusive no caso de interposição de recurso**, por ser o mesmo pobre no sentido legal, não podendo arcar com quaisquer custas ou despesas processuais conforme estabelece a Lei 1.060/50, art. 5º, XXXV e LXXIV da CF/88, art. 98 do NCPC e Ofício 187/2013 - CGJ;
2. - Frustrada a conciliação ou decretada à revelia, seja acolhido o pedido na íntegra **condenando a empresa ré ao pagamento da diferença integral da indenização no valor de R\$: 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, o que totaliza o valor de **R\$: 12.656,25 (doze mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos)**, atualizados à data de liquidação do sinistro (art. 5º, §1º da lei 8.441/92) condenação a título de *quantum* indenizatório por Danos Pessoais por invalidez permanente;
3. - Seja a Requerida compelida a juntar nos autos, cópia integral do processo administrativo, que resultou no pagamento ao Autor de quantia inferior ao devido, sob pena de ter contra si investido o ônus da prova;
4. - Requer, em sede de controle difuso de constitucionalidade, **seja declarada a inconstitucionalidade do artigo 8º da Lei 11.482/07, pois atenta diretamente ao princípio do não retrocesso social e as garantias constitucionais**, bem ao mínimo existencial dos direitos sociais, devendo ser aplicado o artigo 3º da Lei 6.194/74 ao caso e, somente subsidiariamente, a diferença com base no valor de **R\$: 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.
5. - Requer, ainda, que seja aplicada a multa prevista na resolução nº 14 da SUSEP de 25.10.95 publicada no DOU de 06.03.98 em caso de não pagamento do valor da condenação no prazo de 15 dias após o trânsito em julgado desta ação.
6. - O peticionante declara que os documentos e cópias reprográficas e reproduções digitais das peças que compõe a presente exordial, são autênticos e conferem sua integralidade com os originais, sendo declarado por expressa liberalidade do causídico, conforme preceitua o art. 425, IV, do NCPC.
7. - **Requer desde já seja afastada eventual alegação por parte da Requerida de carência da ação pela falta de realização do laudo do I.M.L.**, tendo em vista a precária condição financeira do Autor e outros meios pelos quais poderá ser apurada o grau de limitação do membro afetado, principalmente com a realização da **PERICIA JUDICIAL PELO CONVENIO 69/2015**, firmada entre o Tribunal de Justiça do Piauí e a Seguradora Líder, bem como os laudos e exames médicos são perfeitamente capazes de elucidar o livre convencimento no Nobre Julgador.
8. - Requer ainda seja condenada a requerida ao pagamento das custas e honorários advocatícios sucumbenciais em 20%, sobre o valor da condenação, conforme art. 85, do NCPC.
9. - Por último caso entenda necessário por parte de Vossa Excelência, **seja decretada perícia médica judicial para que seja constatada a gravidade da lesão decorrente do acidente**, pelo convênio 69/2015 realizado entra o Tribunal de

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com



Procedório Advocacia e Consultoria Jurídica

Dr. José Francisco Procedório da Silva
OAB/PI Nº 12.813

Justiça do Piauí e a Seguradora Líder, para que ao final seja paga ao Requerente a quantia que é de direito.

Protesta e Requer provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, especialmente documental, testemunhal, cálculos e depoimento pessoal do representante da Requerida, e por outros que por ventura vierem a ser necessárias no decorrer do processo.

Dá-se á presente o valor de **R\$: 12.656,25 (doze mil, seiscientos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos)**, para fins meramente fiscais.

Termos em que respeitosamente,

Pede e espera deferimento.

Teresina-PI, 11 de janeiro de 2019.

JOSÉ FRANCISCO PROCEDÓRIO DA SILVA
-OAB/PI 12.813-

Documento assinado eletronicamente
(Art. 2º da Lei nº 11.419/2006)

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedorio@hotmail.com



Procedômio Advocacia e Consultoria Jurídica

Dr. José Francisco Procedômio da Silva

OAB/PI Nº 12.813

PROCURAÇÃO AD JUDITIA

| | | |
|--|----------------------------------|-------------------------------|
| OUTORGANTE: <u>Flôr de lis Lane de Oliveira</u> | | |
| Nacionalidade: Brasileira | Estado Civil: <u>Solteira</u> | Profissão: <u>Autônoma</u> |
| RG nº: <u>2.398.866-SSP/PI</u> | CPF/MF nº: <u>026.686.243-80</u> | |
| Endereço: <u>Av. Freitas, nº 2166, Bairro: Vermelha, Cidade de Teresina</u> <u>PI, CEP: 64018-000</u> | | |

OUTORGADO: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA E MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA

Nacionalidade: Brasileira (o) Estado Civil: Solteiro (a)

RG nº: 2.684.877 - SSP/PI RG nº: 1.457.994-SSP/PI

CPF/MF nº: 023.365.163-22

CPF/MF nº: 703.754.703-44

Profissão: Advogado/ Bacharel em Direito

OAB/PI Nº 12.813.

Endereço Profissional: Rua Henrique Dias - 790, Vermelha, Teresina - PI
(CEP: 64019-330).

PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração, com fulcro no Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, previsto no art. 5º, XXXV, da constituição federal, e nos moldes do art. 595 do CC, nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado acima qualificado, então Outorgado, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula ad-judicia, conforme o art. 5º da lei nº 8.906/94 e art. 105 do NCPC, podendo agir junto às repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, bem como os especiais para confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar compromissos, prestar declaração de pobreza na forma do artigo primeiro da Lei nº 7.115/83, REQUERER DECLARAÇÕES EM ÓRGÃOS PÚBLICOS e substabelecer está em quem lhe convier, com ou sem reservas com o fim específico de propor Não de Cobrança de Indenização de Seguro DPVAT

por Inutilidade Permanente Adquirida por Acidente de Trânsito
Teresina - PI, 27 de dezembro de 2018.

Flôr de lis Lane de Oliveira

-Outorgante-


Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)


Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"

 POLÍCAR DIREITO



Flôr de Lis Iane de Oliveira
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.398.866 DATA DE EXPEDIÇÃO 19/01/06

NOME FLÔR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO MARIA ISABEL DE OLIVEIRA

NATURALIDADE TERESINA-PI DATA DE NASCIMENTO 25/08/1986

DOC. ORGEM CERT. CASAM. 14953 L 38B F 283V

EXP. TERESINA-PI 25/05/00

Paulo Gomes de Moraes
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N° 7.116 DE 23/03/85

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF


026.686.243-80

FLOR DE LISIANE DE OLIVEIRA

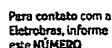
25/08/1986

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Março/2005

 **CORREIOS**
www.correios.com.br





Nº da Nota Fiscal: 008117174

A Tarifa Social de Energia Eléctrica - TSEE folosește
cota Lei nr. 10/438 de 26 de aprilie de 2002.

FREDSON ARAUJO CASTELO BRANCO
AV PEDRO FREITAS 2166/ 2162 VERMELHA
CPF: 00049065874372
CEP: 64.018-000 - TERESINA

MERINO

| HISTÓRICO | | DESCRICAÇÃO DA CONTA | |
|-----------|-----|-----------------------------|---------------------------|
| MAR/18 | 79 | CONSUMO | 30 A R\$ 0,625528 = 18,76 |
| ABR/18 | 0 | PARCELAMENTO DE DEBITOS | 5/10 62,88 |
| MAR/18 | 103 | ADICIONAL BANDEIRA AMARELA | - 0,05 |
| FEB/18 | 100 | ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA | - 1,22 |
| JAN/18 | 72 | | |
| DEZ/17 | 64 | | |
| NOV/17 | 181 | | |
| OUT/17 | 322 | | |
| SET/17 | 10 | | |
| AGO/17 | 0 | | |

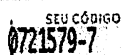
| MENSAGENS IMORTANTES / AVALIANDO O VENCIMENTO | | | |
|--|---------------------|---|--|
| Mes/Ano: 05/2018 | Valor R\$ 204,00 | <p>Unidade considerava adiantado a parcela do investimento de 12 meses, porém, devido ao vencimento da parcela em 05/2018, a parcela foi considerada vencida e não mais considerada parcela a ser paga. Assim, a parcela de R\$ 204,00 (valor histórico) não será mais considerada parcela a ser paga, portanto, não haverá mais parcelas a serem pagas. Assim, a parcela de R\$ 204,00 (valor histórico) não será mais considerada parcela a ser paga, portanto, não haverá mais parcelas a serem pagas.</p> | |
| <p>LIQUE 0800 086 0800 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 1 5 10 15 20 25</p> | | | |

RESERVADO AO FISCAL BE12.6C5A.5B15.826C.E8C6.D63C.C203.8E8D

| COMPOSIÇÃO DA GASTA - R\$ | | IMPOSTOS E OUTROS - R\$ | |
|---------------------------|------|-------------------------|------|
| Distribuição: | 3,15 | Base do ICMS: | |
| Energia: | 9,72 | Alíquota ICMS: | |
| Transmissão: | 1,52 | Valor do ICMS: | 0,15 |
| Encargos: | 1,54 | Valor do PIS: | 0,70 |
| Tributos: | 0,85 | Valor do COFINS: | |

| INDICADORES DE CONTINUIDADE | | | | | | |
|-----------------------------|-------|-------|------|------|-------|------|
| 5,31 | 10,63 | 21,25 | 3,11 | 6,23 | 12,45 | 3,03 |
| 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 |

TERESINA-NACAUBA 04/2018 8,75



TOTAL A PAGAR - R\$
81,64

MÊS FATURADO
06/2018

VENCIMENTO
19/07/2018

Nº da Nota Fiscal:

Nº da Nota Fiscal: _____

~~83640000000 3 81640017000 6 00000000721 1 57970618008 1~~

SEQ.: 00231 UC: 0721579-7 DT.LEIT.: 27/06/2018 T.ENTR.: 04
LEITURA: 64678 MINIMO TOTAL: 81,64 CARGA: 001
DT.VENC.: 19/07/2018 IRREG.: 038 COLETOR: 9084



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Flor de lis Ione de Oliveira, brasileiro, Autônoma,
portador do RG nº: 2.398.866 - SSP/PI e inscrito no CPF/MF
nº: 026.686.243-80, residente e domiciliado na
Av. Freitas, nº 2166, Bairro: Vermelha, Cidade de Teresina-PI
CEP: 64018-000.

DECLARA para os fins de obtenção de Assistência JUDICIÁRIA Gratuita que é reconhecidamente pobre no sentido legal, não tendo recursos que lhe permitam custear as despesas referentes a um processo judicial de AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ ADVINDOS DE ACIDENTE DE TRANSITO, sem prejuízo de seu próprio sustento, vez que recebe mensalmente a quantia de R\$: 998,00 (novecentos e noventa e oito) e que está necessitando com urgência do fim de ver seu direito líquido e certo amparado pela Justiça, tudo nos termos da Lei 7.115/83, com a redação que lhe deu a Lei 7.510/86 e 1060/50, ofício circular 187/2013, art. 98, do CPC/15 e art. 5º, LXXIV, da CF/88.

Teresina-PI, 25 de Jan de 2019.

Flôr de lis Ione de Oliveira
(CPF 026.686.243-80)





ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DA SECRETÁRIA

Ofício Circular n. 187/2013-CGJ

Teresina (PI), 09 de maio de 2013.

Aos Senhores Juízes de Direito do Estado do Piauí

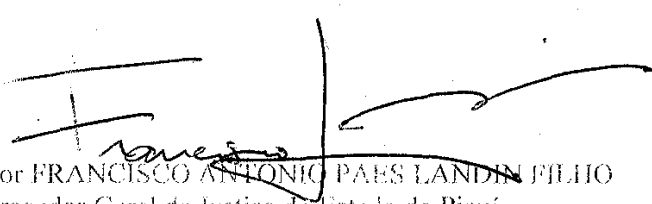
Assunto: PP n. 0000214-33.2013.8.18.0139. Orientação.

Senhores(as) Juízes(as),

Ao cumprimentá-los, tendo em mira *decisum* do augusto Conselho Nacional de Justiça no PCA n. 200910000039601 - da Relatoria do Cons. José Adonis Calhou de Araújo Sá; o estatuído na Lei Federal n. 1.060/50; o princípio do livre acesso à Justiça; o princípio da reserva material; o princípio da ampla defesa; e o Parecer da Consultoria Jurídica deste Órgão de Correição exarado no Pedido de Providências n. 0000214-33.2013.8.18.0139 - proposto pela Presidência da OAB/PI, que pode ser acessado, na íntegra, na página desta Corregedoria Geral da Justiça na *internet*, ao qual atribuo **força normativa, oriento** os meritíssimos Senhores Juízes de Direito do Estado do Piauí a concederem o benefício da "gratuidade da Justiça" também nas ações patrocinadas por advogado particular, quando atendidos os requisitos previstos na Lei Federal n. 1.060/50.

Cumpra-se.

Atenciosamente,


Desembargador FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM FILHO
Corregedor Geral da Justiça do Estado do Piauí





TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO PIAUÍ - CORREGEDORIA
Registro...: 0087235 Data: 01/03/2013 às 12:58
Requerente: Emitente VICE-PRESIDENTE DA OAB/EXERCÍCIO.
Assunto...: ENCAMINHAMENTO
Título....: OF.N.051/2013-PEDIDO DE REDDENDACAO/CNJ.
Destino...: SECRETARIO DA CORREGEDORIA
Servidor resp pelo cad: 005

Ofício nº 051/2013-GP

De ordem,
Teresina (PI), 27 de fevereiro de 2013.

*At SCP, para autuar e
registrar. Qui/04/03/13*

A Sua Excelência o Senhor
Francisco Antônio Paes Landim Filho
Corregedor Geral de Justiça do Estado do Piauí
Praça Des. Edgard Nogueira, s/n, Centro Cívico
CEP 64000-830
Teresina-PI

Dra. Nubia Fontenele de Carvalho Cordeiro
Secretária da Corregedoria Geral da Justiça



Assunto: Pedido de recomendação. Cumprimento da decisão do CNJ no PCA nº 200910000039601. Benefício da justiça gratuita. Advogado particular. Possibilidade.

Excelentíssimo Senhor Corregedor,

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Piauí, por intermédio de sua Presidente em exercício, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência expor e requer o que segue:

A advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em causas *pro bono*, ou seja, naqueles feitos em que o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita.

Invariavelmente, tal atuação se dá em favor de pessoas necessitadas ou de instituições beneficentes, que não tem condições de arcar com os custos do processo judicial - aí se incluindo honorários advocatícios contratuais e taxas judiciais - sem prejuízo ao sustento próprio e/ou da sua família e, no caso daquelas pessoas jurídicas, sem que sua atividade social seja afetada.

214-33.2013

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n
Cep. 64000-750 Teresina-Piauí
Fonê: (86) 2107-5800





Em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando se sensibilizam com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo assim com seu múnus público¹ e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça. Ainda com esse fim, faz-se necessário postular, em causas dessa espécie, a concessão do benefício da **gratuidade da justiça**, coadunando-se com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei 1.060/50.

Entretanto, muitos magistrados indeferem a isenção de custas processuais sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo a sua concessão à pessoas representadas pela Defensoria Pública.

Data vênia, tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*. Outrossim, do ponto de vista processual, revela descabida intromissão na relação cliente-advogado.

Vale dizer que tal matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, a partir da impugnação de ato administrativo outrora baixado por essa Corregedoria local, conforme se depreende do julgado assim ementado:

EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ. PROVIMENTO 019/2006. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. RESTRIÇÃO AO PATROCÍNIO DA CAUSA PELA DEFENSORIA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Pretensão de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, da

¹ A Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB), alinhando-se ao art. 133 da Constituição Federal, assim dispõe:

Art. 2º O advogado é indispensável à administração da justiça.

§ 1º No seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social.

§ 2º No processo judicial, o advogado contribui, na postulação de decisão favorável ao seu constituinte, ao convencimento do julgador, e seus atos constituem múnus público.

Rua Gov. Tibério Nunes, s/n
Cep 64000-750 Teresina-Piauí
Fones: (86) 2107 5800





Corregedoria de Justiça do Estado do Piauí, que estabelece restrição de acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas por membros da Defensoria Pública.

2. A Lei nº 1060/50 não condicionou o benefício da assistência judiciária ao necessário patrocínio da causa pela Defensoria Pública.

3. A restrição, tal como posta, inviabiliza o instituto da advocacia voluntária, reconhecidamente incentivado por este CNJ (Resolução nº 62/2009), e outras eventuais formas de prestação de assistência jurídica. Procedência do pedido para desconstituição do ato questionado. (Procedimento de Controle Administrativo nº. 200910000039601 - Relator: Conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá. Requerente: Francysllanne Roberta Lima Ferreira. Requerido: Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí - 91ª Sessão - j. 29/09/2009 - DJU nº 190/2009 em 05/10/2009 p. 05)

E em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário que essa douta Corregedoria adote providências no sentido de dar aplicabilidade ao julgado acima referida, renovando orientação aos Magistrados piauienses no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ.

Por todo o exposto, a OAB/PI requer a Vossa Excelência a expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os Juízes de Direito do Estado do Piauí acerca da decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça no âmbito do Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os Magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei 1.060/50.

No ensejo, externamos votos de elevado respeito.

Atenciosamente,

Eduarda Mourão Eduardo Pereira de Miranda
Vice-Presidente da OAB/PI (Presidente em exercício)

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n
Cep 64000-750 Teresina-Piauí
Fones: (86) 2107 5800



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DA COMARCA DE TERESINA



PROCESSO Nº 0000214-33.2013.8.18.0139

CLASSE: Pedido de Providências

REQUERENTE: EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA,
VICE-PRESIDENTE DA OAB-PI (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO)

RÉU:

CERTIDÃO

Aos 12/03/2013, recebi o presente expediente, autuei e registrei no Sistema ThemisWeb sob o nº 0000214-33.2013.8.18.0139, nos termos do Provimento nº 019/2004 do Sr. Des. Corregedor Geral da Justiça. Do que lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Dou fé.

Teresina, 12 de março de 2013

MICHELINE JORGE CHAVES CALLAND LEITE
Oficial de Gabinete - Mat. nº 0016730

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Corregedor(a) Geral da Justiça. Do que, para constar, lavro este termo.

Teresina, 12 de março de 2013

ANTÔNIA MARIA BORGES FERNANDES FRANCO
Secretário(a)





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0000214-33.2013.8.18.0139

REQUERENTE: VICE-PRESIDENTE DA OAB/PI – EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA

REQUERIDA: CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO PIAUÍ

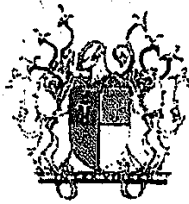
PARECER

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA TAMBÉM NAS CAUSAS PATROCINADAS POR ADVOGADO PARTICULAR, QUANDO ATENDIDOS OS REQUISITOS PREVISTOS NA LEI Nº 1050/60. CONCLUSÃO PELO DEFERIMENTO DO PEDIDO. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO PELA CORREGEDORIA A FIM DE ORIENTAR OS MAGISTRADOS VINCULADOS AO TRIBUNAL.

Trata-se de PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS deduzido pela ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECÇÃO PIAUÍ, por meio de sua Vice-Presidente, no exercício da Presidência, EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA, por meio do qual se insurge contra o Provimento 019/2006, editado por esta Corregedoria Geral de Justiça, no que se refere à limitação do acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas pela Defensoria Pública.

A Requerente sustenta, em síntese, que: *i)* a advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em feitos nos quais o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita; *ii)* tal atuação





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

se dá em favor de pessoas necessitadas ou instituições beneficentes, que não têm condições de arcar com os custos do processo judicial sem prejuízo do sustento próprio e de sua família ou sem que sua atividade social seja afetada; *iii*) em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando sensibilizados com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo, assim, o seu múnus público e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça; *iv*) nestes casos, faz-se necessário postular a concessão do benefício da gratuidade da justiça, em conformidade com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei nº 1.060/50; *v*) a referida isenção é repetidamente indeferida por muitos magistrados sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo-se a sua concessão a pessoas representadas pela Defensoria Pública; *vi*) tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos pois, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*, revela uma descabida intromissão na relação cliente-advogado; *vii*) a matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça em face de impugnação de ato administrativo anteriormente baixado por esta Corregedoria; *ix*) em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário a adoção de providências por parte da CGJ/PI no sentido de dar aplicabilidade à decisão do CNJ, *"renovando orientação aos magistrados piauiense no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ"* (fls. 04).

Por fim, pugna pela expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os juizes de direito do Estado do Piauí sobre a decisão proferida pelo CNJ no Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

In casu, o cerne da questão jurídica diz respeito em saber se diante de decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ em sede de Procedimento de Controle Administrativo, o qual julgou procedente pedido de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, editado por esta Corregedoria, desconstituindo os itens 1 e 2 do Capítulo IV, deve esta Corregedoria expedir ato dando ciência a todos os magistrados vinculados ao TJPI do conteúdo da decisão, recomendando que se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

**- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CONTROLE ADMINISTRATIVO E
FINANCEIRO DO PODER JUDICIÁRIO - COMPETÊNCIA**

A Constituição Federal de 1988, quando trata dos órgãos do Poder Judiciário, estabelece em seu art. 103-B, o qual foi introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/2004, a composição, o funcionamento e a competência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, órgão de controle administrativo e financeiro.

Com efeito, ao CNJ não compete atuar como revisor de decisões judiciais, pois no exercício de suas funções jurisdicionais os magistrados devem agir com absoluta autonomia e independência na formação de suas convicções.

De outra parte, no exercício do controle administrativo e financeiro, compete ao CNJ, além de outras atribuições, zelar pela observância dos princípios e regras inerentes à Administração Pública, bem como apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo, inclusive, desconstituí-los, revê-los ou fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, conforme dispõe o art. 103-B, § 4º, inciso II, da CF/88, *verbis*:





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:

(...)

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

(...)

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União; (grifo nosso)

No mesmo sentido, o Regimento Interno do CNJ quando dispõe sobre a competência do Plenário, *in verbis*:

Art. 19. Ao Plenário do Conselho compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, o seguinte:

(...)

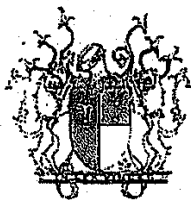
II - zelar pela observância do art. 37 da Constituição Federal e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados; (grifo nosso)

Assim, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário poderá ser apreciada pelo Plenário do CNJ, o qual poderá ainda desconstituir ou rever o ato, como também fixar prazo para a adoção de providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

- O PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO

O Regimento Interno do CNJ, quando trata dos diversos tipos de processos admitidos no âmbito daquele Conselho, preceitua que o controle de atos





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

administrativos poderá ser feito mediante provocação da parte, através de pedido escrito, o qual será autuado e distribuído a um Relator e após a oitiva da autoridade que praticou o ato, não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário poderá sustar a execução do ato, desconstituí-lo ou determinar a sua revisão, *verbis*:

"DO PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO

Art. 95. O controle dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário será exercido pelo Plenário do Conselho, de ofício ou mediante provocação, sempre que restarem contrariados os princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição, especialmente os de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. Não será admitido o controle de atos administrativos praticados há mais de cinco anos.

Art. 96. O pedido, que deverá ser formulado por escrito e com indicação clara e precisa do ato impugnado, será autuado e distribuído a um Relator.

Art. 97. A instauração de ofício do procedimento de controle administrativo poderá ser determinada pelo Conselho, mediante proposição de Conselheiro, do Procurador-Geral da República ou do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 98. O Relator determinará a oitiva da autoridade que praticou o ato impugnado e, por edital, dos eventuais beneficiários de seus efeitos, no prazo de quinze dias.

Art. 99. Não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário determinará:

I – sustação da execução do ato impugnado;

II – a desconstituição ou a revisão do respectivo ato administrativo.

Parágrafo único. O Plenário poderá fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou dos atos do Conselho.

Art. 100. Aplicam-se ao procedimento previsto neste capítulo, no que couber, as regras previstas na Lei nº 9.784/99."

Assim, o Procedimento de Controle Administrativo é espécie processual que objetiva o controle de legalidade dos atos administrativos praticados por membros e Órgãos do Poder Judiciário, sendo indispensável que o interessado demonstre a ilegalidade do ato atacado, quer por vício em sua formação, quer por afronta ao ordenamento jurídico.

Com efeito, o Provimento nº 19/2006 dispõe sobre a distribuição dos processos na Comarca de Campo Maior/PI, a competência dos Cartórios, institui a





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

informatização nas suas rotinas forenses e dá outras providências, estabelecendo em seu Capítulo IV, itens 1 e 2, o seguinte:

"IV – DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

1. Em cada um dos Cartórios, funcionará Seção da Assistência Judiciária, que terá competência para processamento de feitos cuja parte autora seja necessitada e que sejam subscritos, exclusivamente, por membros da Defensoria Pública.
2. Considera-se necessitado todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogados, sem prejuízo próprio e de sua família e que esteja assistido por órgão da Defensoria Pública."

Pelo que se depreende dos fatos, o Procedimento de Controle Administrativo instaurado junto ao CNJ, em referência na inicial do presente Pedido de Providências, Processo nº 200910000039601, impugnou ato administrativo expedido com a finalidade de otimizar a prestação jurisdicional exclusivamente na Comarca de Campo Maior-PI, o qual optou por considerar necessitado para fins de obtenção do benefício da assistência judiciária apenas aqueles cuja situação econômica não lhes permita pagar as custas do processo e os honorários advocatícios e que estejam assistidos pela Defensoria Pública.

A decisão, por sua vez, sob o fundamento de que a opção pela assistência jurídica por advogado contratado não é suficiente para afastar a justiça gratuita, na linha de entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgou procedente o pedido formulado, desconstituindo os itens 1 e 2, do Capítulo IV, do referido provimento.

Entretanto, a questão que se coloca é se a decisão acima deve ser estendida e observada por todos os magistrados vinculados a este E. Tribunal, devendo esta Corregedoria expedir ato dando ciência da decisão e recomendando





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

que o benefício da gratuidade da justiça seja concedido quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

Com efeito, a Lei nº 1060/50 estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, exigindo como condição para o exercício do benefício tão somente a afirmação da situação de necessitado, ou seja, que a parte não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família (art. 4º).

Entretanto, a lei não estabeleceu o requisito de forma desmedida. Registrou que a presunção dessa condição é relativa, podendo ser contrariada tanto pela parte adversa, por meio de impugnação, quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas (arts. 7º e 8º).

Outro ponto importante, que merece ser destacado e está contemplado *expressis verbis* na lei citada, é o que diz respeito ao direito que é assegurado ao necessitado de ser assistido, em juízo, por advogado da sua escolha, *verbis*:

"Art. 5º. O juiz, se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido, deverá julgá-lo de plano, motivando ou não o deferimento dentro do prazo de setenta e duas horas.

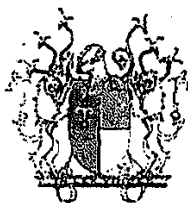
(...)

§ 4º. Será preferido para a defesa da causa o advogado que o interessado indicar e que declare aceitar o encargo.

(...)."

Assim, não deixa de ter direito à assistência judiciária a parte que indicou advogado, não estando obrigada para gozar do benefício a recorrer aos serviços da Defensoria Pública.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Nesse sentido, recentes julgados do Superior Tribunal de Justiça, *ipsis*

verbis:

PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. ADMISSIBILIDADE.

1. A declaração de pobreza, com o intuito de obter os benefícios da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa, admitindo, portanto, prova em contrário.

2. Para o deferimento da gratuidade de justiça, não pode o juiz se balizar apenas na remuneração auferida, no patrimônio imobiliário, na contratação de advogado particular pelo requerente (gratuidade de justiça difere de assistência judiciária), ou seja, apenas nas suas receitas. Imprescindível fazer o cotejo das condições econômico-financeiras com as despesas correntes utilizadas para preservar o sustento próprio e o da família.

3. Dessa forma, o magistrado, ao analisar o pedido de gratuidade, nos termos do art. 5º da Lei 1.060/1950, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Precedentes do STJ.

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 257.029/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/02/2013, DJe 15/02/2013)

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. COBRANÇA DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. CONTRATANTE QUE LITIGARA SOB A PROTEÇÃO DA JUSTIÇA GRATUITA. IRRELEVÂNCIA. VERBA QUE NÃO É ALCANÇADA PELOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA LEI N. 1.060/50.

1. "Nada impede a parte de obter os benefícios da assistência judiciária e ser representada por advogado particular que indique, hipótese em que, havendo a celebração de contrato com previsão de pagamento de honorários ad exito, estes serão devidos, independentemente da sua situação econômica ser modificada pelo resultado final da ação, não se aplicando a isenção prevista no art.3º, V, da Lei nº 1.060/50, presumindo-se que a esta renunciou" (REsp 1.153.163/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/6/2012, DJe 2/8/2012).

2. Entendimento contrário tem a virtualidade de fazer com que a decisão que concede a gratuidade de justiça apanhe ato extraprocessual e pretérito, qual seja o próprio contrato celebrado entre o advogado e o cliente, interpretação que vulnera a cláusula de sobredireito da intangibilidade do ato jurídico perfeito (CF/88, art. 5º, inciso XXXVI; LINDB, art. 6º).

3. Ademais, estender os benefícios da justiça gratuita aos honorários contratuais, retirando do causídico a merecida remuneração pelo serviço prestado, não viabiliza,





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

absolutamente, maior acesso do hipossuficiente ao Judiciário. Antes, dificulta-o, pois não haverá advogado que aceitará patrocinar os interesses de necessitados para ser remunerado posteriormente com amparo em cláusula contratual ad exitum, circunstância que, a um só tempo, também fomentará a procura pelas Defensorias Públicas, com inegável prejuízo à coletividade de pessoas - igualmente necessitadas - que delas precisam.

4. Recurso especial provido.

(Resp 1065782/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/03/2013, DJe 22/03/2013)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS DO REQUERENTE. PRESUNÇÃO IURIS TANTUM. CONTRARIEDADE. PARTE ADVERSA E JUIZ, DE OFÍCIO, DECORRENTE DE FUNDADAS RAZÕES. CRITÉRIOS OBJETIVOS.

1. Trata-se de recurso especial cuja controvérsia orbita em torno da concessão do benefício da gratuidade de justiça.

2. O STJ, em sede de recurso especial, conforme delimitação de competência estabelecida pelo artigo 105, III, da Constituição Federal de 1988, destina-se a uniformizar a interpretação do direito infraconstitucional federal, razão pela qual é defeso, em seu bojo, o exame de matéria constitucional, cuja competência é do STF.

3. Há violação dos artigos 2º e 4º da Lei n. 1.060/50, quando os critérios utilizados pelo magistrado para indeferir o benefício revestem-se de caráter subjetivo, ou seja, criados pelo próprio julgador, e pelos quais não se consegue inferir se o pagamento pelo Jurisdicionado das despesas com o processo e dos honorários irá ou não prejudicar o seu sustento e o de sua família.

4. A constatação da condição de necessitado e a declaração da falta de condições para pagar as despesas processuais e os honorários advocatícios erigem presunção relativa em favor do requerente, uma vez que esta pode ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas.

5. Para o indeferimento da gratuidade de justiça, conforme disposto no artigo 5º da Lei n. 1.060/50, o magistrado, ao analisar o pedido, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Isso porque, a fundamentação para a desconstituição da presunção estabelecida pela lei de gratuidade de justiça exige perquirir, in concreto, a atual situação financeira do requerente.

6. No caso dos autos, os elementos utilizados pelas instâncias de origem para indeferir o pedido de justiça gratuita foram: a remuneração percebida e a contratação de advogado particular. Tais elementos não são suficientes para se concluir que os recorrentes detêm condições de arcar com as despesas processuais e honorários de sucumbência sem prejuízo dos próprios sustentos e os de suas respectivas famílias.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

7. Recurso especial provido, para cassar o acórdão de origem por falta de fundamentação, a fim de que seja apreciado o pedido de gratuidade de justiça nos termos dos artigos 4º e 5º da Lei n.1.060/50. (REsp 1196941/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/2011, DJe 23/03/2011) (Grifos nosso)

Destarte, na esteira dos precedentes acima transcritos, para que a parte goze dos benefícios da assistência judiciária gratuita independe do fato de estar assistida por membro da Defensoria Pública ou por advogado particular. Para tanto, bastará uma simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de arcar com as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou da família, podendo, contudo, tal afirmação ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, na forma prevista na lei que rege a matéria.

Cumpre, ainda, ressaltar que a Lei 1060/50 foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, inciso LXXIV, como direito fundamental: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

Ademais, limitar o acesso à assistência jurídica gratuita àqueles que estiverem assistidos pela Defensoria Pública restringe direitos, violando o direito fundamental de pleno acesso à Justiça, e ofende o Princípio da Reserva Legal, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXV, 22, inciso I, 24, inciso XI, da Constituição Federal, *verbis*:

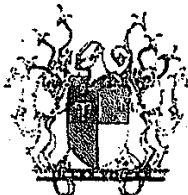
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar
concorrentemente sobre:
XI - procedimentos em matéria processual;

Finalmente, diante do exposto, somos pelo DEFERIMENTO do pedido, no sentido de que seja expedido por esta CGJ/PI ato administrativo orientando os magistrados que para concessão do benefício da assistência judiciária seja exigido da parte apenas a presença do estado de pobreza, ou seja, a impossibilidade de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios, não importando a qualidade do advogado, se público ou particular, nos termos previstos na Lei nº 1050/60 e conforme precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça.

É o parecer, sob censura.

Teresina (PI), 29 de abril de 2013.

BEL. PAULO SÍLVIO MOURÃO VERAS
Consultor Jurídico da CGJ/PI



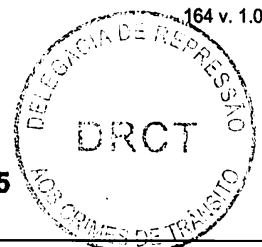
GT, em 09.05.2013

Agora o subscrito
Parece, de Conselho
Tribunal de Contas
jul de 1997, para
atribuição - que se
introdução, para
o fim de
Tr





Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100203.002591/2018-55

Unidade de Registro: DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO Resp. pelo Registro: Cláudio Costa De Sousa

Data/Hora: 25/07/2018 - 10:49

| DADOS DA OCORRÊNCIA | |
|---|---------------------|
| Unidade Policial Responsável | Data/Hora |
| DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO | 11/03/2018 - 04:00 |
| Tipo Local | |
| VIA PÚBLICA | |
| Município | Bairro |
| TERESINA | SÃO PEDRO |
| Endereço | |
| AV. PEDRO FREITAS C/ RUA PORTO, Nº: | |
| Complemento | Ponto de Referência |

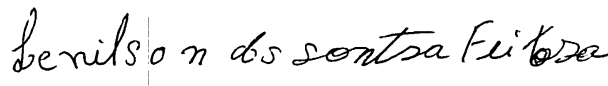
| DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS | |
|--|---------------------------------|
| Nome: LENILSON DOS SANTOS FEITOSA | Tipo Envolv.: VITIMA/Noticiante |
| RG: 1921531 SSP PI | |
| Mãe: ANTONIA DE LOURDES DOS SANTOS | |
| Pai: EDSON ALVES FEITOSA | |
| Endereço: RUA PORTO, Nº 258 | |
| Bairro: SÃO PEDRO | |
| Cidade: TERESINA | |
| Telefone(s): 86-8842-0854 86-9584-9221 | |
| Nome: FLÔR DE LIS IANE DE OLIVEIRA | Tipo Envolv.: VITIMA |
| RG: 2398866 SSP PI | |
| Mãe: MARIA ISABEL DE OLIVEIRA | |
| Endereço: RUA HENRIQUE DIAS, Nº 310 | |
| Bairro: SÃO PEDRO | |
| Cidade: TERESINA | |
| Telefone(s): 86-9544-4429 | |

| NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA |
|---|
| Natureza(s) da Ocorrência |
| 1 - Lesão corporal culposa no trânsito (Art. 303 do CTB). |

RELATO DA OCORRÊNCIA

O NOTICIANTE RELATA QUE CONDUZIA A MOTO HONDA/CG 125 FAN KS, PLACA NIU-7473-PI, COR PRETA, RENAVAL 230799965, PROP. DE GEONEIDE NASCIMENTO SANTOS, E QUE TRAFEGAVA PELA AV. PEDRO FREITAS, SENTIDO CENTRO, QUANDO UM AUTOMÓVEL DE PLACA NIH-3785, CONDUZIDO POR HELIO, QUE TRAFEGAVA PELA RUA PORTO, INVADIU A PREFERENCIAL, PROVOCANDO A COLISÃO. FOI SOCORRIDO POR LEONARDO DO NASCIMENTO ALMEIDA, RUA EURIPEDES DE AGUIAR, 2368-SÃO PEDRO, E LEVADO PARA A UPA. DEPOIS TRANSFERIDO PARA O HUT. (PRONT. 134110). A PASSAGEIRA DA MOTO, FLÔR DE LIS IANE DE OLIVEIRA, FOI SOCORRIDA PELO SAMU E LEVADA PARA O HUT. (PRONT. 448670). DECLARAÇÕES DO NOTICIANTE.


Cláudio Costa De Sousa - Mat. 1085166
AGENTE DE POLÍCIA


LENILSON DOS SANTOS FEITOSA - Noticiante
Responsável pela Informação





Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

164 v. 1.0

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100203.002591/2018-55

Delegado de Polícia



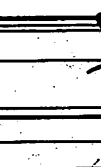
↗ Ocorrência emitido em: 25/07/2018 10:49 - SisBO@2011-2018 ATI

Página 2/2



Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 06/07/2019 19:47:05
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19070619470571500000005333188>
Número do documento: 19070619470571500000005333188

Num. 5568312 - Pág. 2



SAMU 192

REGISTRO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR

Serviço Móvel de Atendimento de Urgência - SAMU

Prefeitura Municipal de Teresina

Estado do Piauí

01 Nº do chamado: 1534

02 Data do chamado: 04/11/2011

03 PRO (código): 03

04 Saída do PA: 04:18

05 Chegada ao local: 04:38

06 Saída do local: 04:52

07 Chegada ao 1º hospital: 05:18

08 Saída do 1º hospital: 05:22

09 Chegada ao 2º hospital: 05:38

10 Endereço: Rua Porto / Dado

11 Bairro: Dado

12 Município UF: Teresina PI

13 Ponto de referência: Te. 19

14 Nome: R. de la Torre de Cherey

15 Sexo: 1 - Masculino, 2 - Feminino, 9 - Ignorado

16 Idade: 32

17 Indícios de ingestão de bebida alcoólica? 1 - Sim, 2 - Não, 9 - Ignorado

18 Tipo de ocorrência: 01 - Acidente de transporte, 02 - Agressão física-espantamento, 03 - Agressão física-FAB, 04 - Agressão física-FAB, 05 - Urgência psiquiátrica, 06 - Tentativa de suicídio, 07 - Envenenamento, 08 - Afogamento, 09 - Queimadura, 10 - Choque elétrico, 11 - Queda, 12 - Urgência clínica, 13 - Urgência obstétrica, 14 - Transferência, 15 - Exames complementares

19 Tipo de ocorrência: 01 - Acidente de transporte, 02 - Agressão física-espantamento, 03 - Agressão física-FAB, 04 - Agressão física-FAB, 05 - Urgência psiquiátrica, 06 - Tentativa de suicídio, 07 - Envenenamento, 08 - Afogamento, 09 - Queimadura, 10 - Choque elétrico, 11 - Queda, 12 - Urgência clínica, 13 - Urgência obstétrica, 14 - Transferência, 15 - Exames complementares

20 Meio de locomoção: 1 - A pé, 2 - Automóvel, 3 - Ônibus/Micro-ônibus, 4 - Bicicleta, 9 - Ignorado

21 Outra parte envolvida: 1 - Automóvel, 2 - Motocicleta, 3 - Ônibus/Micro-ônibus, 4 - Bicicleta, 5 - Objeto fixo, 6 - Animal, 7 - Outra, 9 - Ignorado

22 Equipamentos de segurança: 1 - Capacete, 2 - Cinto de segurança, 3 - Assento para criança

23 Glagow = 5

24 Sinais Vitais: PA 100, PR 100, T 36.7, S 99.7

25 Local da lesão: 1 - Local da lesão

26 Pupilas: 1 - iguais, 2 - Desiguais

27 Pulso: 1 - Cheio, 2 - Fino, 3 - Ausente

28 Sangramento: 1 - Sim, 2 - Não

29 Dor: 0 - Nenhuma, 1 - Leve, 2 - Moderada, 3 - Intensa

30 Fratura: 1 - Sim, 2 - Não, 3 - Suspeito

31 Procedimentos realizados (1 - Sim, 2 - Não): 1 - Aspiração, 2 - Colar cervical, 3 - Kied, 4 - Oxiênio, 5 - Curativos

32 Hospital de Destino: 1 - Hospital de Destino, 2 - Não

33 Condições de entrada: 1 - Melhorado, 2 - Estabilizado, 3 - Inalterado

34 Óbito: 1 - Sim, 2 - Não

35 Resposta Motora: 1 - Nenhuma, 2 - Palavras inapropriadas, 3 - Palavras incompreensíveis, 4 - Movimento de retirada, 5 - Localiza dor, 6 - Obedece a comandos

36 Resposta Verbal: 1 - Nenhuma, 2 - Palavras inapropriadas, 3 - Palavras incompreensíveis, 4 - Movimento de retirada, 5 - Localiza dor, 6 - Obedece a comandos

37 Assistência: 1 - Assistência obstétrica, 2 - Assistência cardiorrespiratória, 3 - Assistência de extremidades, 4 - Imobilização de extremidades, 5 - Reanimação cardiopulmonar, 6 - Medicamentos a), 7 - Glicemia

38 Hospital de Destino: 1 - Hospital de Destino, 2 - Não

39 Condições de entrada: 1 - Melhorado, 2 - Estabilizado, 3 - Inalterado

40 Óbito: 1 - Sim, 2 - Não

41 Observações Interdisciplinar: 1 - Paciente vítima de tentativa de suicídio, encontra-se consciente com alterações de vitalidade e equilíbrio. 2 - Uma criança ferida a quem dar cuidados. 3 - Exatidão. 4 - Glagow 15 - Testes de consciência e reflexos. 5 - Exatidão em membros inferiores.

42 Hospital de Destino: 1 - Hospital de Destino, 2 - Não

43 Condições de entrada: 1 - Melhorado, 2 - Estabilizado, 3 - Inalterado

44 Óbito: 1 - Sim, 2 - Não

45 Assistência: 1 - Assistência obstétrica, 2 - Assistência cardiorrespiratória, 3 - Assistência de extremidades, 4 - Imobilização de extremidades, 5 - Reanimação cardiopulmonar, 6 - Medicamentos a), 7 - Glicemia

46 Hospital de Destino: 1 - Hospital de Destino, 2 - Não

47 Condições de entrada: 1 - Melhorado, 2 - Estabilizado, 3 - Inalterado

48 Óbito: 1 - Sim, 2 - Não

49 Observações Interdisciplinar: 1 - Paciente vítima de tentativa de suicídio, encontra-se consciente com alterações de vitalidade e equilíbrio. 2 - Uma criança ferida a quem dar cuidados. 3 - Exatidão. 4 - Glagow 15 - Testes de consciência e reflexos. 5 - Exatidão em membros inferiores.



Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Geoneide Nascimento Santos,
RG nº 1.556.917, data de expedição 21/10/94,
Órgão SSP/PI, portador do CPF nº _____, com
domicílio na cidade de Tererina, no Estado de
Piauí, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)
Rua N, nº 2198

complemento Santo Antonio, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a
vítima Flôr de lis Jane de Oliveira cujo o condutor era
Lenilson dos Santos Feitosa

Veículo: MOTO
Modelo: HONDA CG 125 FAN KS
Ano: 2010
Placa: NU-7U73
Chassi: 9CZJCUS10AR062538
Data do Acidente: 11.03.2018
Local e Data: Timon-MA 24.07.2018

Geoneide Nascimento Santos
Assinatura do Declarante

Lenilson dos Santos Feitosa
Assinatura do Condutor

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima, assinante do sinistro)



| | |
|-------------------------------------|---|
| DEPARTAMENTO DE SINISTROS | |
| DPVAT | |
| CONTEUDO NÃO VERIFICADO | |
| 27 SET. 2018 | 1 |
| GENTE SEGURADORA S.A. | |
| Rua Coelho de Resende, 465 Loja C | |
| Centro - Noroeste - CEP: 64.062-700 | |

Assinatura(s) da(s) vítima(s) e/ou declarante(s):
Geoneide Nascimento Santos
Assinatura(s) do(s) testemunha(s):
Em Testemunho: 24.07.2018 da verdade.
Ruth Maria de Oliveira
Escrivente Substituta





NOME DO PACIENTE: Elon de Ais Jane de Oliveira

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 448670

SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME
"O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS À SUA UTILIZAÇÃO".





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

NOTA ORTO PEDIA
SUS SUS

Imp: 11/03/2018 04:55:52

Usuário: PATRICIA REQUENA

Estação: REQUENA

BOLETIM DE ENTRADA - BE

DADOS DO PACIENTE:

| | | | |
|---------------|--|-------------|-----------------|
| Nome: | FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA | Prontuário: | 448670 |
| Mãe: | MARIA ISABEL DE OLIVEIRA | Pai: | NAO INFORMADO |
| End. Resid.: | RUA MURILO BRAGA N240 - SAO PEDRO - TERESINA - PI - CEP: 64069-990 | | |
| Nascimento: | 25/08/1986 | Idade: | 31a:7m:14d |
| Sexo: | Feminino | Fone: | 86-99526-1718 |
| Responsável: | JESUS SAVIO DE OLIVEIRA | CNS: | 898003709326887 |
| Profissão: | DO LAR | CPF: | - |
| G. Instrução: | Médio Completo | RG: | - |
| End. Local: | - | Civil: | Solteiro(a) |

DADOS DO ATENDIMENTO:

| | | | | | |
|--------------------|--|------------|---------------------|-----------|--------------------|
| Código: | 654678 | Data: | 11/03/2018 04:52:48 | Condução: | AMBULÂNCIA DO SAMU |
| Motivo da Procura: | ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC) | | | Convênio: | S U S |
| Acid. Trab.: | Não | Trajetos?: | Não | Tipico: | Não |
| CID Secundário: | V299 | | | | |

DADOS CLÍNICOS:

Pct vítima de acidente motociclístico (colisão c/ carro) há 1h
A capacidade referindo estadia holocorânica, nega vômitos e
perda da consciência. A VA prévia e edema cervical. PA: 98%.
BPM 110, RA, bilateralmente e simétrico, preservados. AC, A/
alterações, A/ abafamento de bulhas, pulso cheio FC-89bpm. C/ corpeo 15,
pupila 4mm e 4mm, sensibilidade e motricidade preservadas. Encorvação
em ambos joelhos e dor em MBE. Membros inferiores à palpação. Tórax
estável.

PA: X mmHg Pulso: FC: bpm Temp.: C/:

Diagnóstico Inicial: C/:

CONDUTA MÉDICA E EXAMES COMPLEMENTARES:

1) Rx Braço e Ombro E, Rx Tórax
2) TC Crânio e Cervical.
3) Tórax 4cm - 1cm + AD EV - Agoria

HUT DR. ZENON ROCHA

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA

EXAME: RAX CRÂNIO

DATA: 11/03/18 06:30h

TECNOLOGIA

| | | |
|----------|---|--|
| ALTA: | () Melhorado () Administrativa () Curado () Por Indisciplina () Inalterado () Por Evasão () RAX REALIZADO | () Retornar à Unid. Origem: () Transferência: |
| DATA: | 11/03/2018 | DATA SAÍDA: / / |
| DESTINO: | () Internação na Unidade () Família | Proced. Solicitado: |
| ÓBITO: | () Até 24 Hs () IML () De 24 a 48 Hs () Anat. Patol. () Após 48 Hs | CID Compatível: |
| | | Prof. Solicitante Internado: |

JESUS SAVIO DE OLIVEIRA

Assinatura Paciente ou Responsável

Carimbo- Assinatura Profissional - BE



Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 06/07/2019 19:47:06

http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1907061947059060000005333189

Número do documento: 1907061947059060000005333189

**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

Imp: 11/03/2018 04:55:52
(PATRICIA MESQUITA)

FICHA DE PARECER PROFISSIONAL**DADOS DO PACIENTE:**

| | | |
|---|---------------------------|--|
| Nome: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA | | Prontuário: 448670 |
| Mãe: MARIA ISABEL DE OLIVEIRA | Pai: NAO INFORMADO | |
| End.Resid.: RUA MURILO BRAGA N240 - SAO PEDRO - TERESINA - PI - CEP: 64069-990 | | |
| Nascimento: 25/08/1986 | Idade: 31a:7m:14d | Sexo: Feminino Fone: 86-99526-1718 |
| Responsável: JESUS SAVIO DE OLIVEIRA | | CNS: 898003709326887 |
| Profissão: DO LAR | | Documento: |
| G. Instrução: Médio Completo | | E.Civil: Solteiro(a) |
| End.Local.: - - - | | |

DADOS DO ATENDIMENTO:

| | | |
|--|----------------------------------|------------------------------|
| Código: 654678 | Data: 11/03/2018 04:52:48 | Clas. Cor: Indefinido |
| Motivo da Procura: ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC) | | Convênio: S U S |

DADOS DA SOLICITAÇÃO (1):

| | |
|---|--------------------------|
| Data/Hora Solicitação: 11/03/18 | ESPECIALISTA: NCR |
| MOTIVO DA SOLICITAÇÃO: queda de auto com danos | |
| TC curso: 6h NCR | |
| cr: Alh Ls NCR | |
| Carimbo/Assinatura Solicitante | |

DADOS DO PARECER: Data/Hora: _/_/_:

| |
|--|
| Parecer: Fratura de fêmur - fratura |
| Assinatura: [Assinatura] |
| Carimbo/Assinatura Prof. Parecer |

DADOS DA SOLICITAÇÃO (2):

| | |
|--|----------------------|
| Data/Hora Solicitação: _/_/_: | ESPECIALISTA: |
| MOTIVO DA SOLICITAÇÃO: | |
| Carimbo/Assinatura Solicitante | |
| DADOS DO PARECER: Data/Hora: _/_/_: | |
| Parecer: | |
| Assinatura: | |
| Carimbo/Assinatura Prof. Parecer | |



| | |
|--|--------------------|
| LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO/AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR | Nº LAUDO: 58452 |
| | AIH: 2218100131632 |

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

| | |
|---|-----------------|
| ESTABELECIMENTO SOLICITANTE HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT | CNES 5828856 |
| ESTABELECIMENTO EXECUTANTE HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT | CNES 5828856 |

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

| | | | | |
|-------------------------------|--|---|--|----------------------|
| CARTÃO SUS 898003709326887 | NOME DO PACIENTE FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA | NASCIMENTO 25/08/1986 | SEXO F | PRONTUÁRIO 448670 |
| DOCUMENTO CPF | TELEFONE 8695261718 | NOME DA MÃE MARIA ISABEL DE OLIVEIRA | RESPONSÁVEL JESUS SAVIO DE OLIVEIRA | |
| CEP | ENDEREÇO - LOGRADOURO | | | NUMERO / LOTE 310 |
| BAIRRO SAO PEDRO | COMPLEMENTO | MUNICÍPIO TERESINA | UF PI | |

LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS
FRATURA DE TORNOZELO

CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO
TRATAMENTO CIRÚRGICO

PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNOSTICAS (RESULTADO DOS EXAMES REALIZADOS)
EX FÍSICO

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

| | | |
|---|-------------------|--------------------------|
| CID 10 PRINCIPAL / DIAGNÓSTICO INICIAL S826 - FRATURA DO MALEOLO LATERAL | CID 10 SECUNDÁRIO | CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS |
|---|-------------------|--------------------------|

PROCEDIMENTO SOLICITADO

| | |
|---|---|
| COD/DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO 0408050578 - TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DO TORNOZELO UNIMALEOLAR | |
| LEITO/CLÍNICA ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA | PROFISSIONAL SOLICITANTE (ASSINATURA/CARIMBO(Nº DO CONSELHO)) BERGIEL BARBOSA BEZERRA CPF: 80965180387 CRM: |
| CARÁTER URGÊNCIA | DATA SOLICITAÇÃO 11/03/2018 |
| DATA ADMISSÃO 11/03/2018 04:52 | DATA ALTA 12/03/2018 08:00 |
| MOTIVO ALTA MELHORADO | |

CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIA)

| | | | | | | | |
|---------------|-----------------|---------------|-------|-----------------|--------------|------|-------------------|
| TIPO ACIDENTE | CNPJ SEGURADORA | Nº DO BILHETE | SÉRIE | CNPJ DA EMPRESA | CNAE EMPRESA | CBOR | NATUREZA DA LESÃO |
| | | | | | | | |

AUTORIZAÇÃO

JUSTIFICATIVA DA "NAO" AUTORIZAÇÃO

| | |
|--|--|
| PROFISSIONAL AUTORIZADOR (ASSINATURA E CARIMBO(Nº DO CONSELHO)) HENRIQUE ALMEIDA FILHO CPF: 05500921344 CRM: | NOME DO PROFISSIONAL / PARECER CONTROLE AVALIAÇÃO / AUDITORIA DATA ANÁLISE: 11/03/2018 09:58:20 |
| CPF | CRM |
| DATA ANÁLISE | |

ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL:



FOLHA DE ANESTESIA



| DATA: | | UNIDADE DE SAÚDE | | | | | | |
|---------------------------------|-------------------------|------------------|----------------|------------------------------------|----------|-------------------|------|--|
| 11/03/18 | PA 12,8 | PULSO - | RESPIRAÇÃO | TEMPERATURA | PESO | ALTURA | OBS: | |
| EXAME DE SANGUE | GR. SANGÜÍNEO | HEMATIMETRIA | HEMOGLOBINEMIA | HEMATÓCRITOS | GLICEMIA | DOS. URÉRIA | | |
| EXAMES DE URINA | | | | | | | | |
| FUNÇÃO RESPIRATÓRIA | | | | | | | | |
| SISTEMA CIRCULATÓRIO | | | | ELETROCARDIOGRAMA | | | | |
| SISTEMA RESPIRATÓRIO | | | | ASMA | | BRONQUITE | | |
| SISTEMA DIGESTIVO | | | | SISTEMA URINÁRIO | | | | |
| ESTADO MENTAL | | | | CORTICOIDES | | ATARÁXICOS OUTROS | | |
| DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO | | | | FÍSICO | | | | |
| PRÉ-MEDICAÇÃO | | | | APLICADO ÀS | | EFEITOS | | |
| AGENTES ANESTÉSICOS | | OXIGÊNIO | | TOTAL DE DOSES | | | | |
| 1 | 2 | 3 | | | | | | |
| LÍQUIDOS | SO - UTO | 500 | | | | | | |
| | SANGUE | 400 | | | | | | |
| | | 300 | | | | | | |
| | OUTROS | 200 | | | | | | |
| TEMPERATURA T | C° | 280 | | | | | | |
| P ARTERIL V O PULSO | 38 | 240 | | | | | | |
| | | 2 | | | | | | |
| | | 200 | | | | | | |
| | | 180 | | | | | | |
| INÍCIO E FIM ANESTESIA X | HUT-SAME | 160 | | | | | | |
| | | 140 | | | | | | |
| | | 120 | | | | | | |
| | | 100 | | | | | | |
| INÍCIO E FIM OPERAÇÃO | CONFERE COM O CIRURGIÃO | 80 | | | | | | |
| | | 60 | | | | | | |
| | | 40 | | | | | | |
| | | 20 | | | | | | |
| RESPIRAÇÃO O | | 0 | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| SÍMBOLOS | | | | DURAÇÃO 1:30h. | | | | |
| TÉCNICAS Raqui-anestesia | | | | INCIDENTES - ACIDENTES | | | | |
| OPERAÇÕES | | | | CONDICÕES PÓS-OPERATÓRIA IMEDIATAS | | | | |
| CIRURGIÕES | | | | | | | | |
| ANESTESISTAS Amaro, Roca, B-Li | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| PARTICULARIDADES | | | | B. | | | | |





FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA PROFº ZENON ROCHA
SERVIÇO DE ANATOMIA PATOLÓGICA

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO
CENTRO CIRÚRGICO

| | | | |
|--|--------|--------------------------------|-------------------------|
| Nome do Paciente <u>Flora de Luis Tane de Oliveira</u> | | | |
| Diagnóstico pré-operatório <u>fratura de Tarsal 2</u> | | | |
| Operação - Tipo <u>Osteotomia</u> | | | |
| Cirurgião <u>Bergiel</u> | | 1º Assistente | |
| 2º Assistente | | 3º Assistente | |
| Instrumentador <u>Gracianeia</u> | | Anestesiologista <u>Amanda</u> | Anestesia <u>Rafael</u> |
| Anestésico(a) | | | |
| Data da Operação <u>11.03.18</u> | Início | Fim | |
| Diagnóstico pré-operatório | | | |
| Relatório Imediato do Patologista | | | |
| Acidente Durante a Operação | | | |
| <p align="center">DESCRÇÃO DA OPERAÇÃO (Técnica, Ligadura, Suturas, Drenagem, Fechamento)</p> <p><u>Detecção de fratura de Tarsal 2</u> <u>Assopro e ordenamento do corpo estéril</u> <u>incisão vertical em Tarsal 2</u> <u>Redução da fratura e imobilização com</u> <u>02 parafusos (3.5mm)</u> <u>Fechamento por plano</u> <u>Curolet</u></p> | | | |
| <p align="center"><u>Dr. Bergiel Barbosa Bezerra</u> ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA CRM-M: 3989</p> | | | |

HUT-SAME
CONFERE COM O ORIGINAL
TERESINA, PI
SERVIDOR



FOLHA DE ANESTESIA

| UNIDADE DE SAÚDE | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---------------|--------------|----------------|---------------------|------------------------|-------------|-----------|--------|--|---------------------|--|----------|--|----------------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|---|--|---|--|---------------------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|---|--|---|--|-----------------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|---|--|---|--|---------------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--------------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| DATA: 11/03/18 | PA: 12 x 8 | PULSO: - | RESPIRAÇÃO: - | TEMPERATURA: - | PESO: - | ALTURA: - | OBS: - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| EXAME DE SANGUE | GR. SANGÜÍNEO | HEMATIMETRIA | HEMOGLOBINEMIA | HEMATÓCRITOS | GLICEMIA | DOS. URÉRIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| EXAMES DE URINA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| FUNÇÃO RESPIRATÓRIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SISTEMA CIRCULATÓRIO | | | | | ELETROCARDIOGRAMA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SISTEMA RESPIRATÓRIO | | | | | ASMA | | BRONQUITE | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SISTEMA DIGESTIVO | | | | SISTEMA URINÁRIO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ESTADO MENTAL | | | | CORTICOIDES | | ATARAXICOS | | OUTROS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATORIO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PRÉ-MEDICAÇÃO | | | | | APLICADO ÀS | | EFEITOS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">AGENTES ANESTÉSICOS</th> <th colspan="2">OXIGÊNIO</th> <th colspan="10">TOTAL DE DOSES</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1</td> <td></td> <td>1</td> <td></td> <td colspan="10">1. Marcaine 2. V. 2</td> </tr> <tr> <td>2</td> <td></td> <td>2</td> <td></td> <td colspan="10">3. Propofol - 2</td> </tr> <tr> <td>3</td> <td></td> <td>3</td> <td></td> <td colspan="10">4. Desflurane</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td colspan="2"></td> <td colspan="10">5. Etomidato</td> </tr> </tbody> </table> | | | | | | | | | | AGENTES ANESTÉSICOS | | OXIGÊNIO | | TOTAL DE DOSES | | | | | | | | | | 1 | | 1 | | 1. Marcaine 2. V. 2 | | | | | | | | | | 2 | | 2 | | 3. Propofol - 2 | | | | | | | | | | 3 | | 3 | | 4. Desflurane | | | | | | | | | | | | | | 5. Etomidato | | | | | | | | | |
| AGENTES ANESTÉSICOS | | OXIGÊNIO | | TOTAL DE DOSES | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1 | | 1 | | 1. Marcaine 2. V. 2 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2 | | 2 | | 3. Propofol - 2 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3 | | 3 | | 4. Desflurane | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | 5. Etomidato | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| LÍQUIDOS | | SO - UTO | 500 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | SANGUE | 400 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | OUTROS | 300 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | 200 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | 100 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| TEMPERATURA T | | C° | 260 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | 240 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | 220 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | 200 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | 180 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| P ARTERIL V O PULSO | | | 160 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | 140 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | 120 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | 100 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | 80 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| INÍCIO E FIM ANESTESIA X | | | 60 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | 40 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | 20 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | 0 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| INÍCIO E FIM OPERAÇÃO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| RESPIRAÇÃO O | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SÍMBOLOS | | | | | | | | | | DURAÇÃO 1:30 h. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| TÉCNICAS RASQUINARTESIA | | | | | INCIDENTES - ACIDENTES | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| OPERAÇÕES | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CIRURGIÕES | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ANESTESISTAS Amaro, Roca, B. L. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CONDICÕES PÓS-OPERATÓRIA IMEDIATAS | | | | | B. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PARTICULARIDADES | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |





PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

Fundação Municipal de Saúde

Fls. Nº _____

Proc. Nº _____

Rubrica _____

DATA 11, 03, 18

BOLETIM DE CONTROLE DE CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO

| | | | |
|-------------------|--------------------------------|----------------|--------|
| NOME DO PACIENTE: | Flora de Isis Jane de Oliveira | PRONTUÁRIO Nº: | 448670 |
| DIAGNÓSTICO: | Fs Tumor 3 | CIRURGIA: | Peso |
| ANESTESIA: | Propofol | Nº DA SALA: | 06 |
| CIRURGIÃO: | Berguer | CPF Nº: | |
| AUXILIAR: | | CPF Nº: | |
| ANESTESIA: | | CPF Nº: | |
| INSTRUMENTADORA: | Onacioneio | CPF Nº: | |

MATERIAL DE CONSUMO

| DISCRIMINAÇÃO | UNID. | QUANT. | PREÇO | DISCRIMINAÇÃO | UNID. | QUANT. | PREÇO |
|-------------------------|-------|--------|-------|------------------------|----------|--------|-------|
| AGULHA 25X8 | UNID. | 02 | | LÂMINA DE BISTURI n=24 | UNID. | 01 | |
| AGULHA 30X8 | UNID. | 02 | | LUVA Nº 7,5 | PAR | 02 | |
| AGULHA 40X12 | UNID. | 02 | | LUVA Nº 7,0 | PAR | 02 | |
| AGULHA RAQUE | UNID. | 01 | | LUVA DE PROCEDIMENTO | PAR | 08 | |
| ALCOOL 70% | ML | 50 | | PVPI DE GERMANTE | ML | 100 | |
| ALGODÃO | BOLA | — | | PVPI TÓPICO | ML | 70 | |
| ÁGUA OXIGENADA | ML | — | | PVPI TINTURA | ML | — | |
| COMPRESSA | PAC. | 03 | | SERINGA 20CC | UNID. | 02 | |
| EQUIPO MACRO-GOTA | UNID. | — | | SERINGA 10CC | UNID. | 01 | |
| ESPARADRAPO | CM | 50 | | SERINGA 5CC | UNID. | 01 | |
| ESCALPE Nº | UNID. | — | | SERINGA 3CC | UNID. | — | |
| FORMOL | ML | — | | SORO FISIOLÓGICO | FRASCO | 01 | |
| GASES | PAC. | 03 | | SONDA URETRAL | UNID. | — | |
| JELCO Nº | UNID. | — | | Eletródos | UNID. | 05 | |
| FIOS | UNID. | QUANT. | PREÇO | OCORRÊNCIA | | | |
| CAT. GUT. SIMPLES C/AG | | | | Escovas | 03 unid. | | |
| CAT. GUT. SIMPLES S/AG. | | | | Crepone | 02 unid. | | |
| CAT. GUT. CROMADO C/AG | | | | | | | |
| CAT. GUT. CROMADO S/AG | | | | | | | |
| ALCOFIL | | | | | | | |
| MONONYLON | 4.0 | 02 | | | | | |
| FITA UMBILICAL | | | | ENFERMARIA: | | | |
| VICRYL | 0 | 01 | | CIRCULANTE: Milene | | | |
| PROLENE | | | | | | | |

MOD - 094

















SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM - PÓS - OPERATÓRIO - SRPA

OME Silvia de Jesus de Oliveira IDADE 31 anos DATA 11/03/2018
 HORÁRIO DE ADMISSÃO 09 hs 35 min TIPO DE ANESTESIA () GERAL () RAQUE () BLOQUEIO () PERIDURAL () SEDAÇÃO
 CIRURGIÃO Paula CIRURGIÃO TN10

| SINAIS VITAIS | ADMISSÃO | SAÍDA |
|---------------------------------|--------------|---------------|
| PRESSÃO ARTERIAL (mmHg) | <u>86/42</u> | <u>118/55</u> |
| FREQUÊNCIA CARDÍACA (bpm) | <u>82</u> | <u>118</u> |
| SATURAÇÃO DE O ₂ (%) | <u>97</u> | <u>100</u> |
| TEMPERATURA AXILAR (O° C) | <u>-</u> | <u>-</u> |
| FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA (rpm) | <u>-</u> | <u>-</u> |
| NOME/ MATRÍCULA | <u>Paula</u> | <u>Paula</u> |

| ÍNDICE DE ALDRETT-KROULIK | | ADMISSÃO | SAÍDA |
|---------------------------|---|---------------------------------------|---------------------------------------|
| ATIVIDADE MUSCULAR | Movimenta os quatro membros | 2 <input type="checkbox"/> | 2 <input checked="" type="checkbox"/> |
| | Movimenta dois membros | 1 <input checked="" type="checkbox"/> | 1 <input type="checkbox"/> |
| | É incapaz de mover os membros voluntariamente ou sob comando | 0 <input type="checkbox"/> | 0 <input type="checkbox"/> |
| RESPIRAÇÃO | É capaz de respirar profundamente ou de tossir livremente | 2 <input checked="" type="checkbox"/> | 2 <input checked="" type="checkbox"/> |
| | Apresenta dispnéia ou limitação da respiração | 1 <input type="checkbox"/> | 1 <input type="checkbox"/> |
| | Tem apnéia | 0 <input type="checkbox"/> | 0 <input type="checkbox"/> |
| CIRCULAÇÃO | PA em 20% do nível pré-anestésico | 2 <input checked="" type="checkbox"/> | 2 <input checked="" type="checkbox"/> |
| | PA em 20-49% do nível anestésico | 1 <input type="checkbox"/> | 1 <input type="checkbox"/> |
| | PA em 50% do nível pré-anestésico | 0 <input type="checkbox"/> | 0 <input type="checkbox"/> |
| CONSCIÊNCIA | Esta lúcido e orientado no tempo e espaço | 2 <input checked="" type="checkbox"/> | 2 <input checked="" type="checkbox"/> |
| | Desperta, se solicitado | 1 <input type="checkbox"/> | 1 <input type="checkbox"/> |
| | Não responde | 0 <input type="checkbox"/> | 0 <input type="checkbox"/> |
| SATURAÇÃO O ₂ | É capaz de manter saturação de O ₂ maior de 92% respirando em ar ambiente | 2 <input checked="" type="checkbox"/> | 2 <input checked="" type="checkbox"/> |
| | Necessita de O ₂ para manter saturação maior que 90% | 1 <input type="checkbox"/> | 1 <input type="checkbox"/> |
| | Apresenta saturação de O ₂ menor que 90%, mesmo com suplemento de O ₂ | 0 <input type="checkbox"/> | 0 <input type="checkbox"/> |

| | | | |
|------------------------|---|-------|--|
| ESCALA DE DOR ADMISSÃO |       | TOTAL | |
| ESCALA DE DOR ALTA |       | ASS. | |

| | | | | | |
|-------------------|--------------------|--------------------|---------|----------------|---------------------------|
| () SOND. VESICAL | () DRENO DE SUÇÃO | () DRENO TORACICO | () DVE | () COLOSTOMIA | SONDA () NASOG () NASOE |
| hs | mL | hs | mL | hs | mL |
| hs | mL | hs | mL | hs | mL |

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM: 9:35h Admissão na RPA no pós de fratura TN10. Sob exp. de re-
 equacionamento. Consciente. Respirando espontaneamente. Bom estado geral.
 por Dr. Chaves 124940

11/03/2018
 SM

HUT-SAME
 COMITÊ DE ÉTICA
 SERVIÇO DE ENFERMAGEM

| | |
|---|--------------------------|
| PRESCRIÇÃO MÉDICA | ALTA SRPA |
| ENCAMINHAMENTO [] EXTERNO [] SALA DE GESSO [] IMAGENS E GRÁFICOS [] | HORÁRIO ANESTESIOLOGISTA |
| POSTO: [] 1 [] 2 [] 3 [] EMERGÊNCIA PED. UTI: [] PED [] NEURO [] GERAL [] 4 [] QUEIM. CLÍNICA: [] PED [] ORT [] NEU [] CIR [] | |



UNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
AGÊNCIA DE TERESINA - HUT

ALTA DE

PRESCRIÇÃO MÉDICA

MÉDICO ASSISTENTE

NOME DO PACIENTE

Flores de Jesus Same de Oliveira 4486170

DATA/HORA
(CÓDIGO)

PRESCRIÇÃO MÉDICA

IDENTIFICADOR

CLÍNICA

Ortopédica

ENF. OU AP

238

LEITO

256

RELATÓRIO DE ENFERMAGEM

OBSERVAÇÕES

12:00 - Paciente admitido
procedente da SRPA
em polímaturo de
torção D, consuen-
te, orientada, fá-
sica. Alergia a
dipirona. Negativa
teologias crônicas

1 DIETA ORAL LIVRE APÓS EFEITO ANESTÉSICO

2 SF 0,9% 1000 ml EV AO DIA

3 RANITIDINA 50mg - 1 AMP + AD EV 8/8 H

4 CEFALOTINA 1G - 1 AMP + AD EV 6/6 H

5 DIPIRONA 1G - 1 AMP + AD EV 6/6 H

6 TILATIL 20mg - 1 AMP + AD EV 12/12H

7 TRAMAL 100MG - 1 AMP + 100ML SF 0,9% 8/8H SN

8 CURATIVO

9 PRESCRIÇÃO MÉDICA

Dr. Reginaldo Bezerra
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
CRM nº 3989

HUT-SAME
CONFERIR COM O ORIGINAL
TERESINA
SERVIDOR



HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT
 Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445
 TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA (Prontuário: 448670)**
 Endereço: **RUA MURILO BRAGA N240 - SAO PEDRO - TERESINA - PI CEP: 64069-990**
 Nascimento: 25/08/1986 Idade: 31a:7m:14d Sexo: Feminino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 654678
 Requisição: 820803 Solicitação: 11/03/2018 Solicitante: FABIO MARCOS DE SOUSA
 Controle: 1016049 Convênio: S U S

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0206010079

Data Exame: 11/03/2018

T.C. DE CRANIO

TÉCNICA: Foram realizados cortes axiais de 5 e 10mm de espessura da base a convexidade do crânio no plano canto-meatal.

RELATÓRIO:

- PARENQUIMA CEREBRAL E CEREBELAR COM COEFICIENTE DE ATENUAÇÃO DENTRO DA NORMALIDADE.
- AUSÊNCIA DE COLEÇÃO EXTRA- AXIAL.
- SISTEMA VENTRICULAR COM DIMENSÕES E MORFOLOGIA NORMAIS.
- CISTERNAS E SULCOS DA CONVEXIDADE SEM ALTERAÇÕES.
- AUSÊNCIA DE CALCIFICAÇÕES PATOLÓGICAS.

OBS.: HEMATOMA EM PARTES MOLES EXTRACRANIANAS DA REGIÃO PARIETAL ESQUERDA.

(JOAO ANTONIO)

TERESINA - PI 11/03/2018

HUT-SAME
 COMPRE CONSIGMA
 TITULO
 SERVICO

OSVALDO SOARES DE CARVALHO JUNIOR

CPF: 696.958.303-15 CRM-PI 3090

Profissional Responsável



Rio de Janeiro, 21 de Setembro de 2018

Aos Cuidados de: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA

Nº Sinistro: 3180437623
Vítima: FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA
Data do Acidente: 11/03/2018
Cobertura: INVALIDEZ
Procurador: MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o número **3180437623**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Declaração do Proprietário do Veículo não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **GENTE SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00881/00882 - carta_03 - INVALIDEZ



Carta nº 13391050



Rio de Janeiro, 21 de Setembro de 2018

Aos Cuidados de: **FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA**

Nº Sinistro: **3180437623**

Vítima: **FLOR DE LIS IANE DE OLIVEIRA**

Data do Acidente: **11/03/2018**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Procurador: **MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA**

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180437623**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 13391051

Pag. 01403/01404 - carta_01 - INVALIDEZ



00020702

